



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

GUILHERME DE ABREU URBAN

**A FINANCEIRIZAÇÃO DO SETOR FLORESTAL NO BRASIL:
RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DAS “FLORESTAS” PLANTADAS**

RIO DE JANEIRO
2026



	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE	 PROPPG Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
---	---	---

GUILHERME DE ABREU URBAN

A FINANCEIRIZAÇÃO DO SETOR FLORESTAL NO
BRASIL: RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DAS
“FLORESTAS” PLANTADAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, Área de concentração: Ciências Humanas.

Orientador: Dr. Sergio Pereira Leite

RIO DE JANEIRO
2026

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central/Central de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
Com os dados fornecidos pelo autor

U72f Urban, Guilherme de Abreu, 1995-
A financeirização do setor florestal no Brasil:
reconfiguração territorial das "florestas" plantadas /
Guilherme de Abreu Urban. - Rio de Janeiro, 2025.
100 f.: il.

Orientador: Sergio Pereira Leite.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e
Sociedade, 2025.

1. Financeirização do campo. 2. Timber Investment
Management Organizations (TIMOS). 3. Setor florestal
brasileiro. 4. Reestruturação produtiva. I. Leite,
Sergio Pereira, 1965-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento
Agricultura e Sociedade III. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta TFC/Dissertação/Tese, desde que seja citada a
fonte

**O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e da
Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)
– nº do processo 200.500/2021**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

GUILHERME DE ABREU URBAN

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito
parcial para obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 22/12/2025.

Documento assinado digitalmente
 **SERGIO PEREIRA LEITE**
Data: 28/01/2026 15:00:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. SERGIO PEREIRA LEITE (CPDA/UFRRJ)
(Orientador)

Documento assinado digitalmente
 **KARINA YOSHIE MARTINS KATO**
Data: 28/01/2026 12:41:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a KARINA YOSHIE MARTINS KATO (CPDA/UFRRJ)

Documento assinado digitalmente
 **CASSIO ARRUDA BOECHAT**
Data: 23/12/2025 10:48:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. CASSIO ARRUDA BOECHAT (UFES)

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Sergio Pereira Leite, registro minha profunda gratidão pela orientação dedicada, pela paciência e pelo comprometimento ao longo da escrita desta dissertação. Obrigado por cada conversa esclarecedora e por compartilhar generosamente seu conhecimento.

Aos funcionários, discentes e docentes que encontrei ao longo do meu percurso no CPDA, agradeço pelo acolhimento, pelas trocas e pelo ambiente de colaboração que tanto contribuíram para meu crescimento acadêmico. Dirijo um agradecimento especial aos colegas e professores do GEMAP, cujas discussões sempre ricas e instigantes ampliaram minhas perspectivas e fortaleceram este trabalho.

Ao professor Cássio Boechat, agradeço pela oportunidade de participar do grupo de pesquisa por ele coordenado. O acesso às atividades do grupo foram fundamentais para ampliar minhas referências e fortalecer o desenvolvimento desta dissertação.

Aos membros da banca examinadora, agradeço pelo tempo dedicado, pelas críticas e sugestões, que contribuíram significativamente para o aperfeiçoamento desta pesquisa.

Agradeço também à CAPES e à FAPERJ, pelo apoio financeiro que possibilitou a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço profundamente à minha família, que sempre esteve ao meu lado. Aos meus pais, Rosana e Marcos, por todo amor, incentivo e por acreditarem em mim mesmo nos momentos em que eu duvidei. A minha irmã, Jacqueline, pelo afeto e pelas conversas que aliviaram os dias difíceis. Aos meus avós, Lourdes, Rodolfo, Pascoala (in memorian) e Geraldo (in memorian) pela força e pelos valores que moldaram quem sou. E a minha companheira, Izabella, obrigado por ouvir minhas angústias e por compartilhar comigo cada passo deste percurso.

A todas as pessoas que fizeram parte dessa trajetória, deixo meu mais sincero muito obrigado.

*“E fez, o criador, a natureza
Fez os campos e florestas
Fez os bichos, fez o mar
Fez por fim, então, a rebeldia
Que nos dá a garantia
Que nos leva a lutar
Pela terra, terra”
(O Teatro Mágico - Canção da Terra)*

RESUMO

URBAN, Guilherme de Abreu. **A financeirização do setor florestal no Brasil: Reconfiguração territorial das “florestas” plantadas.** 2025. Trabalho Final de Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2025

Esta dissertação analisa a financeirização do setor florestal brasileiro a partir da articulação entre a crescente presença de capitais financeiros no mercado de terras e a reestruturação produtiva das “florestas” plantadas, situando esse processo no contexto mais amplo das transformações do capitalismo contemporâneo. Parte-se do entendimento de que a transição para um regime de acumulação dominado pelas finanças ampliou o papel de fundos de investimento, instituições financeiras e grandes corporações na apropriação de recursos naturais, convertendo a terra simultaneamente em meio de produção e ativo financeiro. Com base no referencial teórico sobre renda da terra, financeirização do campo e land grabbing, argumenta-se que a silvicultura se destaca como espaço privilegiado dessa dinâmica, pois a madeira, enquanto cultura flexível (flex crop), permite múltiplos usos industriais e maior mobilidade ao capital investido, atenuando a baixa liquidez típica dos ativos fundiários. Metodologicamente, o trabalho combina revisão bibliográfica, análise de documentos oficiais, levantamento de dados secundários, relatórios setoriais e informações corporativas, além de bases de dados sobre estrangeirização de terras. Os resultados evidenciam a intensificação do controle territorial por agentes financeiros, especialmente por meio das Timberland Investment Management Organizations (TIMOs), que organizam e gerem investimentos florestais para fundos de pensão, endowments e investidores institucionais, integrando a produção de celulose e madeira às estratégias globais de valorização financeira. Paralelamente, observa-se um movimento de concentração empresarial, fusões e aquisições que redefine a estrutura do setor, tendo a trajetória da Suzano S.A. como expressão emblemática dessa convergência entre escala produtiva, integração vertical e inserção nos mercados de capitais. Conclui-se que a expansão das monoculturas arbóreas, a crescente financeirização da terra e a atuação desses novos agentes promovem uma reconfiguração fundiária e territorial que reforça a concentração de propriedade, subordina a produção às exigências do capital financeiro e aprofunda tensões sociais e ambientais, revelando o caráter estrutural da financeirização na reorganização do espaço agrário brasileiro.

Palavras-chave: financeirização do campo; *Timber Investment Management Organizations* (TIMOs); setor florestal brasileiro; reestruturação produtiva

ABSTRACT

URBAN, Guilherme de Abreu. **A financeirização do setor florestal no Brasil: Reconfiguração territorial das “florestas” plantadas.** 2025. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2025

This dissertation examines the financialization of the Brazilian forestry sector through the articulation between the growing presence of financial capital in land markets and the productive restructuring of planted “forests,” situating this process within the broader context of transformations in contemporary capitalism. It is grounded in the understanding that the transition to a finance-dominated accumulation regime has expanded the role of investment funds, financial institutions, and large corporations in the appropriation of natural resources, converting land simultaneously into a means of production and a financial asset. Drawing on the theoretical framework of land rent, the financialization of rural areas, and land grabbing, the study argues that forestry emerges as a privileged arena for this dynamic, since timber, as a flexible crop (flex crop), allows for multiple industrial uses and greater mobility of invested capital, thereby mitigating the low liquidity typically associated with landed assets. Methodologically, the research combines a literature review, analysis of official documents, collection of secondary data, sectoral reports, and corporate information, as well as databases on foreign ownership of land. The findings reveal the intensification of territorial control by financial agents, particularly through Timberland Investment Management Organizations (TIMOs), which structure and manage forest investments for pension funds, endowments, and institutional investors, integrating pulp and timber production into global strategies of financial valorization. Concurrently, processes of corporate concentration, mergers, and acquisitions have reshaped the structure of the sector, with Suzano S.A. representing an emblematic case of the convergence between productive scale, vertical integration, and integration into capital markets. The dissertation concludes that the expansion of tree monocultures, the increasing financialization of land, and the growing role of these new agents promote a land and territorial reconfiguration that reinforces property concentration, subordinates production to the imperatives of financial capital, and deepens social and environmental tensions, thereby revealing the structural character of financialization in the reorganization of Brazil’s agrarian space.

Keywords: Financialization of rural areas; Timber Investment Management Organizations (TIMOs); Brazilian forestry sector; Productive restructuring.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Brasil – Número de empresas do agronegócio de capital internacional de exploração de recursos naturais por “commodity” – 2013-2018	10
Figura 2: Brasil – Número de propriedades de empresas do agronegócio de capital internacional de exploração de recursos naturais por “commodity” – 2013-2018	10
Figura 3: Quadro dos fundos de investimentos com participação em companhias do setor florestal.....	50
Figura 4: Composição da área de árvores plantadas por tipo de proprietários, 2018.....	57
Figura 5: Série histórica: Exportação de celulose 2012-2022 (em toneladas).....	59
Figura 6: Série histórica: Valor US\$ FOB de exportação da Celulose 2012-2022.....	60
Figura 7: Evolução do preço de toras de eucalipto para celulose (em R\$ e US\$).....	68
Figura 8: Contratos firmados por Região (% de participação).....	69
Figura 9: Valores de contratos por região (% de participação)	70
Figura 10: Recursos Acessados através do PRONAF Florestal e PROPFLORA	71
Figura 11: Classificação dos casos conforme principal setor de atividade, 2017 a maio de 2021	74
Figura 12 - Distribuição dos casos conforme atividades produtivas que desenvolvem, 2017 a maio de 2021.....	75
Figura 13: Capacidade de produção Suzano	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Área total (em hectares) existente dos efetivos da silvicultura, por espécie florestal em 2020.....	08
Tabela 2: Quantidade produzida na Silvicultura, por tipo de produto - Brasil - 2013 - 2024 (em ton ou m ³).....	43
Tabela 3: Reflorestamento com incentivos fiscais, em mil hectares, no Brasil: de 1967 a 1986.....	66
Tabela 4: Áreas utilizada pela Suzano S.A.	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIPA – Associação Brasileira de Indústrias de Painéis de Madeira

ABIPLAR – Associação Brasileira de Indústrias de Piso Laminado de Alta Resistência

ABRAF – Associação Brasileira de Florestas Plantadas

AGU – Advocacia Geral da União

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social

BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CAI - Complexos Agroindustriais

Conaflor – Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas

Conpacel – Consórcio Paulista de Papel e Celulose

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations

FIP – Fundo de Investimento em Participações

FISSET – Fundo de Investimentos Setoriais

FMI – Fundo Monetário Internacional

GEMAP - Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas

IBÁ - Indústria Brasileira de Árvores

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEDs - Investimentos Estrangeiros Diretos

IFC – International Finance Corporation

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

OMC – Organização Mundial do Comércio

PEVS – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNDF – Plano Nacional de Florestas Plantadas

PNF – Programa Nacional de Florestas

PNPC – Primeiro Programa Nacional de Papel e Celulose

REITs – Real Estate Investment Trusts

TIMOs - Timber Investment Management Organization

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

VCP – Votorantim Celulose e Papel

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I - Capitalismo Contemporâneo e Implicações para a Dinâmica Fundiária	16
1.1. Do capitalismo industrial ao regime de acumulação financeirizado	17
1.2. Contribuições teóricas sobre a renda da terra no capitalismo contemporâneo	22
1.3. Reconfigurações do mercado de terras e expansão do land grabbing	28
CAPÍTULO II - Culturas Flexíveis, Usos Múltiplos e Estruturas de Controle Territorial	34
2.1. Culturas de usos múltiplos e flexíveis na economia política agrária	37
2.2. Controle e concentração fundiária no setor florestal brasileiro	42
CAPÍTULO III - Reestruturação Produtiva e Financeirização do Setor Florestal.....	58
3.1. Formação histórica do setor florestal, de papel e celulose no Brasil	61
3.2. Dinâmica corporativa e financeirização: o caso da Suzano S.A.	76
CONCLUSÕES	83
REFERÊNCIAS	88

INTRODUÇÃO

A elaboração e desenvolvimento dessa pesquisa é fruto de reflexões a partir de diálogos e interações com o Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas – GEMAP/UFRRJ, do qual faço parte enquanto estudante das linhas de pesquisa “Expansão do agronegócio, mercado e estrangeirização de terras e ação do Estado” e “Financeirização da agricultura e formas de apropriação de terra”. Essa experiência, em associação aos debates realizados junto ao grupo de estudos coordenado pelo professor doutor Cássio Boechat, da Universidade Federal do Espírito Santo, cujo projeto de pesquisa se intitula “*Land grabbing, flex crops* e reestruturação do setor de florestas plantadas no Brasil”, corroborou para a construção das questões que aqui buscamos responder. No entanto, antes de nos aprofundarmos na apresentação das propostas da pesquisa, cabe identificarmos brevemente o processo histórico da modernização vivenciado na agricultura brasileira, uma vez que esse se estabelece como um ponto de partida fundamental para as nossas discussões.

Com isso, destacamos a política de modernização da agricultura brasileira, promovida na década de 1970 pelo regime militar. As exportações de produtos agropecuários e agroindustriais passaram a ganhar cada vez mais relevância. A partir da década seguinte, substituiu-se a expressão “agricultura moderna” pela percepção da figura dos Complexos Agroindustriais (CAI) e da “agroindústria”, e, dessa forma, pretendia-se destacar a associação da indústria com a agricultura, tanto pelos insumos, como pelos produtos agrícolas. A noção de agronegócio é o aprofundamento dessa relação, de maneira que o caráter “agrícola” perde importância para o “industrial”, sendo esse considerado o conjunto de atividades controladas pelo grupo e suas formas de gerenciamento, e não a planta industrial local em si. É a partir do *boom* das exportações de *commodities* e produtos agroindustriais no início do século XXI que a expressão “agronegócio” começa a ser mais difundida (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010).

Partimos da identificação de que o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira foi marcado, historicamente, pela concentração fundiária, pelo conflito por terras e pela produção de monoculturas. Ainda no que diz respeito a essas características, apontamos que a modernização da agricultura, operada pelo regime militar nas décadas de 1960 e 1970, era defendida sob a perspectiva do aumento da produtividade. No entanto, a partir da tecnificação da produção, há o reforço das desigualdades e inconsistências do espaço rural brasileiro e um marcante incremento da expansão capitalista no campo. A virada para o século XXI, por fim, estabelece um período de consolidação da agricultura orientada para a produção

de *commodities de exportação*, com destaque para o agronegócio na política macroeconômica.

Delgado (2012) demonstra que a crise de liquidez, ocorrida no final dos anos 1990, foi relevante para a atual condição do setor. De acordo com o autor, diferentes iniciativas evidenciaram esse movimento, como, por exemplo, o investimento em infraestrutura territorial com “eixos de desenvolvimento”; a colocação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) como um sistema público de pesquisa para a agropecuária; a fragilidade na regulação do mercado de terras; e, por fim, as mudanças na política cambial. Ademais, Kato e Leite (2020, p.460) apontam que ao longo da primeira década do século XXI, tem-se, como novidade no campo

[...] o crescimento no interesse de capitais não tradicionais ao setor rural como as novas empresas imobiliárias que passam a atuar na área, as petrolíferas, os governos ricos em capital e pobres em trabalho e recursos naturais, os fundos de investimento e fundos de pensão que aplicam em terras e na valorização das *commodities* (p. 460).

Dessa forma, a questão agrária brasileira no século XXI mantém o histórico de conflitos territoriais, de acesso a natureza e aos modos de vidas de comunidades tradicionais do campo ao passo que é permeada pelas dinâmicas de investimentos financeiros globais, que apresentam estratégias de valorização de capital voltadas para aplicações em recursos naturais. Nesse contexto, as terras e, em termos mais amplos, a natureza, tornam-se, progressivamente, mais atrativas para os interesses econômicos. Uma vez que o espaço rural brasileiro tem sido alvo do capital financeiro, cujas tomadas de decisões são definidas fora da esfera nacional, altas taxas de lucros são almejadas, a despeito da consideração de consequências sociais, ambientais e para as economias locais. Sob essas circunstâncias, o país passou a sofrer ainda mais impactos, devido à existência de conflitos territoriais, que são respondidos pelos governos com anuência ou, muitas vezes, estimulados por essas lideranças.

Considerando esse histórico, a proposta de pesquisa aqui apresentada tem como pano de fundo a expansão do agronegócio e da agroindústria brasileira, em interação com a discussão sobre a apropriação das terras e dos recursos naturais do país por estrangeiros, especialmente por meio de Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs).

Tendo isso em vista, é preciso nos aprofundarmos no debate sobre a estrangeirização de terras, com o qual buscamos dialogar. Assim, consideramos que, a partir de 2008, em decorrência das crises agroalimentar, energética, ambiental e financeira, observou-se a ampliação da demanda global por alimentos (*foods*), fibras e rações (*fiber*), floresta (*florest*) e

combustível ou energia (*fuel*), os chamados “4Fs” (BORRAS e SAUER, 2016), e o consequente aumento da procura global por terras. No Brasil, o crescimento da produção agrícola, mediante investimentos produtivos, passa por oito principais *commodities*: milho, soja, cana-de-açúcar, óleo de dendê, arroz, canola, girassol e silvicultura (SAUER e LEITE, 2012).

Alguns dos fatores que motivaram o aumento da procura por terras no mundo a partir dos anos 2000 diziam respeito aos desafios para atender a demanda futura por alimentos e ao estímulo à produção de biocombustíveis, conforme a perspectiva do “esgotamento” do petróleo e da urgência em tomar medidas para responder ao problema do aquecimento global. Dessa maneira, a principal atração desses tipos de investimentos seria a “disponibilidade” de terras, na qual os países que recebem esses aportes possuem uma fraca governança sobre suas terras e pouca proteção aos direitos dos povos tradicionais, enquanto os países investidores são aqueles que possuem dependência de importação de alimentos (WILKINSON, 2017).

Com isso, temos que a literatura especializada nessa área (em particular aquela que se dedica ao caso brasileiro) analisa, principalmente, os investimentos internacionais em terras que têm como atribuição a produção de alimentos e biocombustíveis, considerando que o Brasil é um dos maiores produtores de alimentos no mundo e conta com uma importante produção de cana-de-açúcar para produção de etanol. Contudo, a intenção central dessa pesquisa é conduzir essas questões para o setor florestal brasileiro, porque este vem passando por um processo de reestruturação produtiva, sua matéria-prima está inserida na bioeconomia, além de que sua madeira possui o uso múltiplo e flexível e as florestas plantadas dispõem das maiores taxas de crescimento no mundo, o que se tornam uma forte atração para os investidores.

Sobre o cenário atual das florestas plantadas no Brasil a pesquisa “Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS-2020)”, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil apresenta 9,61 milhões de hectares de cultivo de eucaliptos, pinos e outras espécies florestais para silvicultura, com destaque para as regiões do Sul e Sudeste, que concentram grande parte da produção florestal do país. Juntas, essas regiões contêm cerca de 69,7% do valor total. Os estados com maior relevância em área plantada são: Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

Tabela 1: Área total (em hectares) existente dos efetivos da silvicultura, por espécie florestal em 2020

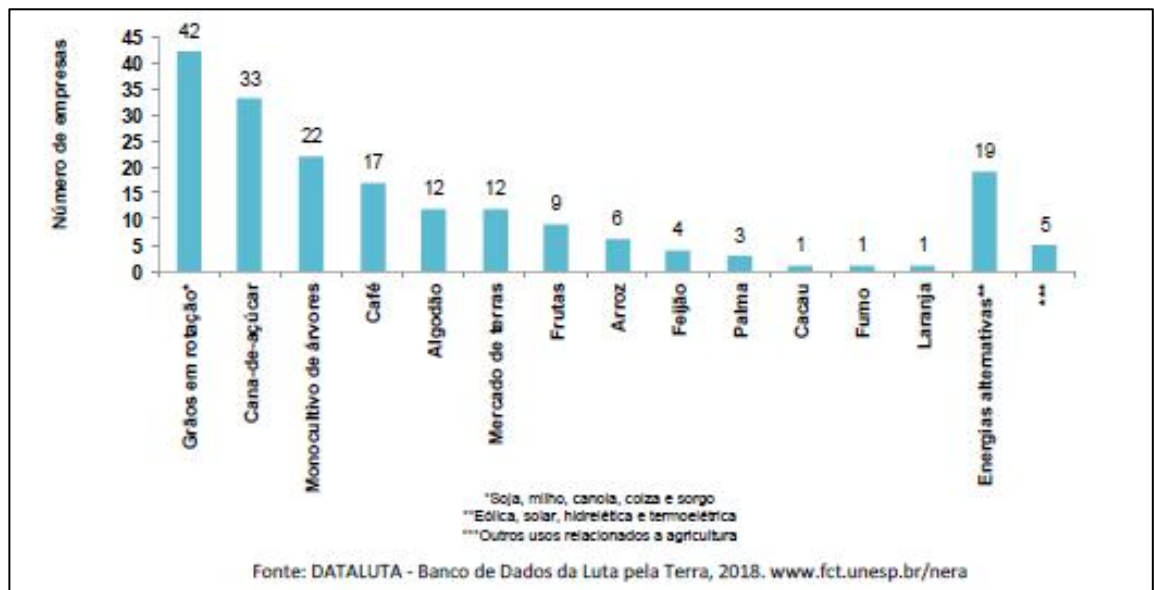
Área total existente em 31/12 dos efetivos da silvicultura, por espécie florestal				
Ano - 2020				
Variável - Área total existente em 31/12 dos efetivos da silvicultura (Hectares)				
Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Espécie florestal			
	Total	Eucalipto	Pinus	Outras espécies
Brasil	9.616.157	7.431.761	1.830.372	354.024
Norte	429.295	326.224	118	102.953
Nordeste	922.598	909.005	-	13.593
Sudeste	3.573.236	3.288.958	271.808	12.470
Sul	3.135.877	1.426.880	1.548.354	160.643
Centro-Oeste	1.555.151	1.480.694	10.092	64.365
Rondônia	...	...	...	...
Roraima	21.528	-	-	21.528
Pará	213.030	143.267	-	69.763
Amapá	63.282	61.764	40	1.478
Tocantins	131.455	121.193	78	10.184
Maranhão	264.979	264.973	-	6
Piauí	32.583	32.583	-	-
Ceará	1.002	58	-	944
Rio Grande do Norte	...	...	...	...
Paraíba	6.349	1.125	-	5.224
Pernambuco	5.132	1.106	-	4.026
Alagoas	22.322	18.957	-	3.365
Sergipe	5.858	5.833	-	25
Bahia	584.373	584.370	-	3
Minas Gerais	2.065.327	2.008.386	49.122	7.819
Espírito Santo	271.354	269.106	2.056	192
Rio de Janeiro	31.509	31.299	18	192
São Paulo	1.205.046	980.167	220.612	4.267

Paraná	1.167.114	493.106	651.590	22.418
Santa Catarina	932.828	316.537	594.387	21.904
Rio Grande do Sul	1.035.935	617.237	302.377	116.321
Mato Grosso do Sul	1.138.677	1.135.543	3.134	-
Mato Grosso	276.703	214.903	-	61.800
Goiás	137.686	128.798	6.508	2.380
Distrito Federal	2.085	1.450	450	185
Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura				

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

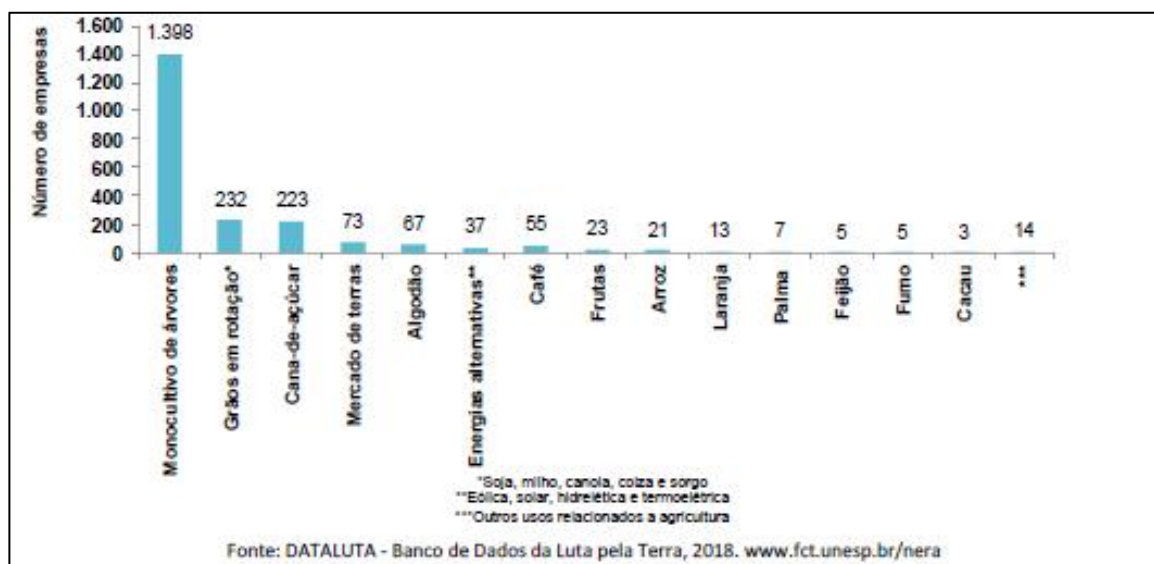
Além disso, no ano de 2018, o DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra divulgou um relatório que apresenta dados a respeito da estrangeirização de terras no Brasil. As Figuras 1 e 2 demonstram que são 22 as empresas do agronegócio de capital internacional que tem como produto o monocultivo de árvores, enquanto os quantitativos daquelas que atuam com grãos em rotação (soja, milho, canola, colza e sorgo) e cana-de-açúcar são, respectivamente, 42 e 33. Quando se analisa o número de propriedades de empresas do agronegócio de capital internacional de exploração de recursos naturais por “commodity”, tem-se o monocultivo de árvores com 1.398 propriedades, ao passo que grãos em rotação e cana-de-açúcar, as “commodities” subsequentes, apresentam 232 e 223 propriedades cada. Ou seja, a produção florestal, embora tenha uma menor quantidade de empresas com capital internacional no território nacional, apresenta em torno de seis vezes mais propriedades do que as produtoras de grãos e cana-de-açúcar.

Figura 1: Brasil – Número de empresas do agronegócio de capital internacional de exploração de recursos naturais por “commodity” – 2013-2018



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2018

Figura 2: Brasil – Número de propriedades de empresas do agronegócio de capital internacional de exploração de recursos naturais por “commodity” – 2013-2018



Fonte: Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2018

Conforme o exposto, nossa pesquisa se justifica por conta do processo de reestruturação pela qual passa o setor florestal, seja a partir dos processos de concentração das empresas de celulose, constituindo a gigante global Suzano S/A, seja por conta da presença cada vez maior

no espaço rural brasileiro de organizações de gestão de investimentos florestais, cujos investidores são fundos financeiros. Além disso, propor as discussões sobre o *land grabbing* com atenção para a produção de madeira no Brasil é necessário para dar luz a essa questão para além do foco em alimentos e biocombustíveis, e para compreender a importância da produção de *flex crops* a fim de dar maior mobilidade para o capital investido na terra, já que este possui baixa liquidez e a produção dessas mercadorias possibilita atingir mercados alternativos.

O processo de financeirização da silvicultura e sua reestruturação produtiva que vem acontecendo no Brasil nos últimos anos é um aspecto importante para entender os métodos de apropriação de terras por estrangeiros no país. De forma semelhante, compreender as novas dinâmicas do capitalismo frente a uma economia cada vez mais financeirizada, na qual os fundos de investimentos têm relevância gradualmente maior nos mercados mundiais, constituiu-se como elemento importante para a presente pesquisa.

Desde modo, a questão principal que se tentou desvendar nesse estudos foi entender como o setor florestal brasileiro se insere na dinâmica do *land grabbing*, corrida mundial por terras, cometida em decorrência das confluências de crises do início do século XXI. Para isso, é preciso questionar qual o papel dos fundos de investimentos na produção florestal. Assim, apontar se o aumento da participação das Timberland Investment Management Organizations (TIMOs), que são empresas responsáveis por organizar e administrar investimentos em terras florestais para investidores institucionais, no espaço agrário brasileiro junto com a reestruturação produtiva pela qual passa o setor, em especial a partir do exemplo da Suzano S.A., correspondem a diferentes respostas oferecidas pelo setor de florestas plantadas para a crise capitalista.

A sobreposição das crises agroalimentar, energética, climática e financeira no início do século XXI que resultou em um acelerado processo de aquisição de terras em todo o mundo para produção, principalmente, de alimentos, rações, combustíveis e florestas, trouxe impactos ambientais e sociais que se relacionam à soberania dos Estados no que diz respeito a governança das terras, água, natureza e recursos naturais. Dessa maneira, pressupõe-se que a participação de fundos de investimentos na aquisição e gestão de monoculturas de árvores no Brasil seja um efeito do processo global de aquisição de terras, assim como a reestruturação produtiva pela qual passa o setor de celulose.

Devido ao avanço das TIMOs, como um novo agente na silvicultura brasileira, acreditamos na possibilidade de se impor uma nova dinâmica à estrutura fundiária brasileira e em especial aos casos dos proprietários de terras para a produção de monocultura de eucalipto.

Tendo em vista este delineamento, nosso objetivo geral foi analisar os processos de financeirização do setor florestal brasileiro, em articulação com a discussão sobre o *land grabbing* e a reprodução capitalista. Nesse cenário, tem-se como ponto de partida o entendimento de que há dois elementos distintos, mas possivelmente complementares, presentes na realidade estudada. O primeiro diz respeito ao fato de que a atuação de fundos de investimentos ocorre preferencialmente na produção *de flex crops*, como é o caso da monocultura de árvores, que promove maior mobilidade ao capital quando comparados aos recursos de baixa liquidez como a terra. Já o segundo, aponta para os processos de aquisição e fusão entre empresas, característicos em momentos de crise do capital. Esse conjunto de fatores será investigado conforme observarmos o processo de consolidação da Suzano SA e a atuação de fundos de investimentos, através das TIMOS.

Como processo metodológico desenvolvido a fim de atingirmos os objetivos da pesquisa e, em razão, de estarmos inseridos na discussão mais ampla sobre o modelo de apropriação de terras e a formação do setor florestal brasileiro, que, conforme identificado previamente, à primeira vista, aproxima-se, nas décadas mais recentes, do debate sobre a financeirização do campo e estrangeirização da terra, estabelecemos nossa argumentação a partir do conceito de “land grabbing”. Para isso, realizamos o levantamento bibliográfico e a revisão sistematizada de literatura produzida sobre os temas.

Ademais, para compreendermos os processos de reestruturação produtiva que abarca o setor florestal brasileiro, analisamos os relatórios da Indústria Brasileira de Árvores (IBA) e realizamos o monitoramento e o exame de matérias veiculadas pela imprensa sobre o “agronegócio” brasileiro e a aquisição de terras por empresas estrangeiras no setor florestal. Nesse contexto, a pesquisa priorizou os principais veículos de notícias, como O Globo, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Valor Econômico, Revista Globo Rural, além da consulta aos portais dos órgãos de governo relacionados ao setor rural e aos principais atores em questão.

E, tendo em vista que a presente pesquisa está inserida nos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (GEMAP) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA - UFRRJ), adicionamos a esse conjunto de fontes metodológicas a base de dados construída previamente pelo grupo. Os dados do relatório indicam que a estrangeirização de terras no Brasil ocorre majoritariamente por meio de mecanismos indiretos de controle societário, especialmente subsidiárias nacionais de empresas e fundos estrangeiros, evidenciando a centralidade do capital financeiro

internacional na apropriação do patrimônio fundiário. No âmbito setorial, a silvicultura destaca-se como uma das principais frentes desses investimentos, com grandes extensões territoriais incorporadas a estratégias de valorização patrimonial e produção de commodities florestais, reforçando a financeirização e a concentração de terras.

Dessa forma, compreendemos que essa base de dados construída pelo GEMAP auxilia na construção do cenário de financeirização associado ao setor de silvicultura e possibilita o aprofundamento posterior sobre as dinâmicas do âmbito examinado. Junto a essa investigação, também visando a observação das interseções existentes entre o processo de aquisição de terras no Brasil e setor florestal, foi realizado o levantamento e tratamento de dados estatísticos secundários como os produzidos pelo IBGE (especialmente os Censos Agropecuários e a PEVS), Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Já no que tange à atuação do Estado frente às práticas viabilizadas no setor, discutimos suas características por meio dos dados documentais produzidos pelo governo federal. São exemplos desses, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o II Plano Nacional de Desenvolvimento e o Plano Nacional de Florestas Plantadas (PNDF). Além disso, cabe, ainda, a identificação dos projetos de lei aprovados pelo poder legislativo que tratam sobre o setor da silvicultura no Brasil.

Complementarmente, incorporamos ao desenho metodológico um estudo de caso da Suzano S.A., selecionada por sua posição estratégica na reestruturação produtiva e na consolidação corporativa do setor de papel e celulose, uma vez que a empresa se estruturou como uma das maiores produtoras globais, articulando integração vertical entre base florestal e indústria com instrumentos típicos do mercado financeiro, como captações junto a investidores institucionais, operações de alavancagem e emissões de títulos verdes. A análise de sua trajetória permite observar como decisões produtivas, tecnológicas e territoriais passam a ser condicionadas por estratégias de valorização financeira.

Para tanto, examinamos a expansão territorial, fusões e aquisições — com destaque para a incorporação da Fibria, que projetou a companhia à condição de gigante global —, bem como suas formas de controle da terra por meio de compra, arrendamento, fomento florestal e contratos com gestoras de ativos florestais (TIMOs). Esse recorte empírico possibilita articular as categorias teóricas mobilizadas na pesquisa às práticas concretas de territorialização do capital no setor florestal brasileiro.

A dissertação está organizada em três capítulos distintos, mas complementares, uma vez que os dados discutidos em associação com a abordagem teórica corroboram para o entendimento das dinâmicas de financeirização do setor florestal brasileiro.

O primeiro capítulo discute a transição do capitalismo industrial para o capitalismo financeirizado, destacando como essa mudança redefine as formas de acumulação e reorganiza a economia global. Assim, a financeirização amplia o papel dos mercados de capitais, dos fundos de investimento e das instituições financeiras na determinação das dinâmicas econômicas, incidindo diretamente sobre os setores produtivos. Nesse contexto, a separação entre produção material e rentismo torna-se artificial, uma vez que ambas operam de forma integrada no processo contemporâneo de valorização.

O capítulo também revisita o debate sobre a renda da terra, examinando suas diferentes formas e como elas se articulam ao funcionamento do capitalismo atual. As teorias marxistas são mobilizadas para explicar como a renda da terra se converte em um elemento estratégico para a circulação e valorização do capital. A financeirização intensifica essa lógica, ampliando as modalidades de extração de renda e inserindo novos agentes financeiros no mercado de terra. O capítulo aborda, ainda, o processo de land grabbing e as transformações recentes no campo. A expansão de capitais globais sobre áreas estratégicas, incluindo florestas e terras agrícolas, revela uma crescente disputa pela apropriação de ativos naturais.

O segundo capítulo discute o conceito de flex crops, destacando como certas culturas e “commodities” podem assumir múltiplos usos. Esse caráter multifuncional aumenta seu valor estratégico e intensifica a disputa entre agentes econômicos pelo controle territorial. O texto analisa como tais culturas, entre elas as florestas plantadas, tornam-se centrais para setores industriais e para circuitos financeiros que buscam segurança, liquidez e diversificação de portfólios.

O capítulo analisa, portanto, o papel dos fundos financeiros, especialmente os fundos de investimento em participações e as TIMOs, na territorialização do capital sobre a base florestal. Essas instituições utilizam mecanismos financeiros para adquirir terras, gerir ativos e maximizar retornos, integrando a produção florestal às lógicas especulativas e financeiras globais. O setor florestal torna-se, assim, um espaço privilegiado de articulação entre produção material e dinamização financeira.

O terceiro capítulo apresenta a formação histórica do setor florestal no Brasil, enfatizando a consolidação de um modelo empresarial baseado em monoculturas de eucalipto, integração industrial e elevada produtividade. O texto revisita o papel do Estado na constituição desse setor, por meio de políticas de crédito, incentivos fiscais e programas de apoio que estruturaram a expansão dos plantios e das indústrias de celulose.

A análise culmina no estudo da trajetória recente da Suzano S.A., cuja atuação ilustra a convergência entre reestruturação produtiva e lógica financeira. A empresa tornou-se uma das

maiores produtoras globais de celulose ao combinar expansão territorial, inovações tecnológicas, fusões e forte articulação com mercados financeiros internacionais. O caso demonstra como a financeirização reorienta estratégias empresariais e reforça o caráter globalizado do setor.

A conclusão evidencia que a terra e os ativos ambientais passaram a ser tratados como instrumentos estratégicos de valorização financeira, integrando-se de maneira orgânica às operações de fundos e corporações globais.

Com isso, trabalho demonstra que o setor de silvicultura e de papel e celulose encontra-se no centro de um processo estruturante que articula produção material e lógica financeira. As culturas flexíveis, a expansão de monoculturas e a inserção crescente de agentes financeiros reconfiguram as relações territoriais, a distribuição de renda da terra e o padrão de desenvolvimento regional.

CAPÍTULO I

Capitalismo Contemporâneo e Implicações para a Dinâmica Fundiária

Nas últimas décadas, observa-se um expressivo aumento do interesse econômico sobre a terra, seja pela sua função produtiva, seja pelo seu potencial especulativo. Esse fenômeno não pode ser compreendido de forma isolada, mas como parte de um quadro mais amplo de transformações estruturais do capitalismo contemporâneo. A maior integração das economias nacionais ao sistema internacional, o crescimento acelerado dos mercados financeiros, as mudanças profundas verificadas no âmbito da produção e o fortalecimento das economias emergentes configuram um novo regime de acumulação. Esse regime é marcado pela intensificação das interdependências globais e por um ambiente internacional cada vez mais suscetível a instabilidades, bolhas especulativas e crises recorrentes.

Nesse contexto, identifica-se a crise sistêmica do capitalismo, resultante da convergência de crises de natureza ambiental, energética, financeira e alimentar. A simultaneidade e inter-relação dessas crises ampliaram a busca por ativos considerados estratégicos ou capazes de oferecer proteção e valorização em cenários de incerteza. Nesse processo, a terra adquire centralidade: torna-se, ao mesmo tempo, um fator produtivo fundamental e um ativo financeiro capaz de garantir retornos elevados e estabilidade relativa frente às volatilidades dos mercados tradicionais.

A partir desse conjunto de transformações, este capítulo examina como as reestruturações do capitalismo global reconfiguram a dinâmica fundiária, produzindo novos padrões de apropriação, uso e valoração da terra. Discutem-se as conexões entre financeirização, mercados fundiários e estratégias de acumulação, evidenciando como a terra articula a produção material e a lógica rentista. Ao situar esses processos busca-se compreender como o espaço agrário passa a ocupar posição estratégica na economia política contemporânea.

1.1. Do capitalismo industrial ao regime de acumulação financeirizado

O aumento da produtividade e a tomada dos rendimentos da produção material pelo sistema financeiro, facilitado pelos sistemas informacionais mundiais, proporcionaram uma transformação no capitalismo. O capital industrial, associado ao regime fordista de produção, perdeu sua hegemonia na medida em que não é mais ele que dirige e domina o processo de reprodução do capital (CHESNAIS, 2005). Os processos predominantes de valorização do

capital passam propriamente menos pela produção do que pela esfera financeira.

As dinâmicas capitalistas na contemporaneidade têm tido a predominância da lógica do capital fictício e regimes de acumulação financeira. Chesnais (2005) ao tratar da emergência de um “regime de acumulação dominado pelas finanças” ou Guttman (2008) ao trabalhar com a ideia de um “capitalismo dirigido pelas finanças” evidenciam a hegemonia da lógica da acumulação financeira sobre os sistemas econômicos atuais (MICHELOTTI, F.; SIQUEIRA, H. 2019)

Em meados dos anos de 1980 o capital financeiro assumiu importante relevância sobre os investimentos e a distribuição de renda. O regime de produção fordista é superado pelo “regime de acumulação financeirizado” (CHESNAIS, 2002). Dois processos simultâneos e interligados sobre a economia mundial são importantes na análise do novo regime de acumulação, o primeiro é a tendência à homogeneização e a formação de um mercado mundial, na qual todas as empresas estão em situação de concorrência e, portanto, tende a provocar processos de concentração e eliminação; o outro ponto é a reprodução dos fatores de diferenciação entre os países e a reafirmação e agudização das relações de poder assimétricas e hierarquizadas.

Chesnais (2002) utiliza a expressão “regime de acumulação com dominação financeira” para designar a nova configuração do capitalismo, em que o movimento de acumulação e seu conteúdo econômico e social seriam moldados pelo capital portador de juros. As finanças estão indissociáveis da nova fase mundialização do capital que só foram possíveis pelas políticas de liberalização, desregulamentação e privatização da esfera financeira, das trocas comerciais e dos serviços. É um período marcado pelo avanço dos investimentos externos e da expansão do comércio internacional, entretanto, a característica mais proeminente é a super expansão dos fluxos internacionais de capital de aplicação financeira em busca de valorização.

O novo regime de acumulação é representando por um “capitalismo dirigido pelas finanças” (GUTTMANN, 2008), na qual se propagou a lógica do mercado pela ausência de regulamentação. As finanças passaram por uma profunda transformação a partir da combinação entre a desregulamentação, globalização e informatização, esse conjunto de fatores possibilitou que o sistema financeiro organizado em âmbito nacional e centrado nos bancos comerciais passassem a ser um sistema autorregulamentado, em nível global, com o predomínio dos bancos de investimentos. As transformações estruturais do sistema de crédito têm sido tocadas diante das inovações financeiras e facilitadas pelo surgimento de diversas modalidades de fundos de investimentos (GUTTMANN, 2008).

A crise de 2008 é um momento importante e exemplar que demonstra a captura do

Estado pelos operadores do capital. Portanto não é o retorno do Estado como um importante agente garantidor de direitos. O que está em jogo é a forma de existência, a forma como nos relacionamos não só com a economia, mas uns com os outros (aspecto político, social, econômico, subjetivo). O neoliberalismo é a nova razão do mundo, é uma racionalidade e como tal tende a dominar a conduta dos coordenadores e dos coordenados também. A questão é que o neoliberalismo vai desde a racionalidade que é criada para as sociedades até o endividamento dos Estados e os estímulos à financeirização (DARDOT, P.; LAVAL, C. 2017). Se conjuntam uma série de fatores que estimulam a globalização das finanças.

Na realidade, a crise que acontece em 2008 é o ápice da crise que começou nos anos de 1970. É importante entender esses dois momentos não de forma separada, como se um não tivesse relacionado com outro, pois este é um processo histórico do desenvolvimento e amadurecimento do neoliberalismo. Portanto, o que tivemos a partir dos anos de 1970 foi o tempo comprado por dinheiro que serviu para apaziguar os conflitos distributivos entre o capital e o trabalho (STREECK, 2018). Sempre houve tentativas de adiar a crise até que ela “explode” em 2008 e o Estado teve que intervir pesadamente para “salvar” os capitais privados, com a injeção de dinheiro público.

A crise de legitimação do capital ocorre nos anos 1970, período em que a greve de investimentos do capital afeta diretamente o crescimento econômico e o pleno emprego, pois estes são dependentes de uma predisposição dos investimentos do capital para se sustentarem. A lógica presente é que o capital pudesse se libertar dos encargos dos Estados, distanciando-se assim do pacto social keynesiano. As crises deste período fazem o capital desacreditar no pleno emprego e na proteção dos direitos sociais, assim, as garantias de altos lucros do capital se veem ameaçado.

É, portanto, para garantir altas rentabilidades que o capital se apropria do Estado. Este é um período em que há uma concentração brutal da renda, com redistribuição de riquezas direcionada da base sociedade para o topo.

Presenciamos um momento histórico em que o crédito e o consumo são fundamentais para o funcionamento do capitalismo. Suas relações com as finanças geram uma hipermercantilização da vida na qual as altas finanças aumentam o seu controle sobre o poder político e o Estado (PESSANHA, 2019), consequentemente interferindo nas dinâmicas territoriais. As relações de poder econômico e político são definidas pelos fluxos de capitais que circulam por todo o globo terrestre em busca de valorização, mas que não se limitam a esfera da produção como também buscam a acumulação dos seus excedentes (PESSANHA, 2019).

O aumento expressivo das dívidas públicas e privadas são característicos desse período histórico, na qual, a partir da grande oferta de créditos aumenta a liquidez das empresas e governos e, com isso, o risco de criar bolhas financeiras. Tendo em vista que pode produzir mercados com mais papéis do que mercadorias. É nesses processos que são gerados os títulos públicos e bancários, os certificados de recebíveis de alguns setores, as ações, debentures e outros instrumentos financeiros. Diante desse ecossistema, os fundos financeiros atuam como forma a ampliar a mobilidade do capital por todo o mundo.

Roberto Pessanha em seu livro “A ‘indústria’ dos fundos financeiros” traz alguns apontamentos sobre a crescente participação dos fundos financeiros e do sistema de dívidas. O autor destaca que

A americana BlackRock, maior gestora de fundos de investimentos do mundo, acumula ativos no valor de US\$ 6,44 trilhões (R\$ 24 trilhões). outro grande fundo americano, o Vanguard, tem ativos de US\$ 4,82 trilhões (R\$ 18 trilhões). Em 2018, apenas esses dois fundos de investimentos possuíam ativos equivalentes a mais de seis vezes o valor do PIB brasileiro.

A dívida estudantil nos EUA disparou nos últimos anos, tendo quadruplicado entre 2004 e 2013. Em 2018, chegou a US\$ 1,5 trilhão (R\$ 5,9 trilhões, mais de 90% do PIB brasileiro), superando em quase 40% a dívida dos americanos com o financiamento para a compra de automóveis, que, em 2018, alcançou US\$ 1,1 trilhão (R\$ 4,3 trilhões). Também em 2018, em janeiro, a dívida geral de cartão de crédito nos EUA atingiu um recorde histórico, superando US\$ 1 trilhão pela primeira vez na história. O volume dessas três dívidas dos americanos somados ainda é menor do que a metade daquelas com hipotecas (dívida formada com garantia de imóveis), as quais, em 2014, chegavam a US\$ 8,69 trilhões. O bolo total da dívida mundial no final de 2018 estava estimada em US\$ 184 trilhões, segundo o *Us Debt Clock* (Relógio da Dívida do Estados Unidos). É um moto contínuo, ou uma máquina de multiplicação de dívidas (PESSANHA, 2019, p. 31).

O fluxo de dinheiro de crédito cresceu acentuadamente a partir da década de 1970 e desde então o rentismo e a atuação dos fundos financeiros não param de aumentar o volume de seus ativos. Os empréstimos interbancários e os intercâmbios entre as instituições financeiras estão em patamares mais altos do que nunca (HARVEY, 2018). A circulação de dinheiro já atinge um número que ultrapassa qualquer compreensão da realidade, cada vez mais são usados termos como bilhões e trilhões para dimensionar a quantidade de dólar em circulação e tão logo será necessário a utilização da expressão quatrilhões. A produção de mais-valor e a sua necessidade de se expandir infinitamente alimenta o que Harvey (2018)

chama de “espiral de acumulação infundável”.

O mercado financeiro, na figura dos bancos e suas gestoras, são quem em grande parte adquirem os títulos públicos, desse modo faturam com os juros altos. Em contrapartida, pequenas e médias empresas e a população no geral veem suas dívidas aumentarem e a economia real engessar. O uso do dinheiro já não se restringe a ser apenas o equivalente geral para as trocas comerciais, podendo ser considerado uma mercadoria a partir do processo de financeirização da economia e da ampliação do “capital improdutivo” (DOWBOR, 2017).

O atual sistema financeiro é um catalizador do processo de concentração de capital e renda. Um grupo mínimo de pessoas consegue seus ganhos a partir da exploração sobre a maioria. Para além disso, o sistema capitalista contemporâneo aumentou as relações entre a acumulação primitiva e a exploração pela reprodução do capital através da financeirização da economia e da profusão de dívidas. Lencioni (2012) destaca que

Quer em relação à rapinagem dos recursos naturais, da biopirataria, do comprometimento dos recursos naturais globais, quer por meio da extrema sujeição das pessoas submetidas à escravidão por dívida ou quer pelo roubo de terras, o movimento de acumulação primitiva se conjuga com as formas mais avançadas do movimento de reprodução do capital.

[...] o processo de acumulação primitiva de capital nos dias atuais encontra elo com o processo de reprodução do capital por meio do capital financeiro. O processo de espoliação, ou seja, a produção de riqueza pelo desapossamento se metamorfoseia facilmente em dinheiro. Se esse dinheiro se constituir apenas como um meio de troca pelas transações de compra e venda que ele possibilita, ou se servir apenas para medir o que está se trocando, esse dinheiro não tem a potencialidade de se colocar como capital. Todavia, quando se insere no processo de produção ele se coloca como capital. É como se estivéssemos duas engrenagens que se combinam num movimento. As diversas formas de espoliação são produtoras de dinheiro e produtoras de capital em potencial. Para que o dinheiro funcione como capital tem que ser empregado no processo produtivo, seja de qualquer capitalista que for, quer diretamente investido na produção, quer indiretamente funcionando na condição de capital financeiro. Consagra-se, assim, por meio do capital financeiro o elo entre acumulação primitiva do capital e reprodução do capital (LENCIONI, 2012)

A análise do capitalismo contemporâneo não deve ser feita de forma a apartar a produção material do rentismo, como se fossem dinâmicas distintas. Os gastos vinculados à renda estão interligados nos custos com a propriedade e com os ganhos de produção. “As rendas derivadas ampliam o rentismo dentro da financeirização para além, mais vinculada ao dinheiro, à propriedade e menos à produção” (PESSANHA, 2019, p. 41). O setor produtivo

começa a operar com mecanismos financeiros quando participa dos mercados de ações, das aplicações em juros bancários e dos instrumentos dos fundos financeiros, estratégias essas que muitas vezes geram o endividamento das corporações, uma vez que as empresas necessitam se expandir continuamente para terem mais acesso ao crédito e aumentarem seu valor de mercado, ao passo que sem conseguirem empréstimos não alcançam o crescimento esperado pelo mercado. Mesmo caminhando para um processo de endividamento da corporação, as operações acabam compensando economicamente a curto prazo, tendo em vista que os lucros obtidos no mercado financeiro são superiores aos obtidos pelo aumento da produtividade.

Os instrumentos do sistema financeiro, em especial os fundos de investimentos e os mercados futuros, possibilitaram uma enorme mobilidade para o capital, que cada vez mais absorvem os lucros da produção. O entendimento do novo padrão de acumulação passa pela relação entre a financeirização e o rentismo, na qual as rendas derivadas estão intimamente ligadas à propriedade, base da produção material. É no território, portanto, na propriedade que são feitos os investimentos em capital fixo, onde se encontra com o trabalho com o objetivo da realização da produção material.

1.2. Contribuições teóricas sobre a renda da terra no capitalismo contemporâneo

É necessário que retomemos o debate a respeito da renda da terra para que possamos avançar no entendimento dos processos da financeirização da economia e do campo. A discussão sobre a renda, nos termos de Marx, apresenta algumas categorias que podem ser teoricamente deduzidas da teoria do valor, sendo elas: renda diferencial I, renda diferencial II, renda absoluta, renda de monopólio e renda mineral. A renda é a forma pela qual a propriedade se realiza economicamente, extraindo uma parcela do valor que é produzido.

Marx retoma a análise de David Ricardo para ter a compreensão sobre a renda diferencial I, porém discordando de que a única renda fundiária possível seria a renda diferencial baseada na diferença natural de fertilidades do solo, desprezando a condição monopolizável da terra. Essa categoria é definida pela metamorfose do sobrelucro em renda fundiária a partir da diferença de fertilidade natural do solo ou sua localização privilegiada em relação aos mercados consumidores, portanto um elemento externo aos agentes envolvidos na produção. Entende-se como sobrelucro a parcela que compõe o lucro além do lucro normal (derivado do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir um bem), ou seja, é um lucro extra extraído a partir da redução do tempo de trabalho individual para a produção de

mercadoria em relação ao tempo de trabalho socialmente determinado (PAULANI, 2016).

A renda diferencial II é constituída a partir das diferenças de produtividade artificialmente obtidas. Enquanto no caso anterior a questão central era em relação a produtividade da terra, portanto uma característica natural, agora o sobrelucro se metamorfoseia com base na aplicação desigual do capital em faixas de terras de igual fertilidade (PAULANI, 2016). Os investimentos de capital na terra podem assumir característica permanentes se fixando ao terreno. Dessa forma, Souza; Santos; Menezes (2019) destacam que por se tratar de “investimentos diferentes de capital sob o modo de produção capitalista, este irá se opor à produção camponesa”. Esse movimento permite que a queda do preço da produção aumente a quantidade produzida e diminua os custos.

O caso da renda absoluta, por sua vez, expõe a transformação da mais-valia agrícola em renda. É cobrada inclusive sobre os terrenos menos férteis ou marginais, que não possuem vantagens de produtividade e obtida a partir do resultado do monopólio de uma classe sobre terra, onde há elevação artificial dos preços dos produtos agrícolas em relação ao preço de produção geral. O monopólio da propriedade privada da terra confere poder de barganha ao proprietário de modo que este pode aumentar os preços de produção conforme interesses particulares, adquirindo maior renda (SOUZA; SANTOS; MENEZES, 2019). Na agricultura o preço de produção é determinado pelas despesas de produção necessária no pior terreno, portanto o terreno inferior só será explorado quando os preços dos produtos subirem ao ponto em que mesmo nessas áreas seja bastante rentável. Permitindo, dessa forma, a extração da renda absoluta por parte do proprietário da terra.

Quando se trata da renda de monopólio, Marx compreende que a partir do monopólio de terra que apresenta uma característica natural excepcional é possível produzir uma cultura com qualidade única e a partir dessa singularidade conseguir lucro adicional. Portanto, o que gera essa renda é a qualidade excepcional produzida e não o aumento da produtividade, como nos casos anteriores. Dessa forma, o preço a ser comercializado do produto não será definido pelo tempo de trabalho individualmente ou socialmente determinado, mas pela disposição daqueles que desejam comprar o produto de qualidade diferenciada e de poucos exemplares.

Por fim, a renda mineral, ela constitui uma modalidade específica da renda da terra associada à propriedade de recursos naturais cuja oferta é fixa e não reproduzível. Decorre das particularidades da atividade extrativa, em que a exploração de jazidas com distintas condições naturais produz diferenças de custo entre capitais. Essas desigualdades permitem a obtenção de sobrelucros pelos empreendimentos mais produtivos, posteriormente apropriados pelos proprietários do subsolo sob a forma de renda diferencial. Além disso, o setor mineral

também pode gerar renda de monopólio, resultante do controle exclusivo de recursos escassos ou de difícil replicação, o que possibilita a cobrança de pagamentos adicionais simplesmente pelo acesso à jazida.

A renda fundiária voltou a ocupar posição central no debate teórico e analítico sobre o mundo rural a partir da elevação dos preços internacionais dos grãos e das matérias-primas agrícolas em 2003, bem como da crise alimentar de 2008. Trata-se, contudo, menos de um “retorno” empírico da renda da terra — cuja extração constitui um elemento estrutural e permanente das formações agrárias capitalistas — e mais de uma inflexão interpretativa que recoloca a renda fundiária no centro das explicações sobre a dinâmica contemporânea da agricultura. Nesse sentido, conforme argumenta Rubio (2014), o que se observa é a reatualização da categoria como chave de leitura para compreender a valorização das terras, a financeirização dos ativos fundiários e a intensificação das disputas territoriais em contextos de alta das commodities.

A autora identifica três momentos históricos em que os baixos preços internacionais dos alimentos comprimiram a capacidade de apropriação da renda da terra, deslocando o foco analítico para outras determinações do processo produtivo. O primeiro ocorreu ainda no século XIX, quando a Inglaterra, pressionada pelo encarecimento do trigo doméstico e pelos altos salários industriais, passou a importar cereal dos Estados Unidos, cuja incorporação de terras mais férteis possibilitava preços inferiores mesmo com os custos de transporte (VERGOPOULOS, 1975 apud RUBIO, 2014). O segundo momento verifica-se no pós-guerra, com a expansão da produção agrícola latino-americana a preços mais baixos que os praticados no mercado internacional, contribuindo para a contenção salarial na indústria e para a redução de custos dos setores dependentes de insumos agropecuários. O terceiro associa-se à ascensão do neoliberalismo e à consolidação de um regime agroalimentar pautado pela desvalorização sistemática dos produtos agrícolas, no qual os Estados Unidos forçaram os preços internos abaixo do custo de produção, estabelecendo parâmetros deprimidos para os mercados globais. Diante desse cenário, muitos países em desenvolvimento responderam com políticas de subsídios, buscando sustentar sua produção agrícola.

Assim, a noção de “retorno da renda da terra” não sugere a reemergência de um mecanismo ausente, mas sinaliza a necessidade de recolocar a renda fundiária como categoria explicativa central para interpretar as novas formas de apropriação de valor no campo, especialmente em contextos de elevação de preços, revalorização imobiliária rural e intensificação das estratégias de controle territorial pelo capital.

Rubio (2014) reforça que, assim como os senhores de terra no século XIX se apropriavam da renda da terra, hoje são as empresas transnacionais que se aproveitam dessa apropriação, sendo elas pagas diretamente pelo consumidor. Entretanto, não são mais os cultivos alimentares que impactam na extração da renda da terra, ficando a cargo da produção de culturas para os agrocombustíveis, bem como monoculturas cujo principal destino é a produção de ração animal. A produção de *commodities* e a emergência da renda tem sido um processo altamente lucrativo, dessa forma, como estratégia, o capital tem concentrado terra em escala mundial. Passou a ser tendência que fundos de pensão e fundos de capitais privados invistam em negócios com a terra com fim especulativo para ganhos em curtos prazos.

Foi observando o cenário de valorização da terra e considerando a crise agrária como sendo parte de uma crise econômica que Rangel (1986) formulou a sua teoria sobre a IV Renda da terra. Esta teoria insere-se no esforço de interpretar a dinâmica fundiária brasileira para além das formas clássicas de renda diferencial e absoluta, incorporando as transformações financeiras que passaram a estruturar o mercado de terras. Observando um contexto de valorização imobiliária rural associado a uma crise agrária imbricada à crise econômica mais ampla, o autor argumenta que a terra passa a desempenhar um papel que extrapola sua função produtiva direta, convertendo-se em suporte de valorização patrimonial. Nessa leitura, a renda não deriva apenas do uso agrícola ou da fertilidade diferencial, mas da expectativa de elevação contínua do preço da terra, isto é, de sua retenção estratégica enquanto ativo escasso capaz de capturar ganhos futuros.

A IV renda da terra, portanto, expressa uma inflexão financeira da propriedade fundiária. À medida que as intermediações financeiras passam a ditar a dinâmica do setor rural, o título de propriedade é progressivamente equiparado a um ativo mobiliário, aproximando-se do comportamento de ações e obrigações. Mesmo áreas improdutivas ou subutilizadas são incorporadas a essa lógica, pois sua valorização independe do rendimento produtivo corrente, estando ancorada na especulação, na proteção contra a inflação e na possibilidade de ganhos de capital. A terra converte-se, assim, em reserva de valor, funcionando como mecanismo de preservação e multiplicação de riqueza em contextos de instabilidade econômica e volatilidade monetária.

Essa interpretação desloca o foco analítico da renda como resultado exclusivo da produção para a renda como resultado da financeirização do território. A propriedade fundiária passa a operar simultaneamente como meio de produção e como instrumento financeiro, integrando estratégias de portfólio de grandes agentes econômicos e intensificando processos de concentração, retenção especulativa e conflitos pelo acesso à terra. Desse modo,

a IV renda da terra revela como, no capitalismo contemporâneo, a terra se consolida não apenas como base material da agricultura, mas como ativo estratégico na circulação e valorização do capital.

Nesse sentido, tem se acentuado a participação de investidores financeiros nos processos de aquisição e controle de terras, sendo eles os mais tradicionais: fundos de pensão, fundos soberanos, fundos de hedge, fundos de *endowments*, *private equity*, entre outros, além de atores considerados novos no mercado financeiro, como por exemplo as TIMOs, que são empresas de organização e gestão de investimentos florestais. Dessa forma e se tratando de aquisição de terras, Gunnoe (2014) destaca que a similaridade entre os investidores financeiros e os agentes industriais se dá no sentido de que ambos visam o aumento do retorno do capital investido. Em contrapartida, a sua distinção se encontra na relação com a produção de mercadorias (“commodity”). Enquanto os industriais normalmente se relacionam com a terra com finalidade de produção de “commodities” direcionada para a fabricação de alimentos ou produtos madeireiros, os atores financeiros utilizam a propriedade da terra como um ativo financeiro, cuja gestão assume uma perspectiva de valorização do preço dos ativos em um curto prazo com a finalidade de maximizar o lucro dos investidores.

Entretanto, assim como ressalta Barros Junior (2019), é importante destacar que grandes corporações agrícolas que atuam na produção de *commodities* têm se conectado cada vez mais com os mercados especulativos. Dessa forma, são empresas que também passam a considerar a terra como um ativo financeiro. Diferentemente do que salienta Gunnoe (2014) ao considerar apenas o surgimento de novos atores inseridos no setor financeiro, como as gestoras de terras agrícolas.

Um ponto fundamental, trazido por Gunnoe (2014, p.485) a ser destacado, é que a financeirização tem como característica a busca por novos ativos de investimentos, particularmente os que possuem fluxos e rendas previsíveis, a fim de aumentar os ganhos dos investidores. Esses ativos incluem a infraestrutura pública, assim como os recursos naturais como a terra e têm como objetivo servir de garantia para que os investidores estabeleçam as condições para a especulação financeira. O controle rentista evidencia a atual fase do capitalismo financeirizado, porém não é um fenômeno novo, é como se os rentistas tivessem reagido e retomado uma aliança entre o capital financeiro com o *real estate* para criar uma simbiose do setor *FIRE* (acrônimo em inglês para se referir ao setor financeiro mais amplo que inclui as finanças, os seguros e os imóveis) (*apud* HUDSON, 2012, p.202).

As discussões a respeito da teoria da renda da terra tiveram seu ápice entre as décadas de 1960 e 1970, e foi a teoria básica para os estudos sobre a estrutura agrária. Entretanto, com

a virada cultural na teoria social contemporânea, a teoria da renda da terra passou a ser relegada, sendo considerada uma explicação economicista das relações sociais (BOTELHO, 2016). No entanto, no Brasil esse movimento aconteceu posteriormente, pois durante a década de 1990, por conta da importante atuação de movimentos sociais no campo, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), ainda era notório os debates sobre a renda da terra.

O ressurgimento da teoria da renda da terra sob as perspectivas e contribuições de Harvey se dá a partir de “uma abordagem nova e radical do papel da propriedade imobiliária na sociedade burguesa”, onde “a propriedade imobiliária, através da renda, é a expressão mais acabada do capital fictício” (BOTELHO, 2016, p. 2-3). Isso porque a fusão entre a renda e o capital é cada vez mais notória e presente. Ou seja, o capital é capaz de criar em diferentes lugares as condições de produção que são dadas naturalmente a outras localidades, de tal modo que já não é mais possível determinar a origem da renda diferencial sendo obtidas pelas características naturais. Entretanto, é necessário apontar que a renda da terra é integrante da teoria do valor e que não somente adentrou na lógica da sociedade burguesa. Para isso, é preciso considerar que

da mesma maneira que confinar as origens do dinheiro às diferentes formas de valor incorporadas na mercadoria não diz tudo que tem a ser dito sobre o papel do dinheiro e do crédito, vincular a origem do preço da terra a uma renda fundiária capitalizada não esgota toda a importância do que pode ser dito sobre os mercados fundiários no capitalismo. (HARVEY, 2013, p. 532)

A partir da teoria da renda da terra é possível precificar a terra e, portanto, permite que ela seja trocada tal qual uma mercadoria, que é fruto produto do trabalho. Porém, neste caso, é comercializado o direito à renda fundiária produzida pela terra, e não a terra propriamente dita. Dessa forma, o dinheiro dispendido na aquisição é equivalente à um investimento que rende juros. Ou seja, ao adquirir o direito à renda fundiária, o comprador, na realidade, está adquirindo o direito sobre os ganhos futuros do trabalho, a propriedade da terra relaciona-se com a antecipação de ganhos futuros que podem vir a ser produzidos ou nunca realizados. Nesse sentido, Harvey (2013) resume que o direito à terra se torna uma forma de capital fictício.

A especulação está vinculada à comercialização da terra, uma vez que os preços das terras e da propriedade são afetados pelas antecipações de rendas futuras relacionadas tanto com os fluxos de capitais futuros quanto ao trabalho futuro. Desse modo, inclusive as terras

ociosas podem adquirir um preço. Os proprietários de terra, a fim de se apropriarem de valores de renda cada vez maiores, podem impor novas configurações à produção na terra, pressionando a produtividade com a implementação de capital e aumentando a exploração do trabalho. Harvey (2013) destaca o papel dos proprietários de terra ao afirmar que:

Eternamente lutando para colocar a terra em seu “melhor e mais elevado uso”, os proprietários de terra criam um dispositivo de triagem que filtra os usos da terra e impõem as alocações do capital e do trabalho que do contrário não poderiam acontecer. Olhando para o futuro, eles também podem injetar uma fluidez e um dinamismo no uso da terra que do contrário seriam difíceis de serem gerados. Quanto mais vigorosos forem os proprietários de terra nesse aspecto, mais ativo será o mercado fundiário e mais ajustável se tornará o uso da terra em relação às exigências sociais – no presente momento, a acumulação do capital. (HARVEY, 2013, p. 534)

Para o autor, o mercado fundiário dita a maneira como o capital deve se alocar à terra e, dessa forma, molda a estrutura geográfica de produção, a comercialização, a divisão técnica do trabalho, os espaços socioeconômicos de reprodução etc.

1.3. Reconfigurações do mercado de terras e expansão do land grabbing

O novo mercado global de terras se estrutura a partir da ascensão do sistema financeiro, na qual passaram a investir em terra e matérias-primas como importantes ativos diante de um período de crises do capitalismo. O ano de 2006 é um marco dos processos de aquisição de terras no mundo devido ao acentuado volume de aquisições realizadas por estrangeiros, podendo ser empresas ou mesmo governos. Segundo Sassen (2016), entre os anos de 2006 e 2011 é estimado que tenham sido comercializados mais de 200 milhões de hectares de terra, sendo grande parte das terras localizadas na África e com uma parcela cada vez maior na América Latina, mas também presente em alguns países da Europa e Ásia.

Os dois fatores preponderantes para compreender a mudança abrupta no mercado global de terras, que presenciou um aumento significativo na quantidade total de terras transacionadas e um maior alcance geográfico, são: 1) a demanda crescente puxada pela China e pelos Estados do Golfo Pérsico por cultivos industriais para fabricação de biocombustíveis e por cultivos de alimentos; e 2) o caráter especulativo que a terra possui, sendo ela transformada em um investimento atraente diante do aumento dos preços dos alimentos no mundo durante a década de 2000 (SASSEN, 2016).

Os processos de aquisição de terras são complexos e requerem o desenvolvimento de infraestrutura que seja suficiente para abastecer as terras com serviços que viabilizem as aquisições e vendas. Esse é um caminho de mão dupla, pois da mesma maneira, o desenvolvimento de infraestrutura estimula novas aquisições de terras por estrangeiros.

Esse setor de serviços especializados cada vez mais sofisticado inventa novos tipos de contrato e formas de propriedade e cria instrumentos inovadores de contabilidade, legislação e de seguros. À medida que se desenvolve, ele depende, por sua vez de novas aquisições de terra estrangeira como fonte de lucros (SASSEN, 2016, p. 100).

A virada do século XXI apresentou transformações globais que foram determinantes para aguçar os interesses em terras e recursos naturais pelo capital financeiro. A confluência das crises ambiental, energética, de alimentos, climática e financeira acompanhou a difusão dos novos mercados e ativos relacionados com a terra (KATO; LEITE, 2020). Os novos mercados e os instrumentos financeiros permitiram, junto com as realizações de inovações institucionais, que a narrativa que considera a terra como importante componente nos portfólios de investidores institucionais fosse difundida.

As discussões a respeito desse movimento de capitais rapidamente ganharam destaques nos canais de mídias e chamou a atenção de diversos movimentos sociais, com foco inicialmente centrado na extensão e quantidade de terras adquiridas. Dessa forma observou-se uma “grilagem de manchetes” sobre a questão do *‘land grabbing’* (SAUER; BORRAS JR, 2016) na qual diversas notícias e artigos foram publicados mesmo diante das dificuldades de comprovação dessas transações. Fato é que a terra passou a ser necessária para os investimentos no capitalismo avançado, e isso acarreta o fenômeno do *‘land grabbing’* envolvendo a apropriação de terras, água, serviços ambientais e outros recursos naturais.

Por algum tempo a tradução de *“land grabbing”* para o português esteve em disputa, de modo que foi preciso estabelecer um termo que seja abrangente e que comporte um leque de possibilidades interpretativas. Sauer e Borras (2016) defendem que o termo “apropriação de terras” atende esses requisitos e fogem de expressões como “grilagem”, “estrangeirização de terras”, e “expropriações”, por elas já possuírem significados específicos na literatura especializada e serem fenômenos restritos. Por exemplo, um processo de aquisição de terra (*land grabbing*) pode contar com a participação do capital estrangeiro e, portanto, produzir o que se chama de estrangeirização da terra, ou ser realizado com o capital nacional, assim como os documentos que estabelecem a compra ou a apropriação da terra podem se dar maneira ilegal (processo de grilagem) ou utilizando do próprio aparato jurídico ou de brechas

da legislação para ser realizado.

Com a intenção de formular uma definição que não seja nem tão restritiva nem muito genérica, Borras et al. (2012) propõe três aspectos decisivos e interligados do fenômeno contemporâneo do *land grabbing*. O primeiro ponto diz respeito a dimensão do poder envolvido no controle de terras e outros recursos naturais, em que podem ser destacadas relações políticas. Em segundo lugar é preciso considerar a escala dos processos de aquisições de terra, levando em consideração tanto as aquisições de terra propriamente dita, como o volume do capital empregado, considerando que há várias formas de controlar a terra como: compra, arrendamento, concessão, contrato de fornecimentos, conservação florestal etc. Por fim, o terceiro aspecto é o entendimento de que a apropriação de terras é uma dinâmica de acumulação de capital em decorrência da confluência das múltiplas crises ocorridas no início do século XXI, na qual os investimentos em terras seriam uma oportunidade mais segura e que as lavouras temporárias de uso variados (*flex crops*) possibilitaria flexibilizar a produção de acordo com as necessidades do mercado e suas crises.

A literatura atual sobre o “*land grabbing*” passou por uma “virada qualitativa” na qual, a explicação sobre o controle fundiário passou a ser fundamentada com uma visão crítica e considerando as “narrativas de crise”.

Nessa compreensão, *land grabbing* é a forma primordial de se obter o controle da terra e de se promover a exclusão de outros de seu uso, sendo, entretanto, modificado por contextos em transformação e por novos atores e matrizes de interpretação dos fenômenos. As “novas fronteiras do controle da terra” seriam tema de suas análises visando à particularidade de *land grabs* atuais (BOECHAT et al., 2017).

A expansão de atividades extrativistas nos territórios rurais evidencia novas e antigas dinâmicas de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004). Os impactos sobre a crescente escalada dos processos de aquisição de terra no mundo vêm afetando diretamente a vida de milhares de pequenos e médios agricultores, comunidades e povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e diversos outros grupos sociais tradicionais. O equilíbrio do meio ambiente, inevitavelmente, também é afetado a partir do momento que o aumento das apropriações e aquisições de terras são acompanhados da produção de *comodities* em um modelo de monocultura.

Puxados pela demanda chinesa, os setores que mais têm atraído os investimentos em terra, sobretudo no Brasil e no cone Sul, tendo em vista que constituem um eixo de comércio mundial de *commodities* agrícolas, são os das cadeias de proteína animal, incluindo, além da

carne, o milho e a soja; a cana-de-açúcar, por ser a base para produção do etanol, principal biocombustível produzido na região e que possui altas perspectivas nos mercados globais; e a cadeia de papel e celulose, na qual a reestruturação produtiva global do setor provocou o deslocamento das grandes empresas dos países nórdicos e do Canadá para os países do Sul, substituindo a produção de pinus por eucalipto, que possui uma taxa de crescimento das árvores de duas ou até três vezes maior (WILKINSON, 2017).

Dada a conjuntura internacional apresentada no início dos anos 2000, que colocou na centralidade da agenda internacional a importância dos recursos naturais seja para alimentar a população mundial, para produção de matéria prima ou para soluções ambientais, tivemos um rápido aumento dos preços das *commodities* agrícolas. Algumas hipóteses sobre como o aumento dos preços das *commodities* impactou nas dinâmicas do mercado fundiário brasileiro foram levantadas. Flexor e Leite (2017) apresentam a ideia central de que a elevação dos preços dos alimentos provoca um aumento da demanda por terras nos países exportadores, como é o caso do Brasil, dessa maneira, acarreta o aumento nos preços dos ativos fundiários no curto prazo. Outra hipótese trazida pelos autores é que a partir das novas formas de apropriação das rendas que os recursos naturais proporcionam, há uma significativa mudança da lógica produtiva e patrimonial.

O crescente do interesse global em alimentos, agrocombustíveis e matérias primas intensificou a busca por terra em diversas regiões do mundo. Dados do Banco Mundial indicam que os principais demandantes de terras no mundo são: a) governos preocupados com o abastecimento interno de alimentos, principalmente a partir da crise alimentar de 2008; b) empresas financeiras que encontram vantagens comparativas na aquisição de terras; e c) empresas do setor agroindustrial que procuram expandir seus negócios. O interesse de agente financeiros que historicamente eram contrários aos investimentos em terra, devido à imobilização do capital e a baixa liquidez dos investimentos, passou a ser cada vez mais frequente (FLEXOR e LEITE, 2017).

No Brasil, o contexto da crise financeira global de 2008 também evidenciou o aumento da procura dos investimentos em terras por parte do capital financeiro, dado que tais investimentos facilita a circulação do capital financeiro em um contexto de instabilidade econômica internacional. As linhas de crédito oferecidas pelo Estado brasileiro subsidiam o agronegócio através de negociações de Títulos do Tesouro Nacional ao passo que provoca o endividamento do Estado (MENDONÇA; PITTA, 2014). Com a crise, o perfil do agronegócio brasileiro mudou de forma que empresas estrangeiras para além do setor agrícola, como petroleiras, automotivas e financeiras, passaram a ser mais frequentes no campo

brasileiro. Esse processo acontece a partir da concentração de capitais através das fusões e aquisições. Ao aumentarem seu capital com a adesão de novos ativos como máquinas, terras e subsidiárias as grandes empresas passam a ter maior valor de mercado em suas ações, o que contribui como parâmetro para que consigam créditos e financiamentos que possam ser investidos em montantes cada vez mais elevados (MENDONÇA; PITTA, 2014). A capacidade de adquirir créditos e financiamentos é proporcional aos valores dos ativos que as empresas possuem.

A crise cambial ocorrida na década de 1990 também foi preponderante para o aquecimento do mercado de terras nacional. Diante de um cenário de crise e com o mercado financeiro pouco atrativo, os investidores buscaram diversificar seus investimentos, com isso a terra passou a ser uma das alternativas. Dessa maneira, investidores institucionais passaram a ter interesses semelhantes aos do setor agroindustrial. Conforme Petras e Veltmeyer (apud BARROS JUNIOR, 2019), o governo de Fernando Henrique Cardoso teve como marca o estímulo da aliança entre o capital financeiro estrangeiro e o capital agromineral, a partir de políticas neoliberais, como as privatizações.

O regime disciplinar a partir de dívidas impostas aos países do Sul global pelos programas de reestruturação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), a partir da década de 1970, e as demandas da Organização Mundial do Comércio (OMC), na década de 1990, foram políticas que favoreceram as aquisições de terras estrangeiras que tem ocorrido em grande escala nas últimas décadas (SASSEN, 2016). Essas organizações internacionais tinham como objetivo impor um conjunto de políticas e normas para a administração da economia, denominadas hoje como “medidas de austeridade”, dentre as quais incluem

o controle da inflação, mesmo que significasse sacrificar o crescimento econômico e os empregos, a redução dos aparentes desperdícios governamentais a quase qualquer preço; o pagamento da dívida, mesmo que significasse o corte de benefícios sociais, de serviços de saúde e do desenvolvimento da infraestrutura; e a privatização de todos os serviços básicos, desde as telecomunicações até o sistema bancário (SASSEN, 2016, p.103).

O objetivo final dessas políticas era reestruturar as funções do governo e tornar o poder executivo refém aos interesses do FMI, Banco Mundial e a OMC. A lógica apresentada era que os países do Sul global, endividados, teriam que seguir as recomendações do FMI e do Banco Mundial para terem acesso a financiamento e a mecanismos de minimizarem suas dívidas públicas. Entretanto, tais medidas propostas pelas instituições internacionais não

foram suficientes para atingir o crescimento econômico e tão pouco para construir um governo democrático forte. O que aconteceu na maioria dos países foi o aumento do endividamento a credores estrangeiros, diminuição dos investimentos em saúde, educação, infraestrutura e empresas locais falindo frente a concorrência de empresas estrangeiras globais e bem capitalizadas. Na prática, tais medidas se tornaram mecanismos de desestabilização de governos e teve como efeito permitir a inserção do território nacional em circuitos corporativos globais. O território passa a ser disponibilizado no mercado global.

Sassen (2016) dá destaque para a forma como a qual esses programas de reestruturação foram responsáveis em parte pela facilidade com que compradores estrangeiros possam adquirir terras e como os governos passam a permitir essas transações. A autora apresenta que a corrupção e a grande dívida externa podem ser facilitadores nas negociações, mas considera também a relevância das inovações legislativas, contábeis e acordos comerciais. Ela ainda aponta dois vetores que fazem o elo entre os programas de reestruturação impostas aos países do Sul global com as aquisições de terras, sendo o primeiro o regime de dívidas que provoca o enfraquecimento e empobrecimentos de governos nacionais; o outro vetor versa sobre o regime de débito como um elo entre a economia do Estado soberano com outros governos e empresas estrangeiras, abrindo a economia para outros agentes que não ficando só restritivo ao FMI e o Banco Mundial.

CAPÍTULO II

Culturas Flexíveis, Usos Múltiplos e Estruturas de Controle Territorial

A apropriação global de terras tem chamado a atenção de diversos acadêmicos, instituições internacionais, ONGs, governos e meios de comunicação social há mais de uma década. O aumento dos preços dos alimentos entre 2007 e 2008 foi um marco nas discussões sobre o tema devido ao acentuado volume de transações com terras no mundo. A partir desse momento, acadêmicos começaram a determinar os parâmetros analíticos para a compreensão desse fenômeno contemporâneo. A delimitação da região de sua ocorrência passou a considerar outras áreas, que não somente o continente africano, mas também o leste europeu, o sudeste asiático, os países do norte e da América Latina, assim como as análises passaram a incluir também as formas de controle sobre toda a cadeia de produção de valor, não se restringindo, portanto, apenas às apropriações de terras. A água também passou a ser tema de estudo no âmbito das apropriações, assim como a noção de “green grabbing”, que diz respeito à apropriação de terras a partir de um discurso em prol do meio ambiente. As questões acerca do trabalho social, dos conflitos gerados e da violência resultante do fenômeno, bem como a relação mais ampla entre a dinâmica da apropriação de terras e a mudança do regime alimentar, também foram temas de trabalhos elaborados no escopo das discussões sobre apropriação de terras. A literatura científica sobre a temática tem se desenvolvido ampliando as perspectivas de análises e incorporando uma abordagem mais geral do fenômeno como parte do desenvolvimento do capitalismo global, que se estruturou a partir das convergências das crises alimentar, energética, climática e financeira.

A definição de “*land grabbing*” elaborada, a princípio, por estudos da FAO argumentava que os negócios com terras só poderiam ser enquadrados como apropriação de terras caso seguissem três condições básicas: a primeira se refere à quantidade de terras envolvidas no negócio, que deveria ser superior à mil hectares para um único caso; a segunda, trata da participação direta de governos estrangeiros; e, por fim, tem-se, ainda, o fato de que os novos investimentos em terras devem apresentar um impacto negativo na segurança alimentar do país que sofre a apropriação. Entretanto, essa definição estabelecida pela FAO é considerada excessivamente restritiva, por caracterizar-se como uma análise centrada no aspecto da crise alimentar e, dessa forma, não contempla enfoques relevantes sobre as mudanças agrárias impostas pela apropriação de terras contemporânea (BORRAS et al., 2012a).

Buscando contornar essas limitações sobre a definição de apropriação de terras, Borras et al. (2012b) formulam outras três principais características que, interligadas, poderão conferir significado ao fenômeno contemporâneo. O primeiro elemento diz respeito às relações de poder e política, na qual considera-se que a apropriação de terras é essencialmente

uma “apropriação pelo controle”. Em outros termos, tem-se que é a capacidade de controlar a terra e outros recursos naturais associados a ela, como por exemplo, a apropriação da água e dos recursos hídricos (*water grabs*) e recursos ambientais (*green grabs*), com a finalidade de obter benefícios diante do capitalismo contemporâneo, que cada vez mais tem a terra como importante fator de produção e acumulação de capital. Assim, a apropriação a partir do controle da terra e dos recursos naturais nem sempre exige a expulsão de camponeses e povos tradicionais de suas terras, porém esse é um fenômeno que subjuga essas populações.

A segunda característica identificada pelos autores diz respeito a escala das apropriações de terras. Há que se observar, contudo, que, nesse caso, existe uma marcante oposição à proposta desenvolvida pela FAO, uma vez que o mencionado valor de referência para a classificação de grandes aquisições de terras não está empregado aqui. E, para além da dimensão quantitativa de terras envolvidas no processo de aquisição, torna-se também relevante considerar a escala do capital envolvido. Essas duas dimensões são distintas, mas interligadas, permitindo vislumbrar diversas formas de aquisição de terras, além da compra direta. São exemplos disso o arrendamento, o contrato com agricultores e outras formas de efetuar o controle de terras. Essa dimensão da escala, levando em consideração o capital investido, atribui à terra a importância que ela possui para as operações de valorização do capital.

Por fim, os autores apontam que a terceira característica que distingue a atual apropriação de terras é o fato de que ela ocorre a partir das dinâmicas e estratégias de acumulação de capital, que decorrem em resposta a convergência das crises alimentar, energética/combustível, climática e financeira. A difusão das “culturas flexíveis” é uma resposta da agricultura frente aos desdobramentos das crises apresentadas, uma vez que são culturas que apresentam usos múltiplos (como alimentação, ração, combustível e matérias primas para industriais) e que podem ter seus usos facilmente flexibilizados, a depender dos preços nos mercados. Dessa forma, um único setor agrícola pode ter diversos motivos para a aplicação dos processos de apropriação de terras, como a produção de alimentos, combustível e/ou serviços ambientais.

Considerando que o diferencial das apropriações de terras contemporâneas reside na interligação entre as três características apresentadas por Borras et al. (2012b), discutiremos nesse capítulo os processos de apropriação de terras no Brasil a partir da utilização de monoculturas de árvores. Apresentaremos uma discussão sobre as chamadas “flex crops” e como o setor da produção de monocultura de árvores se insere nesse debate, revelando ainda a divisão internacional do trabalho nesse setor na qual a produção de monoculturas de árvores

em países tradicionais do norte global se diferencia dos países do Sul, em especial o Brasil. Sob os aspectos das relações de poder envolvidas nas apropriações de terras e da escala de terras e capital dispendidos nesses processos, apontaremos para a participação dos fundos financeiros enquanto agente fundamental nas dinâmicas de apropriação de terras, a sua relevância diante do volume de capital empreendido nas operações e os meios pelo qual o capital consegue se territorializar.

2.1. Culturas de usos múltiplos e flexíveis na economia política agrária

As preocupações e interesses em torno da segurança alimentar, da segurança energética, da necessidade de atenuação das mudanças do clima e a crise financeira global têm transformado as dinâmicas agrárias modernas. Além dos países do Norte Global, considerado os centros tradicionais do capital, os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e alguns países de rendimento médio, que também representam centros emergentes do capital internacional, são grandes demandantes de *commodities* e recursos naturais. Essas transformações têm levado a ascensão de culturas flexíveis, que são aquelas que possuem múltiplas utilizações, tais como: alimentação, ração, combustível, material industrial, etc. e têm a possibilidade de serem intercambiados de forma flexível (BORRAS et al., 2016).

Sempre em busca de maior lucratividade, a flexibilidade, que surge a partir das múltiplas relações entre diversas culturas e seus usos, pode se tornar lucrativa através de diversos meios, como: a alteração nos preços de mercado, seja nos insumos da produção ou do próprio produto final; o quadro político, a partir dos subsídios que estimulam a produção de culturas específicas; e os avanços técnicos e científicos que facilitam a conversão de matéria primas, como por exemplo o caso das biorrefinarias. Os exemplos de “culturas flexíveis” que estão mais estabelecidas e em maior evidência, segundo Borras et al. (2016), são a soja (com a possibilidade de produzir ração animal, alimento ou biodiesel), a cana-de-açúcar (sendo destinada a produção de alimentos e etanol), o óleo de palma (com a destinação para alimentos, biodiesel e usos industriais) e o milho (servindo para alimentação, ração e etanol). Além dessas, a mandioca, o coco, a beterraba, a colza e o girassol também são consideradas “culturas flexíveis”, assim como as monoculturas de árvores também estão sendo consideradas flex, pois são facilmente intercambiadas para a extração de madeira, celulose, biomassa, etanol e para fins de sequestro de carbono.

As “flex crops” permitem a um determinado setor agrícola que diversifique sua gama de produtos, conferindo aos investidores maior previsibilidade em relação as rendas futuras e maior capacidade de reagir frente as variações dos preços, aproveitando os momentos de pico e resistindo diante da queda. A adaptação às variações do mercado e o baixo grau de risco que representam essas culturas se tornam muito atraentes para o capital financeiro que além da oportunidade de ganhos financeiros enxergam a possibilidade de gerarem uma nova narrativa a respeito a respeito do desenvolvimento.

Essas culturas apresentam duas dimensões distintas, porém semelhantes e sobrepostas. Borrás et al. (2016) apresentam a distinção a respeito dos usos múltiplos e flexíveis. A utilização múltipla de determinadas culturas não é, de fato, uma particularidade da reestruturação agrícola contemporânea, embora novas utilizações passaram a ser possíveis graças ao avanço tecnológico. Outros três aspectos contemporâneos dos usos múltiplos são: primeiramente, um alinhamento às questões associadas a economia política da mudança de preferências alimentares, com destaque para as proteínas animais, assim como das narrativas socioecológicas que estimulam a busca por recursos renováveis a respeito das mudanças climáticas. O segundo ponto versa sobre a procura dessas mercadorias serem mais difusas e globais, não se limitando a um determinado grupo social ou países específicos, embora as demandas dos BRICS tenham destaques crescentes. Enquanto o terceiro aspecto é sobre o aumento acentuado da procura mundial por essas *commodities*.

A emergência de diversas culturas com novos usos múltiplos se insere na forma como analisamos a economia política destas culturas e mercadorias, na medida em que a acumulação de capital, as relações sociais e as relações de poder estão diante de um novo leque de possibilidade de produção. Nesse sentido, a análise quantitativa desses produtos se faz importante para observarmos as tendências econômicas e políticas, entretanto não são suficientes. É preciso, também, ficar atento para os novos padrões de produção, novas rotas de circulação de mercadorias e consumo, que, cada vez mais, contam com agentes distintos de diversas áreas da economia como as empresas de alimentos, energia, combustíveis e biotecnologia e setores do capital financeiro como bancos, fundos de investimentos, fundos de hedge e outros.

No que diz respeito à flexibilidade dos usos dessas culturas, Borrás et al. (2016) destaca que caso uma cultura possa facilmente atender à diferentes objetivos, a partir de viabilidade técnica relativamente acessível e com retorno financeiro satisfatório, então a cultura apresentará múltiplos usos flexíveis e se tornará ainda mais interessante ao capital e com consequências políticas e econômicas mais acentuadas.

O potencial de flexibilização de uma cultura será maior quanto maior for a sua possibilidade de utilização, ou seja, culturas que possuem pelo menos dois principais usos já podem se tornar uma cultura flexível, porém aquelas que tiverem mais usos múltiplos poderão ser ainda mais flexíveis. Entretanto, para que culturas e *commodities* com usos múltiplos possam ser flexibilizadas são necessárias algumas condições como a base material do produto, isto é, o quanto é possível conferir múltiplos usos da cultura a partir de suas características física e química, a possibilidade tecnológica e a viabilidade do lucro. Caso uma cultura possua base material favorável para usos múltiplos e possibilidade e disponibilidade tecnológica para tal, porém não seja interessante para o mercado então a flexibilização pode não ocorrer (BORRAS et al., 2016).

Quando analisamos o caso das árvores e seus múltiplos e flexíveis usos é importante notar que há uma diferença entre a flexão de árvores e a flexão das mercadorias derivadas das árvores. O primeiro diz respeito às espécies e elementos das árvores que são destinadas ao processamento, enquanto o segundo, aos diferentes usos finais derivados das árvores como a serra de madeira, a pasta de celulose, a lignina e outros (KRÖGER, 2016a).

O quadro de flexibilização das árvores por muitas vezes é visto com demasiado otimismo ou até mesmo falso dentro do que se convém chamar de “economia verde”. Isso porque muitas vezes ainda falta um maior desenvolvimento tecnológico, da base material ou mesmo de rentabilidade. E mesmo quando há convergências dos três principais fatores, a sustentabilidade não é alcançada, pois as consequências políticas e socioambientais se mantiveram com a mesma dinâmica.

A flexibilização capitalista de árvores aumentou a diversidade de produtos para a indústria de transformação, porém a base produtiva se manteve pautada no modelo de monoculturas. Dessa forma, Kroger (2016) argumenta que as novas tecnologias desenvolvidas para proporcionar a flexibilização das árvores e a base material cada vez mais uniforme, concentrado em monoculturas de árvores de rápido crescimento, correspondem a dinâmicas distintas de um mesmo processo que busca maior lucratividade mantendo e aprofundando antigas relações de poder.

As mudanças em relação à indústria global da silvicultura passam pelo desenvolvimento do conceito de “*flex trees*” ou “árvores flexíveis” que aborda tanto as questões sobre a produção, os mercados e a economia, mas concentra-se principalmente na economia política e ecologia política, destacando as relações de poder envolvido, como as mudanças de controle da terra e da natureza (KRÖGER, 2016b). Os usos múltiplos e flexíveis que as árvores podem tomar passam pela produção de biocombustíveis e energia, madeira serrada, fibras, alimento

para animais e aditivo para indústria alimentar, além do plantio das árvores como estratégia para captura de carbono, entretanto este último uso é contestado enquanto uso flexível real e se há tecnologia suficientemente capaz de mensurar. Em vista disso, a utilização de árvores para captura de carbono é mais considerada como uma questão de narrativa propriamente dita. Ademais, é comum que a utilização para captura de carbono seja conjugada com qualquer outra opção de uso.

As principais multinacionais florestais já possuem capacidade técnica para produzir todos os usos que as árvores podem ser destinadas, como a celulose, papel, madeira serrada, madeira para geração de energia e todos os outros subprodutos da madeira. Entretanto, a flexibilização dos usos das árvores não acontece de maneira uniforme em todo o mundo, há uma diferença quando comparado as empresas instaladas nos centros tradicionais, como nos países europeus e Canadá, com as empresas alocadas no chamado Sul Global. A distribuição geográfica desigual aponta para o maior poder de flexibilização dos usos das árvores nos centros tradicionais, já que é de onde concentram tecnologias patenteadas, as vendas de máquinas de alta tecnologia e inovações. Ao passo que no Sul global se destaca a oferta de árvores de rápido crescimento (KRÖGER, 2016a).

A fim de ilustrar a distribuição geográfica desigual dos usos flexíveis das árvores, Kroger (2016) afirma que em regiões como a Escandinávia grandes complexos da indústria florestal integram em um mesmo local investimentos de todos os usos múltiplos das árvores incluindo a celulose, fábricas de papel, serrarias, biorefinarias e usinas de energia, conferindo assim maior grau de flexibilidade. Enquanto no Brasil a expansão das plantações industriais destina-se majoritariamente para as fábricas de celulose, energia e biocombustíveis, deixando de lado a cadeia de produtos derivados da serraria. Dessa forma, temos que a distinção tecnológica entre o Norte e o Sul global confere ao primeiro maior desenvolvimento para agregar valor aos produtos.

Apesar do maior desenvolvimento tecnológico ainda seja controlado majoritariamente pelas empresas que atuam no norte global, o desenvolvimento de técnicas e inovações, como as árvores geneticamente modificadas, vem ganhando destaque no sul global, principalmente com a empresa Suzano no Brasil. O desenvolvimento de árvores geneticamente modificadas permite o crescimento mais rápido das árvores e portando acelera o ritmo de rotação e oferece mais base material. Dessa forma, as monoculturas de árvores é o principal fator de atração para os investimentos do Sul global.

Os ciclos de rotação das plantações de árvores são substancialmente inferiores ao tempo de uma floresta natural ou seminatural encontradas nas regiões tradicionais do setor florestal,

enquanto no primeiro os ciclos podem variar de 2 a 10 anos, no segundo, tem cerca de 60 a 80 anos. O que confere maior flexibilidade da base material aos países do sul global. Assim, o caminho da flexibilização nos países de onde predomina as plantações de monocultura de árvore ocorre a partir da dependência da base material, já em áreas temperadas, onde apresenta o ciclo de rotação mais elevado, os ajustes tecnológicos são preponderantes para a flexibilização.

O desenvolvimento de árvores geneticamente modificadas quanto ao seu teor de lignina, tocado principalmente pelas indústrias de celulose, também compõe o quadro da flexibilização dos usos das árvores. Essa tecnologia visa baratear os custos de produção de papel e biocombustíveis, uma vez que quanto menor o teor de lignina nas árvores melhor a qualidade do papel a ser produzido e mais fácil é a conversão para biocombustíveis. A remoção da lignina das árvores é procedimento caro e requer complexos procedimentos químicos. Entretanto, o barateamento no custo da produção de papel e biocombustíveis a partir das árvores geneticamente modificadas com baixo teor de lignina acaba por impedir os diversos usos tradicionais que dependem da lignina para efetuar a sua pluralidade e, além disso, impossibilita as inúmeras outras destinações da lignina, inclusive como na substituição do petróleo em dispersões, aditivos, produtos químicos, plástico, fibra de carbono e outros (NELSON, 2008 apud Kroger, 2016a).

No Brasil, a Suzano é dona da empresa FuturaGene, responsável pela produção de árvores geneticamente modificadas com baixo teor de lignina, portanto tem seus usos destinados principalmente para a produção de celulose e bioenergia. Dessa forma, temos assim um exemplo de qual foi a opção majoritária tomada pelos produtores de madeira no Sul global, uma vez que a Suzano é uma das maiores produtoras de celulose do mundo.

Dada a importância do teor de lignina nas árvores para a produção de celulose e biocombustíveis, bem como para a base de uma considerável gama de subprodutos da madeira, num processo de flexibilização, o controle da terra, portanto o controle do tipo de árvore que será cultivado é determinante para definir o caminho da flexibilização da árvore. Caso sejam árvores modificadas para terem menor teor de lignina predomina a destinação para produção de celulose e biocombustível, caso contrário o leque de possibilidades para a transformação da madeira nas fábricas é mais amplo. O paradoxo das árvores geneticamente modificadas é que ao passo que tornam a produção de biocombustíveis e celulose mais lucrativa, desmultiplica os usos gerais das árvores. Dessa forma, o controle da terra e da escolha da base material a ser plantada está em uma disputa entre a desmultiplicidade e a multiplicidade/flexibilidade com aqueles que detêm o capital fixo que controlam as

tecnologias industriais (KRÖGER, 2016a).

2.2. Controle e concentração fundiária no setor florestal brasileiro

As disputas globais por recursos naturais refletem diretamente nas mudanças agrárias brasileira. A dinâmica de produção pautada na expansão de monoculturas orientadas, principalmente, para a exportação impulsiona mudanças nos usos da terra e da propriedade e como consequência mudanças sociais. As plantações de árvores destinadas a produção de celulose, carvão vegetal e outros produtos oriundos da atividade da silvicultura apresentou grande expansão nas últimas décadas no Brasil,

(...) a indústria de celulose mais do que triplicou a sua produção em vinte anos, alcançando em 2012 um volume de cerca de 14 milhões de toneladas, fazendo com que o Brasil passasse a ser o quarto maior produtor mundial de celulose, depois dos Estados Unidos, China e Canadá (BRACELPA, 2014).

Enquanto isso, a produção de madeira na silvicultura para abastecer o setor de papel e celulose mais do que dobrou, saltando de 32 milhões de m³ em 1990 para 70 milhões de m³ em 2010 e 74 milhões de m³ em 2012. (MARQUES, 2016)

A Tabela 2, a seguir atualiza os dados apresentados por Marques (2016). Nela é possível perceber que a produção de madeira para abastecer o setor e papel e celulose passou dos 122 milhões de metros cúbicos em 2024, apontando um aumento progressivo e expressivo da produção. Porém quando observado o caso da produção do carvão vegetal e da lenha o cenário é diferente. Para o carvão vegetal é possível notar uma variação da quantidade produzida com oscilações positivas, mas que não expressão grandes valores absolutos. Enquanto a lenha apresentou uma relativa estagnação entre os anos de referência. Portanto, pode-se afirmar que produção de madeira em tora para papel e celulose continua sendo o fator que impulsiona da expansão da monocultura de árvores.

Tabela 2: Quantidade produzida na Silvicultura, por tipo de produto - Brasil - 2013 - 2024
(em ton ou m³)

Variável - Quantidade produzida na silvicultura						
Ano	Tipo de produto da silvicultura					
	1.1 - Carvão vegetal (Toneladas)	1.2 - Lenha (Metros cúbicos)	1.3 - Madeira em tora (Metros cúbicos)	1.3.1 - Madeira em tora para papel e celulose (Metros cúbicos)	1.3.2 - Madeira em tora para outras finalidades (Metros cúbicos)	2 - Outros produtos (Toneladas)
2010	3.448.210	48.103.232	115.741.531	69.778.615	45.962.916	275.151
2011	4.127.781	51.741.429	125.852.809	75.882.049	49.970.760	233.994
2012	5.097.809	56.761.788	131.878.975	73.837.128	58.041.847	223.256
2013	5.583.166	55.392.485	129.641.245	72.470.855	57.170.390	201.398
2014	6.219.361	56.170.820	123.876.807	71.999.037	51.877.770	166.598
2015	5.385.514	54.533.947	123.868.472	76.828.085	47.040.387	195.239
2016	4.999.143	53.007.731	135.407.675	85.877.895	49.529.780	345.032
2017	5.093.468	54.901.839	138.735.624	87.192.258	51.543.366	339.285
2018	6.091.435	52.518.348	146.439.183	92.716.340	53.722.843	350.939
2019	6.017.513	51.221.589	130.910.601	79.554.951	51.355.650	400.411
2020	6.184.455	50.359.423	143.340.545	87.743.581	55.596.964	406.047
2021	6.858.504	51.573.209	148.553.741	89.110.779	59.442.962	449.233
2022	7.121.848	52.686.699	168.262.766	109.745.572	58.517.194	375.339
2023	6.772.815	55.702.707	172.224.220	112.947.709	59.276.511	356.127
2024	6.679.135	54.264.988	187.776.773	122.129.734	65.647.039	384.707

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - 2024. Dados elaborados pelo autor

A aliança estabelecida entre o Estado brasileiro e a indústria de papel e celulose remete, a pelo menos, desde a década de 1970 mediante ao I Programa Nacional de Papel e Celulose é o que impulsionou a maior parte da expansão das plantações de árvores no Brasil, ainda que

essa expansão não tenha acontecido de forma linear e constante ao longo do tempo. De acordo com Kroger (2012), as terras para a expansão das empresas privadas de celulose foram, em grande parte, fornecidas pelo Estado a partir de processos de despossessão contra povos tradicionais. Isso ocorre a partir da lógica de acumulação primitiva, permeada pelo processo de financeirização, como já discutido por Harvey (2004) e Sassen (2016), na qual, as terras públicas são apropriadas pelo capital e transformadas para uso privado e lucrativo.

Nesse ponto, cabe desenvolver uma breve discussão acerca das práticas de despossessão ocorridas no Brasil. Pode-se mencionar como característica fundamental a violência de diversas formas presente nos processos de aquisição de terras.

Dos Santos (2018) destaca como o papel central do governo brasileiro e do governo estadual no Espírito Santo no incentivo à expansão industrial, especialmente no setor florestal a partir da década de 1960, contribuiu para a invisibilidade dos conflitos ambientais e sociais presentes a época. Diante do contexto da ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1985, o país passava por um período de violência institucionalizada na qual a falta de liberdades sociais e de expressão política limitavam e impediam a construção de agendas de políticas públicas voltadas para a questão ambiental e social. Tendo em vista que, em grande medida, as políticas públicas eram impostas à população. Além disso, sob a perspectiva econômica, o modelo de desenvolvimento era baseado na expansão do capital industrial. Dessa forma, o autor destaca que a Lei 5.106/1966, que concedia incentivos fiscais da ordem de até 50% de desconto do imposto de renda para empreendimentos florestais, representava essa face autoritária do período e voltada para o capital industrial, pois os projetos aprovados de reflorestamento, em grande parte, eram de espécies exóticas e baseadas em monoculturas, portanto afastado de qualquer prática voltada para a preservação da biodiversidade e meio ambiente, e com objetivos claros de atender aos interesses privados em detrimento do público. A implementação da Aracruz Celulose ilustra essa relação público privado.

A implementação e constituição da empresa se deu a partir da expulsão das populações tradicionais de seus locais que posteriormente dariam lugar aos maciços florestais. Para a ampliação da produção industrial a empresa buscou expandir a área de monocultura de eucalipto e no contexto de disputa pelo acesso à terra e aos recursos naturais surgem os conflitos socioambientais. Litig (2016) destaca que:

Entre 1970 e 1980 a Aracruz Florestal detinha uma área de 100 mil hectares de terras no Norte do Espírito Santo (GUIMARÃES, 1982). Em 1972 começou outro drama dos Tupinikim e Guarani, quando foram derrubadas as matas nativas para o reflorestamento de eucalipto em vastas áreas das antigas aldeias indígenas. Nesse

pequeno período o Espírito Santo perdeu mais de 6,4% da Mata Atlântica. Assim, na proporção que ocorria a expansão do monocultivo de eucalipto o inverso acontecia com a Mata Atlântica. Com a matéria prima estruturada, a empresa Aracruz Florestal foi substituída pela Aracruz Celulose S/A. Daí, ocorreram diversas ampliações da área de plantio de eucalipto e expansão da fábrica com apoio de empresários, governos Municipal, Estadual e Federal. (LITIG, 2016, p.75).

Esse movimento de territorialização do capital, longe de constituir um episódio isolado, deve ser compreendido no interior de um processo histórico mais amplo de reestruturação produtiva do Espírito Santo, intensificado a partir da década de 1960. A implantação dos chamados “Grandes Projetos Industriais de Impacto” esteve diretamente associada ao contexto autoritário inaugurado pelo golpe civil-militar de 1964 e consolidado pelo Ato Institucional nº 5, que produziu um ambiente institucional favorável à centralização decisória, à flexibilização normativa e à transferência massiva de terras e recursos públicos para grandes empreendimentos privados. A política de erradicação dos cafezais e a consequente liberação de extensas áreas rurais criaram as condições materiais para a entrada do capital agroindustrial e para a consolidação do complexo celulótico, viabilizado por uma articulação entre capital multinacional, capital nacional e Estado. Nesse arranjo, o financiamento público assumiu papel estruturante, com destaque para o BNDES, que aportou bilhões de dólares em crédito subsidiado e consolidou-se como acionista estratégico da empresa, evidenciando que a expansão da silvicultura intensiva foi menos resultado de uma dinâmica espontânea de mercado e mais expressão de uma política de desenvolvimento orientada à exportação de commodities florestais.

No plano territorial, o município de Aracruz configurou-se como o epicentro de um conflito paradigmático entre duas racionalidades inconciliáveis de uso da terra. De um lado, a lógica empresarial da monocultura, baseada na homogeneização da paisagem, na maximização da produtividade e na conversão da natureza em ativo econômico; de outro, os modos de vida indígenas, nos quais o território constitui fundamento material, simbólico e cosmológico da existência coletiva. Para os povos Tupinikim e Guarani, a terra não se reduz a um fator de produção, mas conforma o tekoha, espaço relacional onde se articulam espiritualidade, parentesco, trabalho, memória e reprodução cultural. A substituição da Mata Atlântica por extensos plantios de eucalipto — frequentemente caracterizados como “desertos verdes” — comprometeu a biodiversidade, reduziu a disponibilidade hídrica, afetou a fauna cinegética e inviabilizou práticas tradicionais de coleta e uso de plantas medicinais,

produzindo impactos que extrapolam a dimensão econômica e alcançam a própria continuidade ontológica desses povos.

Nessa perspectiva, os conflitos territoriais que emergem em Aracruz podem ser interpretados como expressão de processos de acumulação por despossessão, nos quais a apropriação privada da terra se realiza mediante deslocamentos forçados, insegurança fundiária e violência institucional. Trata-se de disputas que não se restringem ao acesso físico ao solo, mas envolvem o controle sobre recursos naturais, direitos de uso, reconhecimento jurídico e legitimidade política. A transição de áreas registradas como propriedades particulares para a categoria de propriedade pública federal com usufruto indígena, investigada por Litig (2016), evidencia que o conflito se desloca também para o campo jurídico-administrativo, onde a demarcação territorial se converte em arena central de enfrentamento entre comunidades tradicionais, empresas e Estado.

Longe de uma condição de passividade, os Tupinikim e Guarani constituíram-se como sujeitos políticos ativos, desenvolvendo um repertório diversificado de resistência que combina estratégias institucionais, mobilização coletiva e ação direta. As autodemarcações, por meio das quais as próprias comunidades identificam, limpam e sinalizam os limites de suas terras tradicionais, configuram práticas concretas de reapropriação territorial e afirmação de soberania. Somam-se a elas ocupações de infraestruturas estratégicas, como o Portocel, bloqueios de rodovias e articulações com redes de apoio nacionais e internacionais, ações que tensionam os fluxos logísticos do complexo celulótico e conferem visibilidade pública às reivindicações. Mesmo diante de episódios de repressão estatal — como a operação policial de 2005, marcada pela destruição de aldeias recém-construídas —, as comunidades mantiveram a mobilização, ampliando sua capacidade organizativa por meio da Comissão de Caciques e Lideranças Tupinikim e Guarani e da Comissão de Mulheres Indígenas, que incorporou a perspectiva de gênero e o fortalecimento cultural ao centro da luta.

Dessa forma, o caso de Aracruz revela que a expansão do complexo florestal-industrial não apenas reconfigurou a estrutura fundiária e ambiental regional, mas instaurou um campo permanente de disputa territorial no qual se confrontam projetos antagônicos de desenvolvimento. Se, para o capital, a terra é suporte da valorização econômica e da inserção competitiva no mercado global de celulose, para os povos indígenas ela constitui condição de existência coletiva e continuidade histórica. Os conflitos e as resistências que daí decorrem evidenciam que a questão fundiária não é residual, mas estruturante, colocando em xeque a legitimidade de modelos produtivos baseados na expropriação e reafirmando o território como eixo central das lutas por direitos, reconhecimento e justiça socioambiental.

Nesse ponto, cabe considerarmos a existência de complexos conflitos inerentes a aquisição de terras para a monocultura de árvores. Em outros termos, buscamos reconhecer a existência de disputas, bem como de organizações coletivas locais, que se desenvolvem no sentido da resistência ao novo cenário. Assim, são desenvolvidas redes de atuação e movimentos sociais voltados à articulação por justiça ambiental e manutenção de povos tradicionais em seus territórios de origem. Mobilizando o trabalho desenvolvido por Alberto Melucci (2009), tem-se argumento de que um movimento social é uma forma de ação coletiva que, para se estabelecer, necessita, como um de seus elementos, a dimensão do conflito. Esse, por sua vez, ocorre através da disputa por recursos valorizados por atores opostos. No entanto, identificamos, aqui, que esses, na defesa por suas demandas, sempre irão interagir com demais dimensões da realidade social, nas quais estarão incluídos opositores, apoiadores, e, ainda, o Estado, e, em se tratando da atuação da produção de papel e celulose, vem encontrando obstruções que dificultam a sua subsistência.

Compõe esse cenário os pequenos e médios produtores, não detentores de amplo poder político e sem acesso regular às instituições, que se associam a fim de realizar exigências e compor oposição àqueles que lhes causam prejuízos ou ameaças. Por outro lado, há também os bem equipados e poderosos setores constituídos por elites financeiras e autoridades. Uma vez que tal confronto político abrange dois grupos sociais em situações desiguais de poder, restam menos recursos às pessoas comuns (MCADAM, TILLY & TARROW, 2009).

Além das formas de violência praticadas para a expulsão da população local, há demais mecanismos empregados na lógica da desapropriação que interagem, sobretudo, com proposta de negócios e transações oriundos das grandes empresas. Os povos tradicionais das regiões de interesse das grandes empresas, bem como os pequenos e médios produtores rurais, passam a estar incluídos em um conflito fundiário onde há correlações desiguais de forças políticas e econômicas. Nesse cenário, a concretização das transações pode mascarar um conjunto de insatisfações por parte da população local, a qual não é dada uma alternativa viável senão a venda de suas terras. Conforme a plantação de monocultura de árvores se aproxima das propriedades existentes previamente, uma série de consequências, que dificultam a vida dos produtores rurais locais, podem ser observadas. São exemplos disso: o isolamento de sua propriedade em meio à monocultura, a poluição ocasionada pelas fábricas, o esgotamento da água, a contaminação do solo e da água através do uso de pesticidas e fertilizantes, a diminuição da biodiversidade entre outros fatores. Compõe esse cenário um mecanismo apresentado por Kroger (2012) como efeito dominó, já que uma vez realizada a compra um terreno e iniciado os investimentos nele pressiona-se que outros proprietários também vendam

suas terras a partir dos exemplos citados. Se iniciamos esse debate pontuando as violências inerentes as desapropriações, concluímos apresentando outras formas de expulsão igualmente violentas.

Diante da lógica de maximizar os ganhos e minimizar os custos de produção, as grandes empresas do setor atuam de diferentes formas para obter o controle das terras, que serão destinadas a produção de matéria prima para suas fábricas, como a compra, o aluguel e o arrendamento. Como resultados desses investimentos temos o aumento dos preços da terra, uma vez que as empresas precisam ter as suas plantações em áreas relativamente próximas as fábricas, já que o custo de logística para o transporte de uma árvore a uma área superior ao raio de 100 km a partir da fábrica é muito elevado. Dessa forma, como destaca Kroger (2012), as empresas estão dispostas a adquirirem e pagarem pela terra, pois precisam de todos os terrenos dentro do raio delimitado. Elas consideram ser mais vantajoso financeiramente construir uma grande fábrica e adquirir toda a área no entorno, ainda que os preços da terras estejam elevados. Além de expulsar a população local devido as aquisições de terra por parte das empresas, o consequente aumento dos preços das terras também inviabiliza os processos de reforma agrária.

O controle territorial e a associação ao capital financeiro tem sido o padrão das estratégias de acumulação e concentração de capital por parte das grandes empresas produtoras de monocultura de árvores. São os exemplos dos casos trabalhados nessa pesquisa – a participação de fundos de investimentos, por meio das TIMO's na produção florestal e formação do grupo Suzano S.A. Nesse sentido, podemos recorrer a formulação de “acumulação por espoliação” de Harvey (2004) na qual o autor demonstra que ainda hoje se utiliza métodos de acumulação não tipicamente capitalista em estruturas sociais e espaços já incorporados ao capitalismo, destacando uma ampla categoria de processos, entre elas:

a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas; a conversão de diversas formas de direitos de propriedade – comum, coletiva, estatal, etc. – em direitos de propriedades exclusivos; a supressão de direito aos bens comuns; a transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos, incluindo os recursos naturais; a monetarização das trocas e arrecadação de impostos, particularmente da terra; o tráfico de escravos; e a usura, a dívida pública e, finalmente, o sistema de crédito (HARVEY, 2004, p. 109).

Além disso, o autor também define o capital como “valor em movimento” (HARVEY, 2018), ou seja, a valorização exige que se reconheça o arranjo espaço-temporal do mundo em

que ocorre essa dinâmica. Portanto, o movimento do capital, que acontece globalmente a partir das finanças, não se dá no vácuo, ele precisa estar atrelado a algum lugar para a sua valorização, produzindo espaços e diferentes paisagens funcionais para o capitalismo.

O movimento do capital pode ser entendido a partir de uma pirâmide, que na base se encontra a produção material e o ciclo de reprodução social, momento quando o capital se fixa ao território para produzir valor; na zona intermediária apresenta as trocas e circulação das mercadorias, é quando a produção se equivale da troca em dinheiro; e na parte superior as altas finanças, quando o dinheiro volta a ser capital. O movimento acontece em períodos temporais cíclicos de fases de colapsos (crise) e expansão (*boom*) dos capitais que apresentam processos de enraizamento e desenraizamento. A fase do *boom* apresenta maior investimento em capital fixo sobre o território, enquanto na crise o movimento é o contrário, há maior recolhimento dos excedentes do trabalho realizado sobre as propriedades e instalações que são transferidos para o topo da pirâmide, altas finanças, concentrando o capital. No topo da pirâmide o capital se movimenta globalmente e em altíssima velocidade, buscando novas oportunidades em outras frações do capital para voltar a investir em capital fixo, que se encontra territorializado, e produzir valor (PESSANHA, 2019).

É na fase do colapso econômico, portanto durante o período de crise, que acontecem as aquisições e fusões entre as empresas, pois é neste momento que, especialmente as empresas pequenas e médias, perdem valor e com isso geram processos de monopolização e oligopolização. Ademais, sobre a atuação dos fundos financeiros nessa dinâmica, o autor observa que

as maiores variações de patrimônio líquido dos fundos nesta década ocorreram em torno das crises (colapsos). Em 2008/2009 e 2016/2017, dentro do ciclo econômico nacional, quando cresceram em torno de 20%. Nesses momentos, os juros da Selic nos bancos caem, e assim os fundos de investimentos ficam mais atrativos para os investidores. Esse é, então, o momento em que há o recolhimento dos excedentes econômicos do mundo real da base da pirâmide do capital, em direção ao andar superior das altas finanças, dentro do circuito do valor. Nos momentos seguintes, o capital já alocado como patrimônio nos fundos retorna para investimentos em capital fixo no território, para um novo ciclo de expansão da economia nacional (PESSANHA, 2019, p. 108).

Além do movimento vertical do capital, percebe-se também o movimento horizontal que é aquele que ocorre entre diferentes frações do capital e esses movimentos acontecem hoje de maneira simultânea. O capital fictício busca a todo momento pela rentabilidade em

novas frações do capital e essa dinâmica adquiriu uma capacidade e agilidade que parece progredir para uma “espiral de acumulação infundável” (HARVEY, 2018), na qual os fundos financeiros têm tido cada vez mais relevância na intermediação do movimento entre as frações.

Quando analisamos os principais fundos de investimentos que atuam no setor florestal brasileiro podemos perceber fundos enquadrados na categoria de Fundo de Investimento em Participações (FIP), ou seja, é a modalidade de fundo de investimento na qual são coletados recursos financeiros e destinados à aplicação em companhias abertas, fechadas ou sociedades limitadas e cabe ao administrador do fundo realizar o processo de captação de recursos através da venda de cotas. Pelas demonstrações financeiras desses fundos podemos notar que a maioria apresentam como objetivo a (a) exploração econômica de ativos florestais; (b) compra e venda de terrenos; (c) atividade de cultivo; (d) gerenciamento e realização de colheitas de florestas plantadas; (e) produção e comercialização de produtos de origem florestal; (f) fornecimento de madeira para a venda à indústria de celulose e papel; (g) comércio de madeiras nativas e de produtos e subprodutos florestais; (h) venda de madeira para exportação e outras atividades relacionadas.

Figura 3: Quadro dos fundos de investimentos com participação em companhias do setor florestal

	Nome do fundo	CNPJ Fundo	Data de Constituição	Administrador	Participação em companhias
1	BROOKFIELD BRAZIL TIMBER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	09.110.175/0001-26	28/12/2007	BROOKFIELD BRASIL ASSET MANAGEMENT INVESTIMENTOS LTDA	Imbuia Participações S.A.; Pinus Participações S.A.; Niobe Florestal S.A.; Frigg Florestal S.A.; Ipê Participações S.A.; Jacarandá Participações S.A.; BBTF Participações S.A.
2	FLORESTAS DO BRASIL FIP MULTIESTRATÉGIA	09.130.400/0001-96	03/10/2008	BNY MELLON SERVICOS FINANCEIROS DTVM	Corus Florestal S.A.; Caravelas Florestal S.A.; Mistral Agroflorestal S.A.

				S.A.	
3	BRASIL AGRONEGÓCIO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - MULTIESTRATÉGIA	11.160.957/0001-11	06/11/2009	BEM - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	
4	TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	11.249.598/0001-73	11/11/2009	LAD CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA	Agro Energia Piauí S.A.; AEP Agrícola S.A.; Canto do Buriti Bioeletricidade S.A.
5	BRASIL FLORESTAL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	12.312.767/0001-35	30/08/2010	BNY MELLON SERVICOS FINANCEIROS DTVM S.A.	Tree Florestal; Grupo Remasa
6	LACAN FLORESTAL- FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	13.812.224/0001-40	10/08/2011	BANCO GENIAL S.A.	Uro Gradis Florestal S.A.; Bio Phyllas Florestal S.A.
7	BRASIL FLORESTAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	15.190.417/0001-31	29/05/2012	BNY MELLON SERVICOS FINANCEIROS DTVM S.A.	Tree Florestal; Grupo Remasa
8	COPA FLORESTAL III FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATEGIA	17.672.294/0001-09	08/04/2013	LIONS TRUST ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA	Querência Agroflorestal S.A.; Trim Florestal S.A.
9	INVESTIMENTOS FLORESTAIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	18.356.327/0001-66	27/05/2013	BROOKFIELD BRASIL ASSET MANAGEMENT INVESTIMENTOS LTDA	Vitex; Parkia
10	BRZ AMATA FUNDO DE	19.234.470/0001-48		BEM -	APE1 Plantio de Floresta

	INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA		25/10/2013	DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	Exótica S.A.
11	LACAN FLORESTAL II - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	19.507.068/0001-90	22/01/2014	BANCO GENIAL S.A.	Arapuá Florestal S.A.; Tarumã Florestal S.A.; MT Energia Renovável S.A.
12	BTG PACTUAL TIMBERLAND FUND I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	20.800.902/0001-10	28/07/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	BTG Pactual Santa Terezinha Holding S.A.; Fazenda Corisco Participações S.A.; Timber VII SPE S.A.; Timber IX Participações S.A.; Timber XI SPE S.A.; Timber XII SPE S.A.
13	COMFLOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES MULTIESTRATÉGIA	20.722.234/0001-50	05/08/2014	PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA.	
14	BTG PACTUAL TIMBERLAND FUND I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICI	21.098.129/0001-54	02/10/2014	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	
15	LACAN FLORESTAL III FEEDER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	32.527.734/0001-10	11/07/2018	BANCO GENIAL S.A.	
16	LACAN FLORESTAL III MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	32.527.761/0001-92	11/07/2018	BANCO GENIAL S.A.	Imbuia Florestal S.A.; Áice Florestal S.A.; Nova Austrália Florestal S.A.; Campos Verdes Florestal S.A.; Nova Esperança Florestal S.A.
17	LACAN FLORESTAL III	33.270.002/0001-50		BANCO GENIAL S.A.	

	FEEDER PRIVATE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA		28/03/2019		
18	COPA IV FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	34.521.990/0001-25	05/08/2019	BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA.	
19	FRAM CAPITAL FLORESTA MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	37.388.195/0001-07	03/06/2020	SLO CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A.	
20	BTG TIMBERLAND FUND II BRASIL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES MULTIESTRATEGIA	36.642.613/0001-70	28/01/2021	BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S/A DTVM	Timber XX SPE S.A.; Timber XXI SPE S.A.
21	COPA V MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	41.236.748/0001-75	08/03/2021	BANCO GENIAL S.A.	Mantena Agroflorestal S.A.; Alegria Agroflorestal S.A.
22	CLARITAS TIMBER - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	41.758.841/0001-40	16/04/2021	VÓRTX SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS LTDA.	Grandis Agroflorestal S.A.; Citriodora Agroflorestal Ltda.
23	COPA V FEEDER INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	42.584.206/0001-56	20/05/2021	BANCO GENIAL S.A.	
24	COPA V FEEDER PRIVATE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	42.102.615/0001-79	20/05/2021	BANCO GENIAL S.A.	

	MULTIESTRATÉGIA				
25	THE AMAZON REFORESTATION FUND FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	45.790.356/0001-04	16/03/2022	TMF BRASIL SERVICOS DE ADMINISTRACAO DE FUNDOS LTDA	Mombak Angico Branco Empreend. Imobiliários S.A.; Mombak Angico Branco Florestal S.A.; Angelim Florestal Ltda.; Angelim Empreendimentos Imobiliários Ltda.; Cedro Rosa Florestal Ltda.
26	LACAN FLORESTAL IV FEEDER PRIVATE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	46.641.607/0001-51	26/05/2022	BANCO GENIAL S.A.	
27	LACAN FLORESTAL IV FEEDER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	47.758.751/0001-35	18/08/2022	BANCO GENIAL S.A.	
28	LACAN FLORESTAL IV MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	47.758.706/0001-80	18/08/2022	BANCO GENIAL S.A.	
29	BTG TIMBERLAND FUND II A BRASIL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	47.093.501/0001-23	20/09/2022	BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S/A DTVM	

Fonte: Comissão de Valores Mobiliários - 2024. Dados elaborados pelo autor.

Os dados dos fundos de investimentos consultados foram coletados através do site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e organizados na Figura 3 acima. Foi possível identificar ao menos 29 fundos financeiros em funcionamento normal que atuam no setor florestal brasileiro, 13 administradores de fundos de investimentos e 50 companhias com participações societárias desses fundos. Observando as datas de constituição de cada fundo é possível identificar uma tendência de aumento de volume dessas instituições. Até os anos 2010 foram localizados somente cinco fundos atuando em território nacional, porém na década seguinte esse número foi para quatorze, um aumento de 180% dos fundos encontrados. É curioso notar que não há a constituição de novos fundos no período de 2015 a 2017, corroborando com a tese de Pessanha (2019) de que durante a fase de colapso (crise) do movimento do capital não há grandes investimentos em capital fixo no território, em contrapartida é um período em que predominam as ações de fusões e aquisições de empresas.

O avanço do agronegócio brasileiro, em especial do setor florestal, evidencia o processo de transformação da terra em um ativo financeiro, na qual conta com a participação das grandes empresas do setor, do Estado, em menor parcela, dos produtores rurais e, também, de fundos de investimentos. As propriedades fundiárias de posse de atores financeiros como fundos de pensão, doação, fundos de hedge, empresas private equity, entre outros, que, em um primeiro momento, surgiram e se expandiram nos Estados Unidos, agora, nas últimas décadas, começam a ganhar escala no Brasil.

No país norte americano, Gunnoe (2014) aponta que os dois principais tipos de propriedades de terras, com predomínio de 84% da base territorial, são as terras florestais e as terras agrícolas. A necessidade constante de matéria prima para que as indústrias de produtos florestais mantenham suas fábricas em plena operação torna fundamental a existencia de áreas fornecedoras de madeira. Dessa maneira, o desenvolvimento da indústria madeireira nos Estados Unidos, que se iniciou no século XIX, seguia o padrão de avançar a fronteira agrícola para o oeste do país, na lógica de extrair os recursos necessários para a produção fabril, esgotando-os e em seguida buscando novas áreas de floresta virgem.

Ao passo que a escala de produção industrial continuava a crescer, o fornecimento de madeira se esgotava de tal modo que já não havia mais áreas para expansão. Dessa forma, as indústrias passaram a adotar como estratégia adquirir propriedades de terras florestais a fim de garantir o controle sobre o fornecimento de madeira. Durante os anos de 1980 as indústrias de produtos florestais possuíam as áreas mais produtivas do país e uma quantidade cada vez maior de terras.

Essas empresas que fazem a gestão de ativos florestais surgiram nos anos de 1980, nos

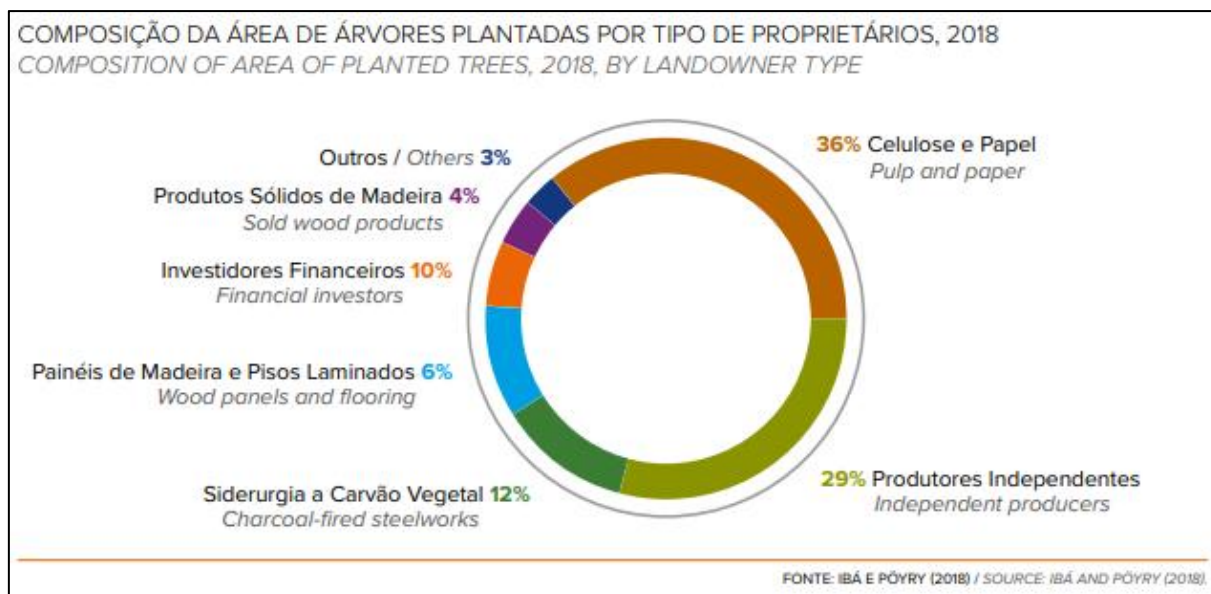
Estado Unidos, e os anos 2000 marcam o momento de quando empresas TIMOs estrangeiras passaram a investir em terras brasileiras. Porém, em 2010, com o parecer da Advocacia Geral da União (AGU) retorna-se ao entendimento inicial previsto na Lei nº. 5.709/71, limitando a participação de empresas estrangeiras na aquisição de terras. Dessa maneira, definiu-se que as empresas nacionais de capital social majoritariamente estrangeiro se comparam a companhias do exterior no momento de aquisição de terras, e, com isso, se sujeitam às restrições previstas na legislação. Destarte, a lei indica que imóveis rurais de controle estrangeiro não podem ultrapassar um quarto da área de um município e, quando de uma mesma nacionalidade, as empresas se limitam a adquirir 10% do município. Desse modo, a atuação das Timos estrangeiras tornaram-se mais restritas e, assim, empresas nacionais desse gênero passaram a atuar no próprio mercado brasileiro de terras.

De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas (PNDF), de 2018, a meta para 2030 é o incremento de mais de dois milhões de hectares plantados com florestas comerciais. Assim, além dos mecanismos públicos de financiamento para o setor, identifica-se também a atuação privada no segmento, com as denominadas Timber Investment Management Organizations (Timo). Essas são empresas que funcionam como corretoras para investimentos em áreas florestadas, sendo responsáveis por encontrar, analisar, adquirir e gerir ativos florestais que melhor atendem a seus clientes, quais sejam, fundos de pensão, fundos de doação, sistema público de pensão e pessoas físicas de alto poder aquisitivo.

O argumento dessas organizações para atrair cada vez mais investidores é que o negócio com setor florestal reúne características tanto de aplicações em imóveis, como os investimentos em *commodities* e em títulos e renda fixa. O primeiro, pois a área de floresta pode ser considerado um imóvel, o segundo, porque os produtos das florestas plantadas são comercializados no mercado internacional, e por fim, a previsibilidade da taxa de crescimento das árvores é compatível ao dos títulos de renda fixa (WHATELY, 2008). Os investimentos em terras brasileiras feito pelas TIMOs são realizados tanto em terras nuas (greenfield) como em terras já florestadas (brownfield), porque a taxa de crescimento do eucalipto no país é consideravelmente maior do que a de outros Estados, o que antecipa os retornos financeiros.

Sobre a participação de empresas de gestão de investimento florestal em território nacional, o relatório da IBÁ de 2019 destaca que, dos 7,83 milhões de hectares de árvores plantadas no Brasil em 2018, 10% estavam sob comando de investidores financeiros geridos pelas TIMOs (Figura 4). Isso demonstra que tal modelo de negócio vem tendo destaque no país nos últimos anos.

Figura 4: Composição da área de árvores plantadas por tipo de proprietários, 2018



Fonte: IBÁ (2018)

Quando mencionamos a IBÁ, estamos tratando de uma instituição criada em 2014, por meio da união da Associação Brasileira de Florestas Plantadas (ABRAF), da Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA), da Associação Brasileira de Indústrias de Painéis de Madeira (ABIPA) e da Associação Brasileira de Indústrias de Piso Laminado de Alta Resistência (ABIPLAR). Sua função é representar o setor junto a órgãos governamentais, entidades da cadeia produtiva, organizações socioambientais, universidades, consumidores e imprensa.

Em seus relatórios, a instituição aponta que os fundos de investimentos especializados em florestas são atraídos para o Brasil devido às características ambientais de crescimento favorável das árvores, aliadas à disponibilidade de terras produtivas e uma forte demanda e consumo interno. No país, as condições edafoclimáticas e o melhoramento genético do eucalipto proporcionaram, possivelmente, o crescimento mais acelerado desse cultivo no mundo. Entretanto, observamos que outras questões se somam na justificativa do interesse desses investimentos no Brasil, como a corrida global por terras e os processos de *land grabbing*. Na medida em que o capital financeiro, especialmente após 2008, vem buscando investimentos mais seguros, a terra tornou-se talvez o principal ativo que apesar de sua característica de baixa liquidez, vislumbra-se a possibilidade de produção de matérias-primas que podem ser remetidas a mercados alternativos, as chamadas *flex crops*.

CAPÍTULO III

Reestruturação Produtiva e Financeirização do Setor Florestal

O estudo sobre o setor florestal e a formação do complexo industrial de papel e celulose do Brasil permite compreender e ilustrar parte do processo de industrialização do país e de sua modernização da agricultura. Neste capítulo, iremos analisar a formação do setor, principalmente a partir de meados dos anos de 1950, quando, por meio de grandes incentivos do governo federal, a indústria de papel e celulose começou a despontar e a produzir sua própria matéria-prima. Vamos diferenciar as etapas que constituíram o desenvolvimento do setor, enfatizando o papel do Estado brasileiro neste processo, assim como a maneira pela qual ele se tornou um importante agente na indústria.

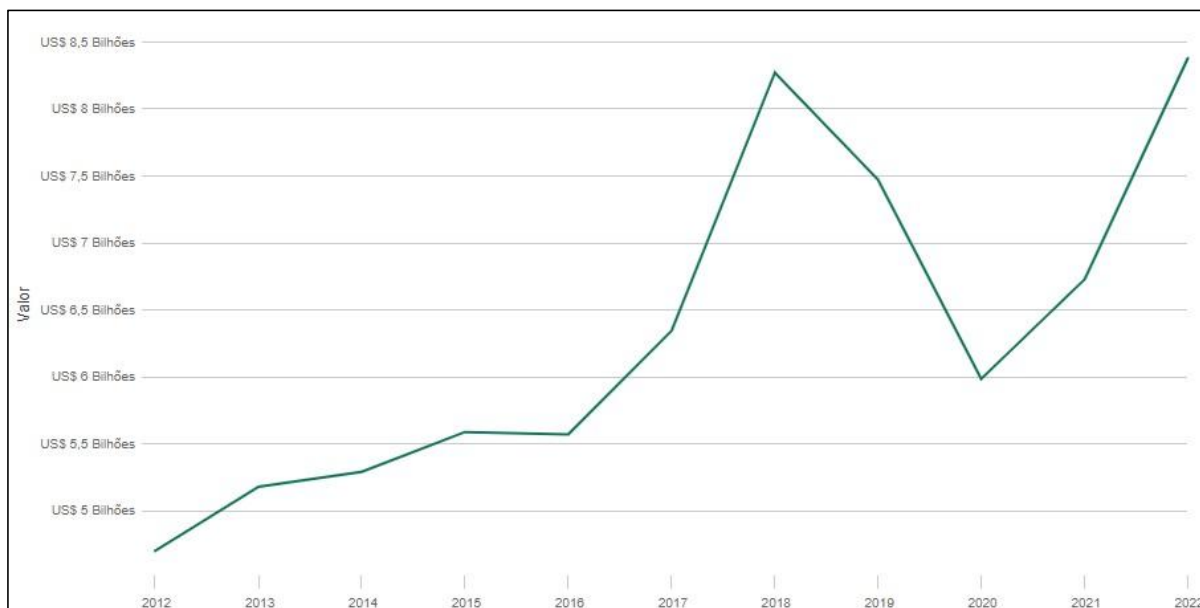
Atualmente, o setor industrial de papel e celulose no Brasil faz parte do grupo dos principais produtos exportados pelo país. No ano de 2022, foram exportadas quase 20 milhões de toneladas de celulose, o que representa uma variação positiva de 21,8% em relação ao ano anterior. A série histórica de exportação também demonstra um aumento significativo na última década, com um acréscimo de aproximadamente 10 milhões de toneladas, segundo a Comex Stat (Figura 5). Além disso, o ano de 2022 marcou o momento em que o setor atingiu seu maior valor nas exportações, com US\$ 8,4 bilhões, superando o período pré-pandemia da COVID-19, em 2018, quando os preços das *commodities* atingiram seu valor máximo na última década. Nesse ano, o setor conseguiu captar US\$ 8,3 bilhões com as exportações (Figura 6).

Figura 5: Série histórica: Exportação de celulose 2012-2022 (em toneladas)



Fonte: ComexStat - 2022

Figura 6: Série histórica: Valor US\$ FOB de exportação da Celulose 2012-2022



Fonte: ComexStat - 2022

Dada a importância econômica do setor, é fundamental considerarmos a participação do Estado brasileiro tanto na formação como na consolidação do mesmo. A atuação do governo federal foi decisiva através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), datado de 1974, que representou uma política de modernização da economia nacional. O objetivo dessa política era articular os capitais privados nacionais e estrangeiros com o investimento estatal, visando à política de substituição de importações e à expansão das exportações. Nesse contexto é implementado o Primeiro Programa Nacional de Papel e Celulose (I PNPC).

A atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) se deu no âmbito do financiamento e orientação para implementações e expansões de empresas do setor, somado ao aprimoramento da tecnologia florestal, sobretudo a partir da utilização do eucalipto como fonte de extração da celulose de fibra curta. A participação do banco foi exitosa no que se refere ao aumento da produção e da produtividade. Além disso, dentro do escopo do PNPC, ocorreu um movimento de fortalecer o capital privado nacional com o apoio do banco de desenvolvimento na forma de capital acionário, sendo a empresa Aracruz Celulose pioneira nessa modalidade. Portanto, entender os processos de financeirização do setor passa por compreender o papel do BNDES, assim como, a ordem política e econômica vigente de cada período.

3.1. Formação histórica do setor florestal, de papel e celulose no Brasil

No contexto da constituição e expansão do complexo florestal celulósico, a evolução da atividade florestal integrada à indústria de papel e celulose contou com a atuação decisiva do Estado brasileiro. Sua participação nos processos de centralização de capitais e financiamento da produção impactou diretamente o desenvolvimento econômico e espacial das regiões produtoras no Brasil.

Temos como ponto de partida o debate acerca da história do desenvolvimento da silvicultura no Brasil. Nesse sentido, os trabalhos elaborados por Hora (2015), com o apoio de Malina (2013), contribuem para o entendimento do processo de formação da base florestal brasileira, uma vez que passam a ser identificadas cinco fases distintas para a sua existência.

A primeira delas é compreendida pelo período da colonização até o final do século XIX. Há, aqui, a origem do estabelecimento de normas jurídicas que buscavam disciplinar o setor da extração de recursos florestais frente ao avanço do desenvolvimento urbano e industrial. A segunda fase apresentada corresponde ao intervalo entre o início do século XX até a década de 1960. Essa é caracterizada por plantios de florestas de eucalipto de forma experimental e de caráter econômico, mas ainda sem escala significativa. Cabe, nesse ponto, destacarmos que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) financiou esses projetos iniciais a partir da criação do Plano de Metas em 1956. Antes disso, porém, ainda em 1921, foi criado o Serviço Florestal Brasileiro.

O período entre os anos de 1960 até o final da década de 1980 inaugura a terceira fase para a base florestal brasileira (Ibid.), sendo identificadas mudanças legais, quando comparada às duas anteriores. Há, nesse contexto, a consolidação do arcabouço jurídico-institucional e dos incentivos fiscais, conforme a implementação do Código Florestal, de 1965, e da Lei de Incentivos Fiscais ao reflorestamento, de 1966. Com essas ferramentas, pôde-se observar a expansão da área de florestas plantadas. Dessa forma, Malina (2013) destaca que foi durante o período da ditadura militar, através do projeto de desenvolvimento nacional, que se estruturaram as grandes monoculturas de eucaliptos e pinos no Brasil. Em 1974, mediante ao II PND, é elaborado o I PNPC, com o apoio do BNDE. Com isso, torna-se evidente que a transformação qualitativa e quantitativa na produção do setor é motivada pela forte presença do governo central.

A autora ainda destaca um ponto sobre as mudanças na distribuição geográfica das áreas produtoras de madeira no mundo. Com a produção de papel e celulose, outrora muito presente

nos países ricos, em especial os nórdicos da Europa, os Estados Unidos e o Canadá, cabia aos países do Sul Global pouca participação no mercado enquanto exportador de derivados da madeira. A década de 1970, sobretudo, marca o início de uma forte transformação na distribuição global da produção. A escassez da matéria prima nos principais países produtores, o desenvolvimento de pesquisa para uso de diferentes tipos de árvore, os interesses pela produção de celulose em países cujo preço da madeira é mais barato e a forte pressão de movimentos ambientalistas pelo fechamento das fábricas na Europa, foram alguns dos fatores da conjuntura externa ao Brasil que influenciaram nessa mudança da geografia das indústrias de papel e celulose (MALINA, 2013).

A quarta fase elencada compreende a década de 1990 e o início dos anos 2000. Esse é o período em que se dá o desmonte e a reestruturação dos instrumentos, das instituições e da legislação do segmento de monoculturas de eucalipto (HORA, 2015). Isso ocorre porque há, nesse contexto, a guinada da ideologia neoliberal no Brasil, que tem como característica o encolhimento do espaço público em contrapartida à ampliação dos espaços privados e dos interesses dos mercados. O BNDES, nesse momento, muda seu objetivo, pois agora passa a atuar na consolidação das empresas do setor e nos mercados de capitais, e não mais no planejamento setorial (MALINA, 2013). Como consequência dos novos decretos e orientações, o setor privado gradativamente passou a ocupar o espaço previamente destinado às instituições públicas. Dessa forma, no início dos anos 2000, a base florestal brasileira recuou à patamares similares aos observados na década de 1980.

Por fim, a quinta fase identificada por Hora (2015) traz a mais recente configuração sobre a temática no Brasil, pois seus apontamentos incidem até os dias atuais. Ainda no início dos anos 2000, é criado, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o Programa Nacional de Florestas (PNF), porém, é com a chegada do governo Lula e a criação da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (Conaflor), que se estabelecem os dois principais eixos de atuação: a expansão da área florestal plantada e da área de florestas naturais (MALINA, 2013). Há, nesse cenário, a retomada dos aportes do Estado, uma nova estrutura jurídico-institucional, incentivos e mecanismos de financiamento, bem como a permanência da ação da iniciativa privada. Com isso, tem-se um período reconhecido pela recuperação da expansão da base florestal brasileira.

Sob a perspectiva do processo de desenvolvimento e industrialização do país, Pedreira (2008) divide a atividade florestal no Brasil em duas fases. A primeira se caracteriza, antes de tudo, pelo extrativismo nômade e, posteriormente, pela implementação de algumas experiências com reflorestamentos de maciços florestais homogêneos com caráter científico.

Essa fase compreende até o ano de 1965. A segunda fase se inicia em 1966 e vai até os dias atuais, sua principal característica é a intensificação e consolidação da articulação entre as atividades florestal e industrial, além da grande expansão do monocultivo de árvores exóticas, em especial no período de 1966 a 1988 quando o segmento contou com volumosos incentivos fiscais.

Na primeira fase a articulação entre a atividade florestal e a industrial do setor de papel e celulose era de pouquíssima expressão, os plantios de pinus e eucaliptos buscavam atender a outras demandas da expansão industrial do Brasil, como os setores de siderurgia e de construção, utilizando a madeira como combustível, carvão vegetal, lenha e peças serradas (PEDREIRA, 2008). A experiência com a Cia Paulista de Estradas de Ferro expressa esse primeiro momento, pois a empresa utilizava o plantio de eucalipto como matéria prima energética para as suas locomotivas. Em 1924 a companhia contava com cerca de 8 milhões de árvores plantadas e em pouco mais de uma década, em 1939, já possuíam em torno de 19 milhões de unidades de árvores de eucalipto (ANTONANGELO; BACHA, 1998).

Outras experiências sobre a implementação de maciços homogêneos de árvores ocorreram em 1957 quando, na cidade de Suzano (SP), foi instalada uma unidade piloto para a fabricação de celulose a partir do eucalipto, cuja capacidade de produção era da ordem de 120 toneladas/dia. E, em 1952, quando a Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo se tornou a pioneira no mundo na fabricação de papel para escrever com celulose de eucalipto (HORA, 2015).

O sucesso dos experimentos, tanto do plantio como da utilização do eucalipto como matéria-prima para a produção de celulose e papel, estimulou que algumas empresas buscassem dar escala ao processo industrial de produção de celulose de eucalipto. Esse processo representou uma verdadeira revolução no setor e foi o ponto de partida para a expansão da base florestal brasileira destinada à indústria. O avanço tecnológico se deu com a descoberta da similaridade entre o produto final do papel de celulose de fibra curta proveniente do eucalipto com o papel de polpa de fibra longa. As principais empresas a se destacarem nesse avanço tecnológico foram a Panamericana Têxtil, a Suzano e a Papel Simão (HORA, 2015).

No campo institucional, Pedreira (2008) aponta que essa fase é marcada pela montagem do aparelho econômico estatal, entre os anos de 1930 e 1945, com destaque para a figura dos institutos que tinham como objetivos regular os mercados. Um exemplo é o Instituto Nacional do Mate, bem como o Instituto Nacional do Pinho. Além disso, o Código Florestal editado em 1934 também é um importante instrumento institucional da época, com a finalidade era

regulamentar a atividade florestal, abrangendo desde a exploração de madeira até a fixação de cotas para a exportação, além da substituição de importações para máquinas e equipamentos voltados para a atividade industrial de papel e madeira, além do financiamento de plantio de árvores destinadas, principalmente, para a atividade de siderurgia.

A nova fase do desenvolvimento da silvicultura no Brasil vem na esteira do desenvolvimento industrial e da modernização capitalista do campo, ocorrida nos anos 1960. A articulação econômica e institucional entre a indústria e o segmento florestal, que começou a ser gestada nessa década, é consolidada nos anos 1970, período no qual a política econômica do Estado brasileiro passou a ter como objetivo o estímulo aos investimentos através de incentivos fiscais e do crédito e, com isso, o setor passou a se beneficiar (PEDREIRA, 2008).

O aparato institucional e legal proporcionou às indústrias de base florestal que obtivessem recursos para implementarem o reflorestamento em larga escala. Dentre as mudanças legais estabelecidas, Pedreira (2008) aponta que:

O modelo florestal que passou a vigorar no país teve como principal marco legal a Lei nº. 4.771, de 15/02/1965, que instituiu o novo Código Florestal. Este Código procurava garantir a conservação permanente das florestas e demais formas de vegetação, limitando o direito de propriedade, conforme disposições nele contidas. Deixava livre a exploração de florestas plantadas, limitava o uso das florestas naturais e, estabelecia diretrizes quanto aos aspectos tributários e à possível concessão de estímulos creditícios e fiscais para as empresas que investissem no setor — via promoção de reflorestamento homogêneo (isenção de tributos de produtos florestais obtidos em florestas plantadas, além de garantia de não elevação do valor das terras com plantações florestais, para efeito tributário).

Em 1966, a Lei nº. 5.106 regulamentou os incentivos fiscais para o reflorestamento, já contemplado no Código Florestal de 1965. De acordo com esta Lei, era permitida, às pessoas físicas, a dedução, até o limite de 50% da renda bruta, das importâncias aplicadas em reflorestamento, a título de cálculo de Imposto de Renda. Já, as pessoas jurídicas podiam deduzir, diretamente, 50% do valor do Imposto de Renda devido, caso os recursos fossem aplicados em reflorestamento. Em 1972, o percentual relativo às pessoas jurídicas cai para 20%, enquanto as pessoas físicas podiam abater até o limite de 50% da renda bruta, desde que em conjunto com as demais deduções permitidas (dependentes, despesas médicas e com instrução, etc.). (PEDREIRA, 2008, p. 50-51)

Além dessas, destaca-se também a Lei nº. 289 de 1967, que criou o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, uma autarquia integrante da estrutura do Ministério da

Agricultura. Sua finalidade era formular a política florestal, orientar, coordenar e executar a política, além de elaborar planos indicativos anuais e plurianuais de florestamento e reflorestamento, tanto a nível nacional quanto regional. O IBDF teve a importância de representar um avanço na administração pública do setor florestal, eliminando a sobreposição de atribuições de três instituições: o Serviço Florestal Federal (substituído pelo Departamento de Recursos Naturais Renováveis), o Instituto Nacional do Mate e o Instituto Nacional do Pinho, incorporando suas finalidades.

Entretanto, embora nos primeiros anos de operação o órgão tenha tido êxito ao incentivar o desenvolvimento técnico e gerencial do setor florestal brasileiro, não conseguiu manter seus objetivos de modernização e atualização, colocando em segundo plano as pesquisas, a extensão florestal e as unidades de conservação. Isso resultou em uma redução das funções do IBDF a uma agência de administração dos incentivos (KENGEN, 2001).

Algumas alterações na política de incentivos fiscais para a produção de monocultura de árvores ocorreram durante a década de 1970, com destaque para o Decreto-Lei nº 1134 de novembro de 1970 e o Decreto-Lei nº 1376 de 1974. O primeiro, tinha por finalidade permitir que pessoas jurídicas descontassem até 50% do valor do Imposto de Renda para aplicações em empreendimentos florestais, que tenham tido projetos aprovados pelo IBDF. Dessa maneira, os recursos aplicados no setor aumentaram consideravelmente. Já o segundo, estabeleceu a criação do Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET) que compreendia os setores de turismo, pesca e reflorestamento. No escopo do reflorestamento, o fundo tinha como objetivo ajustar as demandas do setor florestal-celulósico as metas previstas no Programa Nacional de Papel e Celulose e no Plano de Siderurgia e Carvão Vegetal (KENGEN, 2001; PEDREIRA, 2008).

A fim de complementar os objetivos do FISSET de equalizar a oferta e a demanda de matérias-primas florestais e promover o desenvolvimento regional, foi criado, a partir do Decreto Lei nº 79.046 de 1976, os Distritos Florestais-Industriais que representavam regiões prioritárias para o florestamento. A partir de 1977, os projetos de florestamento ou reflorestamento financiados com recursos dos incentivos fiscais só poderiam ser aprovados nessas regiões. Com o advento dos distritos florestais-industriais, reforçou-se o vínculo entre os incentivos para o reflorestamento e o ordenamento da ocupação e desenvolvimento regional.

Os instrumentos da política florestal, elaborados no período de 1966 a 1988, segunda fase do desenvolvimento do setor florestal, conforme elaborado por Pedreira (2008), se alinham com a estratégia de industrialização do governo federal na perspectiva de substituição

das importações e integração do mercado nacional. O arcabouço legal estabelecido na época fomentou o programa de incentivos fiscais ao florestamento e reflorestamento no Brasil, estimulando a atividade florestal e garantindo uma grande expansão da área destinada a monocultura de árvores no Brasil (PEDREIRA, 2008). Esse aspecto pode ser observado na Tabela 3 que demonstra a evolução do reflorestamento no Brasil a partir de incentivos fiscais concedidos.

Tabela 3: Reflorestamento com incentivos fiscais, em mil hectares, no Brasil: de 1967 a 1986

ANO	PINUS	EUCALIPTO	OUTROS	TOTAL
1967	18	14	3	35
1968	61	30	12	103
1969	96	54	12	162
1970	120	84	18	222
1971	99	129	21	249
1972	101	172	31	304
1973	86		47	294
1974	83	188	53	324
1975	94	223	81	398
1976	87	262	100	449
1977	99	194	53	346
1978	141	228	43	412
1979	118	283	73	474
1980	89	272	75	436

1981	117	230	71	418
1982	158	187	86	431
1983	74	91	50	215
1984	71	124	91	286
1985	65	131	89	285
1986	85	174	150	409
TOTAL	1.862	3.231	1.159	6.252

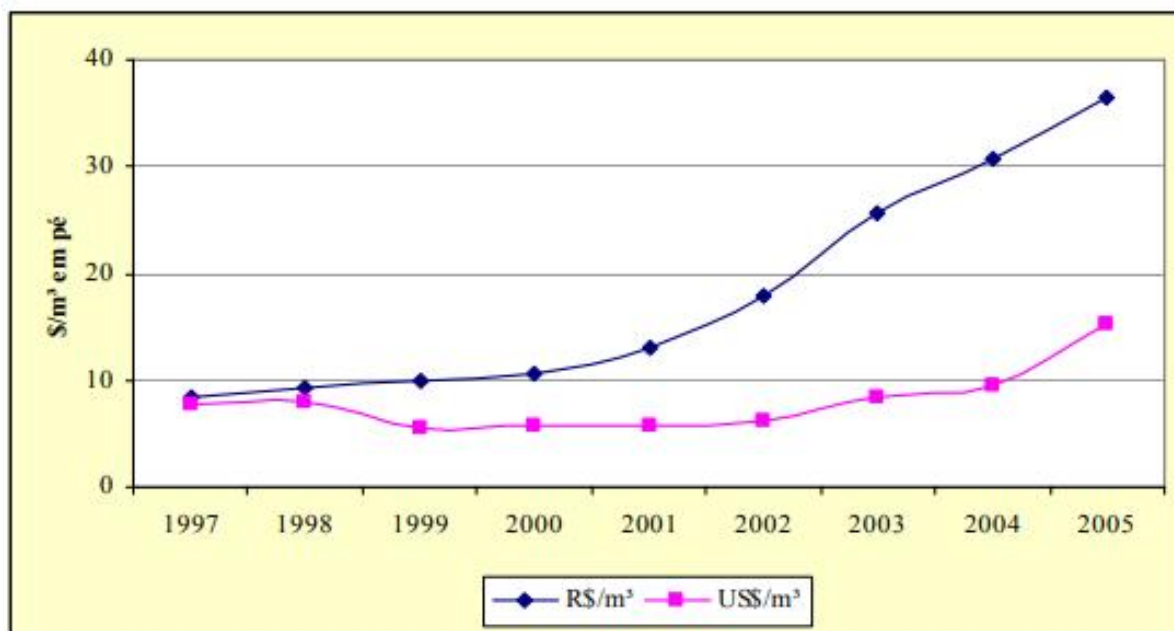
Fonte: IBDF - 1988, Estatísticas de Reflorestamento, apud Faillace, 1996.

Nota-se que a atuação do Estado brasileiro para o setor florestal se concentrou principalmente no fomento ao reflorestamento apoiado nas políticas públicas de incentivos fiscais. O objetivo era atender as demandas industriais por madeira dos setores siderúrgico e de papel e celulose, portanto, demandas oriundas do setor urbano-industrial, as preocupações a respeito da preservação do meio ambiente se encontravam em segundo plano.

É somente a partir da Constituição de 1988 e da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, que a agenda ambiental passa a ganhar maior destaque no Brasil e no Mundo. Essas transformações marcam um novo ordenamento institucional para o setor florestal, colocando-o como satélite da política de meio ambiente. Não houve a implementação de uma política florestal em substituição aos programas de incentivos fiscais para o reflorestamento, em função disso, a política florestal se limitou à gestão de recursos florestais, de controle e fiscalização (KENGEN, 2001).

A partir da década de 1990, com o fim das políticas de incentivos, houve uma redução substancial dos investimentos em plantios florestais, ao mesmo tempo que presenciávamos um período de expansão do setor industrial de base florestal e, portanto, um aumento da demanda por madeira. Um indicativo desse cenário consiste no comportamento dos preços de venda de madeira de Pinus e Eucalipto, principais matérias primas do setor (MENDES, 2005).

Figura 7: Evolução do preço de toras de eucalipto para celulose (em R\$ e US\$)



Fonte: Silviconsult, 2005 in MENDES, 2005

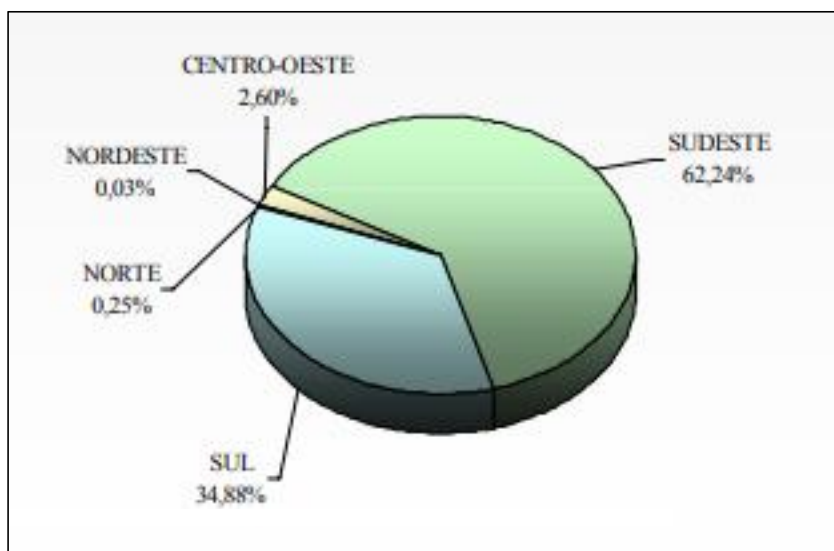
A redução dos incentivos para o plantio de árvores comprometeu a oferta de matéria-prima para atender as demandas das indústrias de base florestal e setores não-industriais. Dessa forma, as plantações florestais passaram a ser realizadas com recursos privados ou tomando financiamento junto com agentes financeiros. Nessa modalidade, a atuação do BNDES recebe destaque devido a disponibilização de recursos destinados a projetos florestais, principalmente pelo setor industrial de papel e celulose. O banco tem sido uma das principais fontes de financiamento para o reflorestamento através do apoio às unidades industriais maciços florestais próprios (MENDES, 2005).

Como instrumento político para o setor florestal é criado o Programa Nacional de Florestas (PNF), através do Decreto 3.420 de abril de 2000. O programa foi criado visando inserir o planejamento do uso das florestas brasileiras no planejamento macrorregional integrando os governos federal, estaduais, distritais, municipais e a sociedade civil organizada. Alguns dos objetivos do PNF eram: I - estimular o uso sustentável de florestas nativas e plantadas; II - fomentar as atividades de reflorestamento, notadamente em pequenas propriedades rurais; III - promover o uso sustentável das florestas de produção, sejam nacionais, estaduais, distrital ou municipais; IV - apoiar o desenvolvimento das indústrias de

base florestal; V - valorizar os aspectos ambientais, sociais e econômicos dos serviços e dos benefícios proporcionados pelas florestas públicas e privadas; VI - estimular a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas florestais.

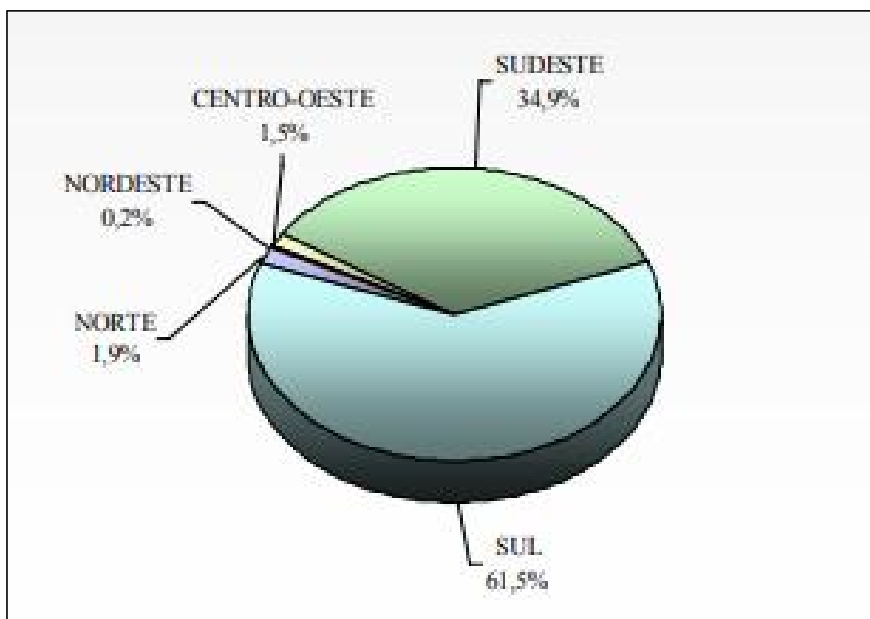
Percebe-se, portanto, uma mudança paradigmática da política florestal, passando a incorporar objetivos que dialoguem com o desenvolvimento sustentável, com a valorização das questões ambientais e a incorporação do fomento à atividade florestal para o pequeno produtor. São oferecidos mecanismos de financiamento para custeio, investimento e comercialização para esses produtores, na qual o Banco do Brasil, através do programa BB Florestal, passou a operar o PRONAF Florestal e o PROPFLORA como duas linhas de financiamento com abrangência em todo território nacional. O BB Florestal não fica restrito aos pequenos produtores, mas atente também a agricultura empresarial, cooperativas, empresas de comercialização, exportadoras e processadoras de produtos florestais. As linhas de créditos oferecidas tem como expectativa reduzir os custos com o plantio, assistência técnica e transporte (MENDES, 2005).

Figura 8: Contratos firmados por Região (% de participação)



Fonte: Banco do Brasil, 2005 (adaptado por Silviconsult) in MENDES, 2005

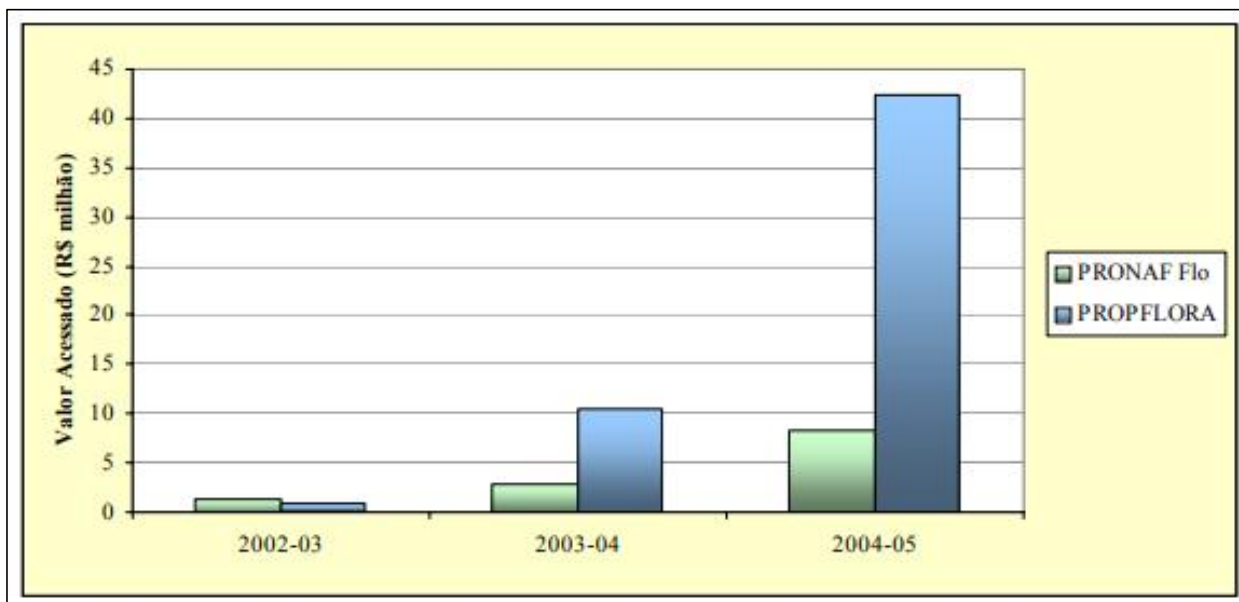
Figura 9: Valores de contratos por região (% de participação)



Fonte: Banco do Brasil, 2005 (adaptada por Silviconsult) in MENDES, 2005

Analisando os dados presentes nas figuras 7 e 8 podemos perceber que há uma inversão entre o número de contratos firmados e os valores dos contratos por região. Enquanto a região Sul apresenta 61,5% dos contratos firmados, os valores representam somente 34,88% do total, ao passo que a região Sudeste corresponde à 34,9% dos contratos firmados, mas com 62,24% do valor total. As regiões Sul e Sudeste foram as mais contempladas pelas linhas de financiamento e são também onde se localizavam a maior parte dos plantios de pinus e eucalipto e maior presença das grandes industriais de papel e celulose. A figura 6 apresenta a evolução dos recursos acessados através do PRONAF Florestal e PROPFLORA nos primeiros anos de disponibilização das linhas de financiamento.

Figura 10: Recursos Acessados através do PRONAF Florestal e PROPFLORA



Fonte: PNF - MMA, 2005 in MENDES, 2005

Há outras estratégias e mecanismos de financiamento que podem ser utilizadas no setor de florestas plantadas, tais como: crédito fundiário (programa de aquisição de imóvel rural por meio financiamento), moderfrota (programa cuja finalidade é apoiar a aquisição de tratores agrícolas), moderinfra (programa com o objetivo de apoiar o desenvolvimento da agropecuária irrigada, sustentável econômica e ambientalmente), moderagro (programa com objetivo de apoiar e fomentar os setores da produção, beneficiamento, industrialização, acondicionamento e armazenamento de produtos) e Finame (programa com a finalidade de aquisição de máquinas e equipamentos).

Além desses mecanismos financeiros, o comércio de créditos de carbono permite aos países industrializados que não conseguem ou não desejam reduzir suas emissões de gases potencializadores do efeito estufa comprar o direito de emitir gases de países em desenvolvimento que possuem projetos de redução de emissões ou que evitem as emissões. O comércio mundial de carbono teve início a partir do Protocolo de Kyoto e, desde então, tem sido um instrumento de captação de recursos para setores como o de florestas plantadas. Com

os argumentos de diminuição da pressão sobre as florestas nativas, principalmente para a produção de carvão vegetal, e do sequestro de carbono a partir do florestamento e reflorestamento.

Como exemplo de atuação desse instrumento, segundo a própria empresa Suzano, maior produtora global de celulose de eucalipto, seu objetivo de remover 40 milhões de toneladas de carbono da atmosfera até 2030 foi antecipado para 2025 devido a ampliação de cobertura vegetal, por meio de plantios comerciais e de áreas destinadas à conservação, em locais antes degradados e antropizados. Com isso a empresa busca participar cada vez mais dos mercados de carbono.

Por fim, a participação de fundos de investimentos em florestas para a produção de madeira e celulose compreende como mais um mecanismo de financiamento para as florestas plantadas. Iniciado na década de 1970 nos Estados Unidos, os investimentos em florestas passaram a ser importante nas estratégias de diversificação dos portfólios dos fundos de pensão. O aumento da participação dos investidores institucionais se deve também pelo interesse das grandes empresas do setor de florestas plantadas que através da venda de seus ativos florestais se capitalizarem e investirem em outras áreas de produção. As Timberland Investment Management Organizations (TIMO) são organizações especializadas na administração de investimentos em terras florestais para geração de retorno financeiro. Elas atuam como gestoras que comprem, administram e comercializam áreas destinadas à produção de madeira, conservação ambiental e projetos de carbono, atendendo investidores institucionais como fundos de pensão, seguradoras e grandes bancos. Seu objetivo é obter lucro por meio da valorização das terras, do cultivo de florestas plantadas e da venda de produtos florestais. No Brasil as TIMOS começaram a atuar no início dos anos 2000 com destaque na aquisição de maciços florestais maduros e têm ampliado sua presença especialmente em regiões com forte atividade florestal, como o Sul, Sudeste, o sul da Bahia e o Mato Grosso do Sul.

Nesse contexto, a consolidação das TIMOs no Brasil dialoga diretamente com as evidências empíricas apresentadas no relatório técnico produzido pelo GEMAP, que demonstram a centralidade do capital estrangeiro e financeiro no controle de terras destinadas à silvicultura. Os dados sistematizados indicam que a estrangeirização não ocorre majoritariamente por aquisições diretas, mas por meio de arranjos societários complexos — sobretudo a constituição de subsidiárias nacionais de empresas ou fundos estrangeiros, responsáveis por 55,9% dos registros —, mecanismo que permite a internalização do capital externo mantendo formalmente a propriedade sob CNPJ brasileiro. Ademais, o setor florestal

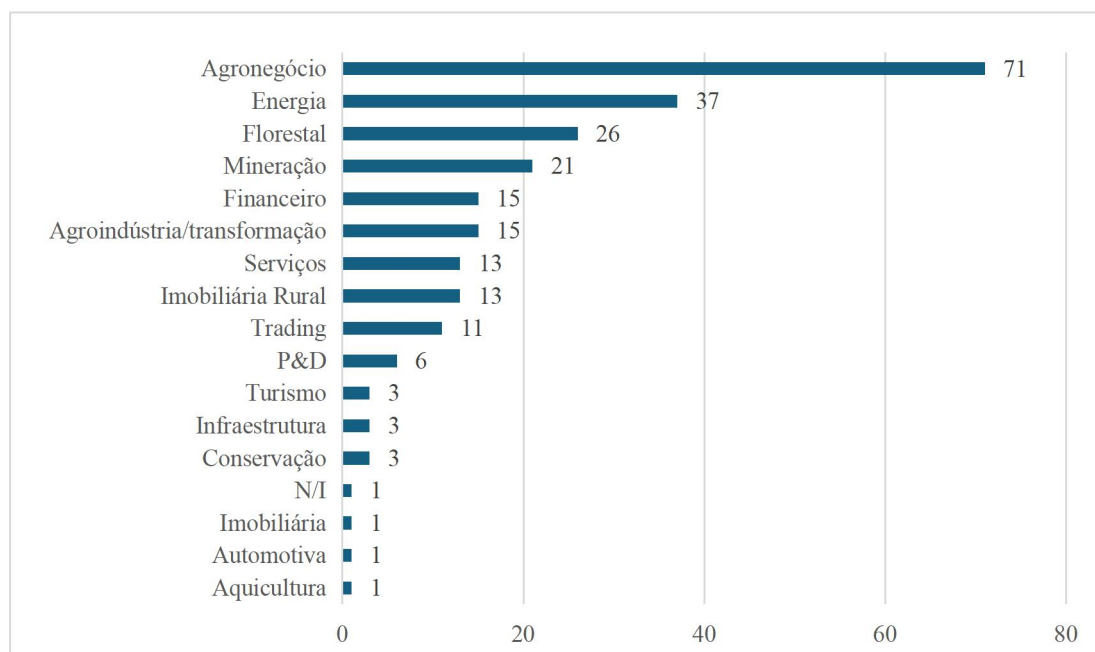
figura entre as principais atividades-alvo desses investimentos, frequentemente articulado a estratégias plurissetoriais que combinam silvicultura, agricultura e energia, revelando que as áreas de florestas plantadas operam simultaneamente como base produtiva e ativo financeiro. Assim, a atuação das TIMOs e de outros investidores institucionais na compra e gestão de maciços florestais deve ser compreendida como parte de um movimento mais amplo de financeirização do território, no qual a terra florestal é apropriada como patrimônio fundiário estratégico, reforçando a concentração de grandes extensões sob controle de capitais internacionais e reconfigurando a dinâmica econômica e territorial da silvicultura brasileira.

Com base no relatório técnico, a estrangeirização de terras no Brasil aparece associada a um movimento mais amplo de financeirização do espaço agrário, no qual a terra deixa de ser apenas meio de produção e passa a operar também como ativo financeiro, reserva de valor e instrumento de diversificação de portfólio. Esse processo se intensifica a partir dos anos 2000, com a entrada de fundos de investimento, holdings patrimoniais e empresas transnacionais que articulam produção primária, mercados de capitais e estratégias de controle territorial.

A leitura dos gráficos e figuras elaborados por Jessica Siviero no relatório permite compreender a estrangeirização de terras como um fenômeno estrutural, multissetorial e territorialmente disseminado, articulado à financeirização do mercado fundiário brasileiro. Em vez de episódios pontuais de compra direta por estrangeiros, as visualizações evidenciam uma rede complexa de empresas, fundos e subsidiárias que operam por mecanismos societários indiretos, conferindo opacidade ao controle efetivo da terra.

Primeiramente, a figura de classificação setorial (Figura 11) mostra que os 241 casos analisados distribuem-se por vários ramos — agronegócio, energia, setor florestal/silvicultura, mineração, finanças e serviços — com predominância do agronegócio, mas com presença expressiva de empresas florestais. Essa dispersão setorial indica que a terra tornou-se um ativo estratégico transversal, não apenas suporte produtivo, mas base patrimonial para operações financeiras, logísticas e industriais. No caso da silvicultura, o enquadramento do “setor florestal” como um dos principais alvos reforça a atratividade das plantações homogêneas (eucalipto/pinus) para investidores de longo prazo, dada a previsibilidade do ciclo biológico e a integração com cadeias exportadoras de celulose e papel.

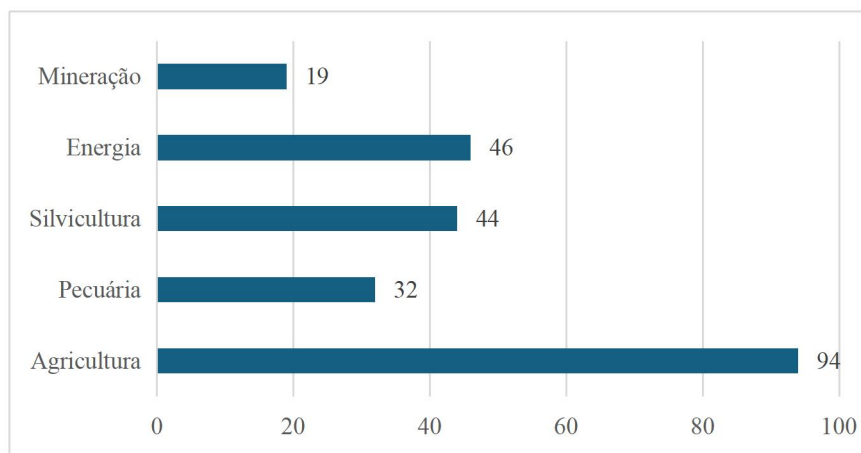
Figura 11: Classificação dos casos conforme principal setor de atividade, 2017 a maio de 2021



Fonte: Base de dados sobre estrangeirização das terras GEMAP (2021). Elaboração: Jessica Siviero

A Figura 12, que distribui os casos conforme as atividades produtivas, evidencia a “plurivalência” empresarial: 47 dos 177 empreendimentos produtivos atuam simultaneamente em agricultura, silvicultura e/ou energia. Esse dado sugere estratégias de diversificação e integração vertical, típicas de conglomerados e fundos, que combinam produção primária com gestão de ativos territoriais, reduzindo riscos e ampliando a captura de renda da terra. Para a silvicultura, isso significa que as empresas não operam apenas como produtoras de madeira, mas como holdings territoriais, articulando manejo florestal, logística, mercado imobiliário rural e instrumentos financeiros.

Figura 12 - Distribuição dos casos conforme atividades produtivas que desenvolvem, 2017 a maio de 2021



Fonte: Base de dados sobre estrangeirização das terras GEMAP (2021). Elaboração: Jessica Siviero

O relatório ainda destaca a abrangência territorial. Mostra forte concentração em Bahia e Minas Gerais, seguidas por estados da fronteira do Cerrado (Tocantins, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul), mas com presença em 21 unidades da federação. Essa distribuição sugere dois vetores: (i) expansão para áreas de fronteira agrícola/florestal, com terras mais baratas e passíveis de consolidação em grandes blocos; e (ii) manutenção de investimentos em regiões consolidadas, próximas a infraestrutura logística e polos industriais (celulose, energia, grãos). Para a silvicultura, isso corresponde tanto a novos polos no Cerrado quanto a áreas tradicionais do Sudeste.

Em síntese, os gráficos e figuras do Capítulo V revelam três conclusões principais: (1) a estrangeirização é difusa e multissetorial, não restrita a um ramo específico; (2) opera majoritariamente por estruturas societárias indiretas, especialmente subsidiárias; e (3) na silvicultura, assume caráter estratégico, pois a terra-floresta funciona simultaneamente como base produtiva e ativo financeiro. O conjunto visual consolida a interpretação de que o mercado de terras brasileiro está cada vez mais integrado aos circuitos globais de capital, com implicações para concentração fundiária, soberania territorial e conflitos socioambientais.

3.2. Dinâmica corporativa e financeirização: o caso da Suzano S.A.

Para compreender o processo de financeirização do setor florestal brasileiro é importante analisar a empresa Suzano S.A. porque a mesma se consolidou como uma das maiores corporações de papel e celulose do mundo, operando com intensa integração entre produção florestal, tecnologia e estratégias financeiras globais. Sua atuação não se limita ao plantio de eucalipto e à fabricação de celulose: ela utiliza instrumentos avançados de gestão financeira, como emissão de títulos verdes (green bonds), operações no mercado futuro e estratégias de alavancagem e fusões, que exemplificam como o capital financeiro molda o funcionamento da economia florestal.

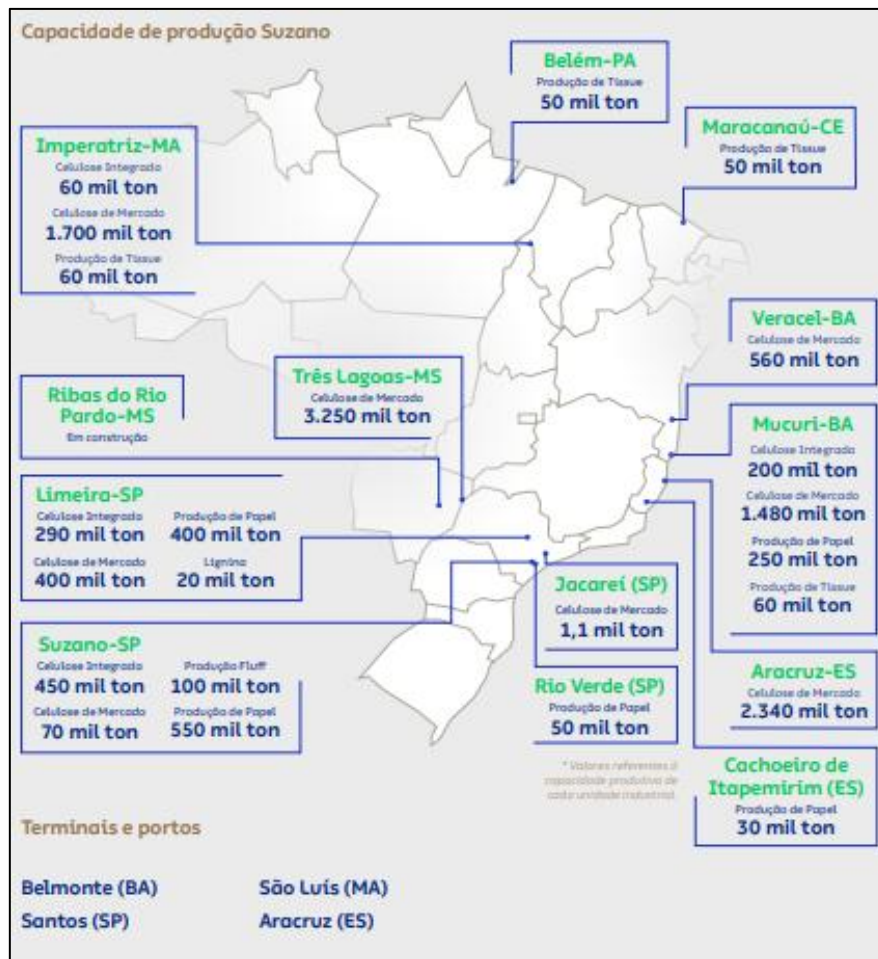
Sua política de expansão territorial está profundamente ligada ao mercado financeiro internacional. A empresa recorre frequentemente a investidores institucionais, fundos globais e bancos multilaterais para financiar sua expansão de plantações, compra de terras e construção de novas fábricas. Esse movimento evidencia como a lógica financeira internacional influencia a organização da produção florestal, condicionando decisões de investimento, tecnologia e manejo ambiental.

Por fim, a Suzano é importante para esse estudo porque sua escala e influência têm efeitos diretos sobre o território, comunidades e políticas públicas. Ao observar como a empresa organiza suas operações e investimentos, é possível entender como a financeirização afeta o uso da terra, as relações de trabalho, o avanço das monoculturas e a integração do setor florestal brasileiro às cadeias globais de valor. Desse modo, analisar a Suzano permite compreender, de forma concreta, como o capital financeiro estrutura e direciona o desenvolvimento florestal no país.

A fusão entre a empresa Suzano Papel e Celulose com a Fibria, em 2009, deu origem a Suzano S/A. A empresa nasce sendo a maior produtora de celulose no mundo e a quarta empresa mais valiosa no Brasil, excluindo as empresas do setor financeiro. A trajetória da empresa começa nos anos de 1920 e conta com alguns processos de fusões e aquisições, períodos de expansão de sua base florestal e investimentos em pesquisa e tecnologia. Historicamente a empresa tem contado com a atuação do Estado seja por meio de políticas de apoio à silvicultura e à indústria, e assegurando condições institucionais e de infraestrutura.

Atualmente a Suzano S.A. conta com unidades industriais nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Ceará, Maranhão e Pará. Portanto, estados de diferentes regiões do Brasil.

Figura 13: Capacidade de produção Suzano - 2022



Fonte: Suzano, 2022

No que diz respeito à área destinada ao plantio de árvores para matéria prima de suas fábricas, a empresa conta com mais de 1.124.662,01 hectares, podendo ser áreas próprias, de parcerias ou arrendadas. Segundo consta no Resumo Público do Plano de Manejo Florestal, elaborado pela própria empresa, ao todo, a Suzano conta com área de 2.219.997,61 hectares somando as áreas de preservação de infraestrutura construída, além da área de plantio.

Tabela 4: Áreas utilizada pela Suzano S.A. - 2022

Unidades de Negócio	Área de Plantio (ha)	Área de Preservação (ha)	Área de Infraestrutura (ha)	Total (ha)
Aracruz/Mucuri	392.157,32	295.231,28	28.295,46	715.684,06
Imperatriz	219.367,39	296.976,01	18.055,49	534.398,89
Limeira/Suzano/Jacareí	219.794,69	133.534,72	16.588,59	369.918,00
Três Lagoas / Cerrado	293.342,61	143.129,82	163.524,23	599.996,66
Total	1.124.662,01	868.871,83	226.463,77	2.219.997,61

Fonte: Suzano, 2022

A empresa se caracteriza por ser verticalizada, dessa forma desenvolve todas as etapas produtivas de forma integrada. Desde a pesquisa e a experimentação de espécies mais produtivas, passando pela produção de mudas, plantio e manejo florestal e finalizando com a produção de celulose e papel e sua distribuição. Entretanto, para a produção de mudas de eucalipto, plantio e colheita da madeira, tem sido cada vez mais um processo realizado por empresas terceirizadas, podendo ser as TIMOs, ou produtores independentes.

Hoje, no Brasil, o plantio de árvores é desenvolvido por três agentes, sendo eles os produtores independentes, as empresas verticalizadas e as empresas gestoras de fundos de investimentos de ativos florestais. O primeiro grupo corresponde preponderantemente aos pequenos e médios produtores que investem na silvicultura como fonte de renda a partir da comercialização da madeira. Muitas vezes contam com contratos de suprimentos ou de fomento com grandes empresas consumidoras de madeira. O segundo grupo são empresas que produzem para o abastecimento de sua própria unidade industrial. E o terceiro, são as TIMOs, empresas de gestão de investimentos florestais, muitas vezes relacionadas com fundos estrangeiros e atuam como produtoras independentes no mercado (MARQUES, 2016).

Embora o registro da marca Suzano tenha sido criado em 1923, com investimentos do ucraniano Leon Feffer, é somente em 1939 que a empresa inicia sua produção de papel em uma fábrica no bairro do Ipiranga, na capital paulista. Os anos de 1950 marcam o investimento em pesquisa e o pioneirismo da produção de eucalipto em substituição à celulose de pinus importado. Com isso, inicia o plantio de árvores no interior de São Paulo para a produção de celulose (MALINA, 2013). Os resultados promissores da fibra de eucalipto para a produção de celulose permitiram que a empresa passasse a investir no domínio da tecnologia de produção de papel com celulose de eucalipto.

Em 1954 é criada a Feffer S/A, primeira holding vinculada à Suzano. No ano seguinte a Indústria de Papel Euclides Damiani, em Suzano – SP, é adquirida pelo grupo. O negócio marca a criação da Unidade Suzano. Na década seguinte há mais um momento de ampliação da atuação nos setores de papel e celulose com a compra das Indústrias de Papel Rio Verde, que possuía duas unidades fabris em São Paulo (em Pirituba e Suzano). Além disso, é também nessa década que a Suzano começa a produzir papéis com 100% de fibra de eucalipto em escala industrial e faz sua primeira exportação, com destino à Argentina.

Os anos seguintes, na década de 1970, se caracterizaram por ser um período de diversificação das operações, assumindo participação em empresas petroquímicas de Camaçari (BA), além de atuar no setor de madeira, gráfica, mineração, comércio e exportação (MALINA, 2013). É constituída a Nemonorte, empresa responsável por gerenciar ativos imobiliários da Suzano e a Transcel Comercial e Transportadora, empresa para solucionar os desafios com a logística do transporte de madeira para as fábricas. Em 1975 a empresa expande seu mercado consumidor, exportando celulose para a Europa.

A abertura do capital social da Companhia Suzano Papel e Celulose aconteceu no ano de 1980 e essa década é notada pela continuação do processo de expansão da empresa. Em 1983 ocorre a unificação das empresas Indústria de Papel Leon Feffer, Indústria de Papel Rio Verde e Companhia Suzano Papel e Celulose, dessa maneira, é criada a maior empresa brasileira de papéis a partir de celulose de eucalipto. Alguns anos depois, em 1987, no âmbito do II Programa Nacional de Papel e Celulose, é criado o projeto Bahia Sul Celulose, em Mucuri (BA), a partir da associação entre a Companhia Suzano (com 33,77% das ações), Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) (possuindo 30,91% das ações através da Florestas Rio Doce), a BNDESPAR (27,66%) e da International Finance Corporation (IFC) (3,66%). O projeto visava atender as necessidades de expansão da produção de papel como a exportação de celulose (JUVENAL; MATTOS, 2002). Nota-se grande participação do setor público na constituição dessa associação, somadas as participações do BNDESPAR e da CVRD a participação das ações é de 58,57%. Quando somados as ações da IFC, recursos públicos oriundos dos países membros do Banco Mundial, a participação é de 62,23%.

As atividades da fábrica da Bahia Sul iniciaram em 1993, porém o início dessa década marca um período de recessão doméstica e internacional, o que provocou a contração dos mercados e a queda nos preços de papel. Com a abertura do mercado interno e aumento da concorrência, houve a diminuição da rentabilidade. O objetivo de maximizar o retorno aos acionistas levou a empresa a alienar os negócios não relacionados às atividades principais da empresa. Sendo assim, em 2001 os ativos petroquímicos foram divididos dos florestais, sendo

criada a Suzano Petroquímica e, seis anos depois, a petroquímica foi vendida para a Petrobrás (GOMES, 2011).

Na história industrial da Companhia Suzano, durante o início dos anos 2000, com a continuidade do amplo apoio do Estado brasileiro como um agente fundamental para os processos de reestruturação das empresas do setor, houve momentos de aquisição de ativos florestais, de unidades industriais e aumento da capacidade produtiva de fábricas.

Ainda em 2001 a CVRD efetuou a venda de todos seus projetos florestais, ficando a parte da Bahia Sul Celulose para a Suzano. No ano seguinte, outra subsidiária da CVRD é adquirida pela Suzano, dessa vez em parceria com a Aracruz Celulose. Foram comprados 40 mil hectares de plantação de eucalipto na região de São Mateus – ES que pertenciam a companhia Floresta Rio Doce (MALINA, 2013; MARQUES, 2016). Em 2004 a Suzano participa de um consórcio junto com a Votorantim Celulose e Papel (VCP) para a aquisição da Ripasa, em Limeira (SP), que passou a se chamar Consórcio Paulista de Papel e Celulose (Conpacel) e em 2010 a Suzano compra a participação da Fibria (antiga VCP) na Conpacel em conjunto com a distribuidora KSR por R\$ 1,5 bilhão (GOMES, 2011).

A ampliação da fábrica de Mucuri (ex-Bahia Sul) ocorre no ano de 2005 com o apoio governamental, a partir do PNF, aumentando a capacidade de produção para um milhão de toneladas de celulose ao ano. No ano de 2008 a empresa planeja um crescimento que prevê a ampliação da produção em Mucuri e a instalação de indústrias de celulose em Maranhão e Piauí, visando novos polos para a territorialização dos investimentos. Finalmente, em 2014 é inaugurada a unidade industrial de Imperatriz (MA), sendo considerada uma das maiores e mais modernas para a produção de celulose de fibra curta no mundo (MALINA, 2013).

Outras atividades que não necessariamente se relacionam com a de produção de papel e celulose também foram gestadas pela empresa. A participação da Suzano no mercado de crédito de carbono na Chicago Climate Exchange, em 2004, marcou o pioneirismo de uma empresa com plantações de eucalipto neste mercado. E em 2017 a empresa migra para o Novo Mercado na B3. Os setores de bioenergia e biotecnologia também fazem parte desse processo de diversificação da atuação da empresa, na qual a partir das inovações busca-se também se associar ao discurso do desenvolvimento sustentável. Em 2010 a Suzano compra a Futuragene, empresa pioneira em biotecnologia e no aumento da produtividade da indústria de base florestal.

A última grande participação da Suzano ocorreu em 2019. Após 10 meses do anúncio, a fusão da Suzano Papel e Celulose com a Fibria é consolidada, o que dá origem a Suzano S/A, empresa que já nasce como sendo uma das maiores empresas produtoras de celulose no

mundo. O destaque do jornal “O Estado de São Paulo” ressaltou que:

A união das duas empresas brasileiras cria uma gigante global com capacidade de produção de 11 milhões de toneladas de celulose e 1,4 milhão de toneladas de papel por ano. O grupo, que tem 11 fábricas no Brasil e 37 mil trabalhadores diretos e indiretos, exporta R\$ 26 bilhões por ano e está presente em mais de 80 países. A operação já obteve as aprovações das autoridades concorrenciais dentro e fora do Brasil. [...] O anúncio da fusão entre Suzano e Fibria foi a maior transação realizada em 2018 – o negócio é avaliado em US\$ 14,5 bilhões, seguida pela compra da fabricante brasileira de aeronaves Embraer pela americana Boeing (O Estado de São Paulo, 15/01/2019: B8)

A magnitude dessa operação deve-se pelo tamanho que a Fibria ocupava no mercado de papel e celulose. A empresa foi formada, em 2009, a partir da compra da Aracruz Celulose pela VCP, duas das maiores produtoras de celulose a partir de eucalipto no mundo, e pelo BNDES. No mesmo ano é inaugurada a unidade de Três Lagoas (MS). A Fibria herda as unidades de Aracruz (ES) e de Jacaré (SP).

Sobre a disposição de terras necessárias para a produção de matéria-prima, a Suzano produz a maior parte do que precisa em terras sob sua administração direta, podendo ser propriedades da empresa ou arrendadas. As estratégias para a aquisição de terras são diversas, a depender do custo da operação em relação ao alto preço da terra em determinadas regiões, as estratégias financeiras e ao histórico de cada unidade industrial. Na região do Leste Maranhense foi utilizado a participação da empresa subsidiária Comercial Agrícola Paineiras para a aquisição de propriedades e implementação de monocultura de eucalipto (ADIELSON CORREIA BOTELHO; ANDRADE, 2012). No caso de Limeira, em São Paulo, predomina o arrendamento de terras pelo fato de que no período em que a fábrica pertencia a sociedade da Suzano com a VCP se optou por não investirem em compra de terras (MARQUES, 2016).

Os programas de fomento florestal da Suzano integram as propriedades próximas às fábricas e são importantes mecanismos de captação de madeira. Esse modelo constitui como um tipo de parceria que engloba pequenos, médios e grandes produtores rurais. Porém, em diversos momentos da produção a Suzano passa a ter o controle das atividades, retirando a autonomia do produtor, por isso pode ser entendido como um arrendamento disfarçado (MARQUES, 2016). A vantagem para a empresa é a diminuição do valor pago ao proprietário como renda da terra e redução dos riscos podem gerar pelo acerto prévio do preço do aluguel da terra.

A opção de compra de madeira produzido por empresas gestoras de fundos florestais é

uma estratégia complementar da Suzano. Essas empresas gestoras, também conhecidas como TIMO's, investem o capital de terceiros em processos de territorialização do capital, a partir da monocultura de eucalipto, com a mediação do capital financeiro com um papel central nesse processo.

Essa estratégia de aquisição de madeira tem sido cada vez mais utilizada por empresas como a Suzano por conta do aumento do preço das terras em resposta a expansão do setor florestal e de outros segmentos do agronegócio, e da necessidade da empresa de direcionar recursos cada vez maiores para a implementação de modernização das unidades industriais. Marques (2016, p.141) aponta que “em 2009 a Suzano fechou um acordo com a Vale Florestar para a compra de madeira de uma área de 50 mil ha no Pará, voltada ao abastecimento de sua fábrica em Imperatriz no período de 2014 a 2028.” E, concluiu destacando que embora a compra e venda de eucaliptais seja uma prática comum há algum tempo no setor de madeira, os negócios envolvendo as empresas TIMO's, atores do mercado financeiro, são novidades.

CONCLUSÕES

Diante da análise realizada, evidencia-se que a atuação das grandes empresas produtoras de monocultura de árvores, especialmente no contexto brasileiro, está profundamente vinculada a uma lógica de acumulação e concentração de capital que tem no controle territorial e na associação ao capital financeiro seus principais pilares. Casos como o da Suzano S.A. e a crescente participação das TIMO's ilustram como os fundos de investimento se inserem de forma ativa na dinâmica produtiva, moldando o uso e a apropriação do território conforme as exigências do capital.

A perspectiva de David Harvey (2018), ao definir o capital como “valor em movimento”, permite compreender que esses processos não se desenrolam em abstrações, mas sim em arranjos espaço-temporais concretos, nos quais o capital se ancora para se valorizar. Assim, as transformações territoriais observadas, as fusões empresariais e a reconfiguração das paisagens rurais e produtivas não são efeitos colaterais, mas expressões diretas da lógica expansiva e adaptativa do capital.

Esse movimento do capital, marcado por ciclos de expansão (“boom”) e retração (crise), evidencia fases distintas de enraizamento e desenraizamento no território. Durante os períodos de “boom”, observa-se a intensificação dos investimentos em capital fixo, como infraestrutura, equipamentos e terras, promovendo uma maior fixação das atividades econômicas no espaço. Em contrapartida, nas fases de crise, há uma retração estratégica: os excedentes produzidos são extraídos e direcionados às instâncias superiores do sistema financeiro, promovendo a concentração do capital e o esvaziamento das áreas antes ocupadas pela produção. Esse padrão cíclico não apenas reorganiza o espaço, mas também redefine relações de poder e propriedade, favorecendo a financeirização e a centralização nas mãos de poucos agentes.

É nesse contexto de crise que ocorrem os movimentos mais agressivos de fusões e aquisições, particularmente impactantes para as empresas de pequeno e médio porte, que, diante da perda de valor de mercado, tornam-se alvos de absorção pelas grandes corporações. Esse processo intensifica a monopolização e a oligopolização dos setores produtivos, restringindo ainda mais a diversidade empresarial e a autonomia local frente às grandes estruturas do capital global.

Paralelamente ao movimento vertical — da base produtiva ao topo financeiro —, observa-se uma dinâmica horizontal igualmente relevante: a constante circulação entre diferentes frações do capital, na qual o capital fictício desempenha papel central. A busca incessante por rentabilidade leva os fundos financeiros a se movimentarem com agilidade

entre os setores, alocando recursos conforme as oportunidades e riscos percebidos. Essa lógica contribui para a constituição de uma “espiral de acumulação infundável” (HARVEY, 2018), onde a intermediação financeira se torna o eixo articulador das transformações espaciais e produtivas.

Assim, a análise da monocultura de árvores, inserida nesse complexo entrelaçamento entre território e capital financeiro, revela não apenas um padrão econômico, mas um verdadeiro projeto de reconfiguração espacial impulsionado pela lógica do capital globalizado. As paisagens produtivas que emergem desse processo são, portanto, não apenas expressões de uma estratégia econômica, mas também formas materiais de um capitalismo cada vez mais financeirizado, concentrador e desigualmente enraizado.

Nesse contexto, insere-se a discussão sobre as chamadas *flex crops*, ou culturas flexíveis, conceito que tem ganhado destaque nas análises sobre a reestruturação do setor agroindustrial e sua crescente articulação com os circuitos globais do capital financeiro. As *flex crops* são culturas que apresentam múltiplos usos potenciais — alimentares, energéticos, industriais ou ambientais — e, portanto, oferecem aos investidores maior margem de manobra diante das oscilações do mercado, uma vez que permitem a diversificação da produção e da renda.

Embora comumente associadas a produtos como a soja, a cana-de-açúcar ou o dendê, as monoculturas de árvores também têm sido incorporadas a essa lógica flexível. Sua capacidade de gerar celulose, madeira, biomassa energética, etanol lignocelulósico e ainda de serem utilizadas como ativos no mercado de créditos de carbono, torna essas culturas particularmente atrativas para o capital. Essa multifuncionalidade insere as monoculturas arbóreas no rol das *flex crops*, pois amplia seu potencial de rentabilidade e responde à crescente demanda por soluções “verdes” que conciliem produtividade, energia limpa e compensações ambientais.

A flexibilidade dessas culturas, entretanto, não é apenas uma característica intrínseca de sua base material — ou seja, da possibilidade técnica de múltiplas destinações a partir de suas propriedades físico-químicas —, mas também uma construção política e econômica. Ela depende de fatores como a viabilidade tecnológica para adaptar os usos, a existência de infraestrutura logística e industrial, e, sobretudo, do interesse do mercado em explorar esses múltiplos usos. Assim, culturas com alto potencial de flexibilidade podem não ser efetivamente “flex” se não houver capital disposto a investir em sua valorização sob diferentes formas.

A partir dessa perspectiva, observa-se que a produção de monoculturas de árvores no Brasil se articula a uma divisão internacional do trabalho que reproduz e aprofunda

desigualdades históricas entre o Norte e o Sul globais. Enquanto países do Norte mantêm um modelo de exploração mais restrito e muitas vezes regulado por legislações ambientais mais rígidas, os países do Sul — como o Brasil — tornam-se espaços privilegiados para a expansão das *flex crops*, dada a disponibilidade de terras, o menor custo de produção, a flexibilidade institucional e, por vezes, a fragilidade dos marcos regulatórios e das garantias fundiárias.

Nesse cenário, a financeirização das terras ganha centralidade. Os fundos de investimentos, especialmente os TIMO's e *Real Estate Investment Trusts* (REITs), tornam-se agentes fundamentais no processo de apropriação territorial, não apenas como financiadores da produção, mas como protagonistas da reconfiguração fundiária e produtiva. Detendo grande capacidade de mobilização de capital, esses agentes operam numa escala que os torna aptos a adquirir vastas extensões de terra, promovendo o desenraizamento de comunidades locais e a transformação dos territórios em espaços funcionalizados à lógica da rentabilidade e da conversão das terras em ativos financeiros.

Além disso, a crescente intersecção entre setores econômicos — como os de alimentos, energia, biotecnologia e finanças — tem ampliado a complexidade das redes de controle sobre essas culturas. Empresas de diversos ramos, tradicionalmente não vinculadas ao setor florestal, passam a atuar como investidoras e beneficiárias da produção de monoculturas de árvores, moldando novos padrões de produção, circulação e consumo, tanto em escala nacional quanto global. Com isso, a territorialização do capital não se dá mais apenas pela presença física das plantações, mas pela interligação de cadeias globais de valor que atravessam setores econômicos e geografias distintas.

Portanto, a discussão sobre as *flex crops* revela não apenas uma nova fase da agricultura capitalista, mas também a intensificação de um modelo territorial financeirizado, baseado na flexibilidade produtiva e na volatilidade dos mercados. As monoculturas de árvores, nesse arranjo, tornam-se ao mesmo tempo expressão da multifuncionalidade exigida pelo capital e instrumento da contínua reconfiguração espacial orientada pela lógica da acumulação.

Nessa conjuntura, observa-se a intensificação da presença de investidores financeiros nos processos de aquisição, controle e gestão da terra, consolidando um novo padrão de uso e valorização do território. Fundos de pensão, soberanos, de hedge, de endowments, empresas de private equity, entre outros, passam a atuar de forma sistemática na compra de grandes extensões de terras, especialmente em países do Sul Global. As TIMOs — organizações especializadas na gestão de ativos florestais — destacam-se como representantes de uma nova geração de agentes financeiros, que operam diretamente na administração desses ativos, mediando os interesses dos investidores globais com os empreendimentos territoriais.

Diferentemente dos industriais tradicionais, que se relacionam com a terra a partir de sua função produtiva, voltada à transformação de matérias-primas, os atores financeiros a compreendem como um ativo especulativo. O objetivo central não é a produção em si, mas a valorização da terra como mercadoria, cuja rentabilidade se expressa na elevação de seu preço de mercado. A gestão territorial, nesse sentido, adota uma lógica de curto prazo, priorizando operações que maximizem os ganhos dos investidores, mesmo que isso represente a desestruturação de dinâmicas produtivas ou socioambientais locais.

Contudo, essa lógica não está restrita aos agentes tipicamente financeiros. Como alerta Barros Júnior (2019), grandes corporações do agronegócio, tradicionalmente voltadas à produção de “commodities”, têm ampliado sua conexão com os circuitos especulativos. A terra, nesse contexto, passa a ser tratada não apenas como meio de produção, mas como ativo financeiro, objeto de estratégias que combinam produção agrícola com valorização patrimonial. Isso reafirma a ideia de que a financeirização da agricultura não é um fenômeno externo ao setor produtivo, mas uma transformação interna, que redefine o papel dos agentes, dos territórios e das dinâmicas de acumulação.

Como observa Gunnoe (2014), essa financeirização se sustenta na constante busca por ativos que ofereçam fluxos de renda estáveis e previsíveis, características ideais para a especulação e gestão de risco. A terra, ao reunir elementos tangíveis de segurança patrimonial com a possibilidade de rentabilidade variada (produção, arrendamento, valorização e créditos de carbono), torna-se um dos principais alvos dessa lógica. Trata-se, portanto, de um movimento que transforma profundamente o sentido da propriedade fundiária, reconfigurando as relações entre território, natureza e capital.

Sendo assim, o atual sistema financeiro opera como um catalisador do processo de concentração de capital e renda em escala global. Um número restrito de agentes econômicos — majoritariamente representados por grandes fundos financeiros — é capaz de acumular riqueza a partir da exploração de uma maioria cada vez mais despossuída. Esse processo se intensifica com a proliferação da dívida como mecanismo de controle e sujeição, ampliando a conexão entre acumulação primitiva e reprodução do capital pela via financeira. A financeirização da economia, ao submeter atividades produtivas e recursos naturais à lógica abstrata do capital, amplia ainda mais as desigualdades sociais e espaciais.

Os fundos financeiros, nesse processo, operam como vetores da mobilidade do capital, possibilitando que ele se desloque rapidamente entre setores e territórios, em busca de maior rentabilidade. Essa fluidez, por um lado, dinamiza a economia sob os critérios do mercado financeiro, mas, por outro, desestabiliza os modos de vida locais e os sistemas produtivos

regionais, subordinando-os à lógica da especulação e do curto prazo. O espaço torna-se, assim, um suporte funcional para a circulação do capital, sendo reconfigurado conforme as demandas dos investidores.

A financeirização da terra por meio das monoculturas de árvores e sua inserção como *flex crops* compõem, portanto, um quadro mais amplo de transformação estrutural da agricultura, da propriedade e do espaço. A territorialização do capital financeiro no campo expressa não apenas uma mudança nos agentes que controlam a terra, mas também uma nova racionalidade de uso do território: orientada pela lógica da valorização abstrata, da volatilidade dos mercados e da busca incessante por ativos convertíveis em lucro. Este processo, cada vez mais global e integrado, tende a aprofundar desigualdades, concentrar recursos e redefinir paisagens e modos de vida a partir das exigências do capital financeiro. Dessa forma, a presente dissertação buscou evidenciar como o avanço das monoculturas de árvores, articulado à lógica das *flex crops* e à crescente financeirização do território, não é apenas uma questão econômica ou ambiental, mas sobretudo política. Ele revela os mecanismos contemporâneos de reorganização do espaço sob o comando do capital global, e lança importantes desafios para os debates sobre soberania territorial, justiça socioambiental e alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente.

REFERÊNCIAS

- ANTONANGELO, Alessandro; BACHA, Carlos José Caetano. As fases da silvicultura no Brasil. **Revista brasileira de economia**, v. 52, n. 1, p. 207-238, 1998.
- BARROS JUNIOR, O. A. **Real Estate Caipira: investimentos em terras pelo Brookfield Asset Management no Brasil**. Dissertação de mestrado - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. Land Grabbing e crise do capital: possíveis intersecções dos debates. **Rio de Janeiro: Revista GEOgraphia, UFF**, v. 19, n. 40, p. 75-91, 2017.
- BORRAS JR, Saturnino M. et al. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement**, v. 33, n. 4, p. 402-416, 2012.
- BORRAS, Saturnino M. et al. Land grabbing in Latin America and the Caribbean. In: **The New enclosures: critical perspectives on corporate land deals**. Routledge, 2013. p. 227-254.
- BORRAS JR, Saturnino M. et al. The rise of flex crops and commodities: implications for research. **The Journal of peasant studies**, v. 43, n. 1, p. 93-115, 2016.
- BOTELHO, Adielson Correia; ANDRADE, M. de P. A expansão da silvicultura: impactos socioambientais em territórios camponeses no leste maranhense. **Encontro nacional de geografia agraria**, v. 21, p. 4-14, 2012.
- BOTELHO, Maurilio Lima. Renda da terra e capitalização em David Harvey. Notas sobre o caráter especulativo da propriedade imobiliária. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 8, 2016.
- CHESNAIS, François. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade**, v. 11, n. 1, p. 1-44, 2002.
- CHESNAIS, François. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Boitempo editorial, 2017.
- DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra: categoria de Estrangeirização da terra. Presidente Prudente: Rede DATALUTA, 2017.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]**. Editora da UFRGS, 2012.
- DOS SANTOS, Leonardo Bis. Redes de interesse empresariais e ditaduras políticas: o caso da expansão da silvicultura no estado do Espírito Santo/Brasil. **CEM—Cultura, Espaço &**

Memória, n. 7, 2016.

DOWBOR, Ladislau. A era do capital improdutivo. **São Paulo: Autonomia Literária**, v. 3, p. 28, 2017.

FLEXOR, Georges; LEITE, Sérgio. Mercado de terra, commodities boom e land grabbing no Brasil. **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-Papers, p. 20-38, 2017.

GOMES, Isabel Menezes de Bulhões. **Segmento brasileiro de polpa celulósica: evolução, competitividade e inovação**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GUNNOE, Andrew. The political economy of institutional landownership: Neorentier society and the financialization of land. **Rural Sociology**, v. 79, n. 4, p. 478-504, 2014.

GUTTMANN, Robert. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. **Novos estudos CEBRAP**, p. 11-33, 2008.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David et al. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist register**, v. 40, n. 1, p. 95-126, 2004.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. Boitempo Editorial, 2019.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio Pereira. Sociedade e economia do "agronegócio" no Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 25, p. 159-176, 2010.

HORA, A. B. DA. Análise da formação da base florestal plantada para fins industriais no Brasil sob uma perspectiva histórica. **BNDES Setorial**, n. BNDES Setorial 42, p. 383–426, 2015.

JUVENAL, T. L.; MATTOS, R. L. G. O setor de celulose e papel. In: **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 50 anos: histórias setoriais**. Rio de Janeiro: Dbá, 2002. p. 280.

KATO, Karina Yoshie Martins; LEITE, Sergio Pereira. Land grabbing, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 458-489, 2020.

KENGEN, Sebastião. A política florestal brasileira: uma perspectiva histórica. **Série Técnica IPEF**, v. 14, n. 34, p. 18-34, 2001.

KRÖGER, Markus. The expansion of industrial tree plantations and dispossession in Brazil. **Development and Change**, v. 43, n. 4, p. 947-973, 2012.

KRÖGER, Markus. The political economy of ‘flex trees’: a preliminary analysis. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 4, p. 886-909, 2016.

KRÖGER, Markus. The Global Governance of Flex Trees: Considerations for Environmental, Agrarian and Social Justice. In: **Global governance/politics, climate justice & agrarian/social justice: linkages and challenges: An international colloquium: 4-5 February 2016, The Hague**. Initiatives in Critical Agrarian Studies (ICAS), 2016.

LENCIONI, Sandra. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 14, 2012.

LITIG, Claudio. Ernani. **Povos Indígenas no Espírito Santo: Uma história de luta e resistência**. São Paulo: PUC-SP, 2016.

MALINA, Léa Lameirinhas. **A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Considerações sobre a expansão da indústria de papel e celulose no Brasil a partir do caso da Suzano Papel e Celulose. **GEOgraphia**, v. 17, n. 35, p. 120-147, 2016.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 11-48, 2009.

MENDES, Jefferson B. Estratégias e mecanismos financeiros para florestas plantadas. **Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação-FAO, Roma, Itália, 75pp**, 2005.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. **Lua Nova: revista de Cultura e política**, p. 49-66, 1989.

MICHELOTTI, Fernando; SIQUEIRA, Hipólita. Financeirização das commodities agrícolas e economia do agronegócio no Brasil: notas sobre suas implicações para o aumento dos conflitos pela terra. **Semestre económico**, v. 22, n. 50, p. 87-106, 2019.

PAULANI, Leda. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 36, p. 514-535, 2016.

PEDREIRA, Márcia da Silva. **O Complexo Florestal e o extremo Sul da Bahia: Inserção competitiva e transformações socioeconômicas na região**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008.

PESSANHA, Roberto Moraes. **A “indústria” dos fundos financeiros Potência, estratégia e mobilidade no capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2019.

PITTA, Fabio Teixeira; MENDONÇA, Maria Luisa. O capital financeiro e a especulação com terras no Brasil. **Mural Internacional**, v. 5, n. 1, p. 46-55, 2014.

RANGEL, Ignácio M. A questão da terra. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 6, n. 4,

p. 586-593, 1986.

RUBIO, Blanca. ¿ Resurge la renta de la tierra? La revalorización de los bienes agropecuarios y su impacto en América Latina. **Revista ALASRU**, n. 10, 2014.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Editora Paz e Terra, 2020.

SAUER, Sérgio; BORRAS, Jun. ‘Land grabbing’ e ‘Green grabbing’: Uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras/‘Land Grabbing’ and ‘Green Grabbing’: A reading of the ‘rush in the academic production’ about the global land appropriation. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 11, n. 23, p. 6-42, 2016.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sergio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, p. 503-524, 2012.

TOSTA SOUZA, Suzane; DINIZ DOS SANTOS, Jânio Roberto; OLIVEIRA MENEZES, Sócrates. Renda da terra: conceito central para os estudos em Geografia Agrária. **Pegada**, v. 20, n. 1, 2019.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. Boitempo Editorial, 2019.

WHATELY, Iago. **O Investimento em Ativos Florestais: o Caso Norte-Americano e o Desenvolvimento dessa Classe de Ativos no Brasil**. 2008. Tese de Doutorado.

WILKINSON, John. Land grabbing e estrangeirização de terras no Brasil. **Questões agrárias, agrícolas e rurais. Rio de Janeiro: E papers**, v. 1, p. 12-19, 2017.